



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - EDIÇÃO ESPECIAL - MAIO DE 2014 - R\$ 3,00

**Viva o
Internacionalismo
Proletário!**

**Reconstruir a
IV Internacional!**

**5 anos da morte de
Guilherme Lora,**
dirigente do Partido
Operário Revolucionário
da Bolívia



Objetivo dessa publicação

O Partido Operário Revolucionário (POR) decidiu publicar o Jornal Massas especial dedicado a lembrar os cinco anos transcorridos da morte de Guillermo Lora. Pela primeira vez, realizamos um trabalho mais sistemático sobre a vasta obra do dirigente trotskista boliviano. Já tínhamos feito inúmeras traduções de artigos para o nosso Jornal Massas e editado folhetos, como o da Revolução Cubana, Teses sobre a América Latina, O Partido e sua Organização, História da IV Internacional, etc. Na ocasião de seu falecimento, em 17 de maio de 2009, um militante brasileiro fez uma breve biografia de Guillermo Lora. Como se vê, nos vinculamos ao POR boliviano, por meio do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional sobre a base de posições programáticas.

A iniciativa de publicar um Jornal especial, sem dúvida, abre uma nova etapa para o POR no Brasil de assimilação das extraordinárias conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo na Bolívia. O leitor verá que estamos de acordo com a tese de Guillermo Lora de que é imprescindível a compreensão e a assimilação crítica do processo revolucionário neste país tão atrasado econômico social e culturalmente. A razão está em que em seu seio se encontra um partido que elaborou o programa da revolução proletária, elevou a teoria marxista, particularmente da revolução nos países semicoloniais, e conservou a continuidade da IV Internacional depois da morte de Leon Trotsky, embora tenha permanecido em grande medida à margem dos conflitos entre seus herdeiros que a dilaceraram.

Guillermo Lora teve consciência de que o isolamento do POR lhe foi extremamente negativo. Acabou por bloquear a militância porista de intervir nas lutas políticas em torno da continuidade da IV Internacional. O POR estava munido de um extraordinário acúmulo de experiências, que deveriam servir de instrumento para o trabalho mundial, nas difíceis condições de existência da IV Internacional sem a presença de Trotsky.

O leitor verá que o objetivo dessa publicação especial é o de fortalecer a luta pela reconstrução da IV Internacional, ou seja, o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Nestes 5 anos da morte de Guillermo de Lora, retomamos o trabalho internacional reorganizando



o Comitê de Enlace, que foi motivo de muito empenho do dirigente trotskista. Um de seus últimos artigos "*O Trabalho Internacional nos fortalecerá*" contém uma autocrítica sobre a fraqueza da atenção do POR boliviano à luta pela IV Internacional. Achamos que o Comitê de Enlace deve compreendê-la em toda sua extensão.

Entregamos à classe operária, à vanguarda que se reivindica da revolução proletária e a todos os explorados essa contribuição, convocando-os a se colocarem pela superação da crise de direção que se abateu sobre o mundo com o triunfo contrarrevolucionário do estalinismo. Como diz Lora, o trotskismo não é senão o marxismo-leninismo. A restauração capitalista que tomou conta da União Soviética e que a desintegrou, bem como a restauração nos demais países que chegaram a expropriar a burguesia, não serviu para resolver a crise histórica do capitalismo. Este regime social está em franca desintegração. A tarefa diante de seu esgotamento é a de superar a crise de direção. Não há outra via senão reconstruir a IV Internacional construindo os partidos marxista-leninista-trotskistas. Esse foi o empenho de Lora em sua longa e dedicada vida de militante profissional leninista. No Brasil, seguimos esse curso, o qual muito devemos ao trotskista Guillermo Lora.

Viva o internacionalismo proletário!
Reconstruir a IV Internacional, partido mundial da revolução socialista!

O POR e a IV Internacional

Guillermo Lora escreveu a história do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR), sob o título *“Contribuição à História Política da Bolívia”*. A edição original de 1978 percorre o período da fundação do partido em 1935 a 1977, quando se realizou a Conferência Nacional e o XXV Congresso da organização. Foi republicado nas Obras Completas. O longo percurso – 42 anos – exigiu um árduo trabalho de análise.

A importância dessa obra está em que demonstra o percurso do mais antigo partido trotskista da América Latina que assumiu a tarefa de aplicar o Programa de Transição da IV Internacional na Bolívia. Outras experiências nesse Continente que também despontaram na década de 1930, como parte da Oposição de Esquerda Internacional, fracassaram no objetivo de constituir o programa da revolução proletária e penetrar no seio da classe operária. A exemplo da Esquerda Comunista no Chile e da Liga dos Comunistas, no Brasil.

Os dois alentados volumes expõem o desenvolvimento do capitalismo no país semicolonial, os momentos de agudização da luta de classes, o despontar do proletariado mineiro, o avanço organizativo dos explorados, as crises de regime, a emergência do nacionalismo e as forças políticas organizadas, entre elas o POR. Observamos o cuidado de Guillermo Lora em estabelecer a relação entre os acontecimentos, as posições programáticas, as orientações ideológicas e os aspectos organizativos das correntes políticas da burguesia e da pequena burguesia, com as quais o trotskismo se confrontou. Nesse mesmo sentido, o dirigente porista analisa criticamente o desenvolvimento, as crises e as divisões pelas quais o partido passou.

O vínculo do trotskismo boliviano com a IV Internacional é estudado passo a passo de acordo com suas manifestações no interior da própria Bolívia. Lora reconhece que o isolamento internacional do POR foi negativo. Dificultou a projeção da rica experiência da luta de classes neste país e dos avanços programáticos do trotskismo. Por outro lado, a militância não teve como assimilar em grande medida as lições da luta de classes internacional e integrá-las no trabalho revolucionário da Bolívia.

Uma das críticas de Guillermo de maior peso à direção da IV Internacional em fins dos anos 40 e início dos 50 foi a de que esta não estabeleceu um vínculo orgânico com o POR, de maneira que observava à distância os contundentes confrontos de classe na Bolívia e a penetração do trotskismo no proletariado mineiro.

O programa e a política do POR se deveram quase que exclusivamente a um esforço próprio de assimilar as formulações do marxismo-leninismo-trotskismo. Por essa via, enfrentou crises internas dilacerantes. Um país convulsionado como a Bolívia careceu da intervenção da direção que herdou a IV Internacional com a morte de Trotsky, em 1940. Quando interveio no processo revolucionário de 1952, foi para aplicar a linha revisionista de Michel Pablo.

O POR, assim, atravessou a tormenta dos conflitos internos e das cisões. Guillermo Lora mostra como o esfacelamento do partido implicou profundos retrocessos organizativos. A Bolívia foi a arena em que o trotskismo e o revisionismo pablista se confrontaram diante da luta de classes e da projeção do na-

cionalismo burguês e pequeno-burguês. Tudo indica que os poristas imersos em resolver os problemas da revolução proletária na Bolívia não se deram conta, no momento, da dimensão que assumia a divisão da IV Internacional provocada pelas formulações de Michel Pablo, que reabilitavam o estalinismo. No entanto, sofria duras consequências da infiltração do revisionismo nas fileiras do POR.

A influência do revisionismo encarnado pelo dirigente da IV Internacional Michel Pablo (pablismo), e por seus acólitos, como Ernest Mandel, deformaram profundamente as discussões internacionalistas no interior do POR, o fraturaram, retardaram seu desenvolvimento e fecharam o caminho para sua integração na IV Internacional. De fato, como demonstra Lora, na Bolívia, se estabeleceu uma linha divisória entre o marxismo-leninismo-trotskismo e o pablismo. Linha essa que não teve como se estender internacionalmente, embora seus reflexos tenham ultrapassado as fronteiras bolivianas.

O aparato do pablismo – Secretariado Internacional (SI), Secretariado Unificado (SU) e Birô Latino Americano – não mediu esforços para desfigurar as divergências e manchar a reputação do POR, acusando-o de nacional-trotskista, reformista e traidor.

Embora o pablismo tenha sido incapaz de constituir o partido na Bolívia e a sua fração que rompeu com o POR tenha se decomposto irremediavelmente, as suas falsificações passaram a ser reproduzidas como se fossem verdadeiras por quase todas as organizações adversárias do POR e que se reivindicam da IV Internacional. Um caso excêntrico é o da corrente de Nahuel Moreno (morenismo) que integrou o SU pablista, que continua a repetir as difamações.

A *“Contribuição à História Política da Bolívia”* se dá ao trabalho de desfazer as distorções e as mentiras do pablismo por meio da exposição dos acontecimentos e das posições partidárias, não só dos pablistas como dos estalinistas, nacionalistas e direitistas. Ocorre que os revisionistas do trotskismo que atacam o POR não foram capazes de realizar uma crítica sobre a base dos acontecimentos e das reais posições desenvolvidas pelo POR. Os dois tomos dedicados à história do POR estabelecem o terreno sobre o qual os adversários podem se contrapor, refutar e caracterizar a política do partido. Não o fazem porque não teriam como comprovar suas calúnias. Assim, desconhecem os escritos de Lora e evitam se lançar à sua crítica. É cômodo repetir as acusações e deformações lançadas pelos pablistas e nacional-reformistas.

O fundamental está nas lições que o caminho acidentado percorrido pelo POR trazem para o trabalho de reconstrução da IV Internacional. Observa-se que o triunfo do trotskismo sobre o pablismo foi de ordem programática. De maneira que os revisionistas foram varridos do proletariado boliviano. Certamente, não cessaram os intentos das diversas variantes do revisionismo de combater o POR e se implantar no País. Não têm, no entanto, como suplantá-lo, cuja experiência acumulada se sintetiza no programa e na teoria da revolução proletária encarnada pelo POR. A impotência dos revisionistas os levou, recentemente, à aventura de se unir à burocracia apodrecida da Central Operária Boliviana (COB) a constituir

um Partido dos Trabalhadores. Certamente, vão ocultar o seu fracasso. O objetivo de enfraquecer o POR e substituí-lo por uma nova organização está do lado oposto da tarefa de reconstituir a IV Internacional como partido mundial da revolução socialista.

Vínculos iniciais com a IV Internacional

Em condições difíceis, dado o isolamento da Bolívia e das condições materiais do próprio POR, Guillermo Lora se dedicou a recolher documentos que permitissem reconstituir a origem do partido. A questão estava em identificar a raiz trotskista do POR. Esta se expressou na militância de José Aguirre Gainsborg. Lora comprovou que Aguirre foi exilado da Bolívia para o Chile como militante do Partido Comunista e lá se integrou ao Partido Comunista chileno (PCCH), chegando a compor sua direção. A influência da Oposição de Esquerda Internacional, liderada por Trotsky, conseguiu penetrar suas críticas ao estalinismo nas fileiras do PCCH. Aguirre se vinculou à linha da Oposição de Esquerda. Foi expulso do PCCH como trotskista, em julho 1933. Formou a “Esquerda Boliviana do Chile”, com o claro objetivo de combater a degeneração estalinista e constituir o partido como membro da IV Internacional. Como se vê, os primeiros quadros trotskistas que deram origem ao POR resultaram, de um lado, da luta no interior do Partido Comunista Chileno e, de outro, do trabalho de organização de Aguirre, assim que foi expulso, em seguir um caminho distinto do traçado pela Internacional Comunista estalinizada. Citemos uma passagem de Lora:

“Neste momento, o Agrupamento Comunista Boliviano (não esqueçamos que publicamente expressou, ao nascer, sua adesão às Teses da IV Internacional) se transforma em Esquerda Boliviana para sublinhar com maior energia sua identidade com a Oposição de Esquerda Internacional. É fácil perceber que o nome adotado pelos trotskistas bolivianos coincidia com o dos opositoristas espanhóis e chilenos. É preciso considerar que todas as atividades de Aguirre e seus companheiros eram conhecidas e acompanhadas com interesse pela direção do movimento pela IV Internacional, sediada na Europa. Também é forçoso concluir que a fundação do POR boliviano foi do conhecimento dessa direção”. (“Contribuição à História Política da Bolívia”, vol. 1, pág. 78).

Ao mesmo tempo, outro militante boliviano, Gustavo Navarro Tristan Marof, se encontrava exilado na Argentina e havia constituído o agrupamento Tupac Amaru. Tratava-se, segundo Lora, de uma personagem conhecida, dentro e fora da Bolívia, por suas posições diante da guerra do Chaco e por galvanizar um movimento contrário aos interesses do imperialismo e dos governos oligárquicos. Aguirre e Marof unificaram os dois agrupamentos no Congresso de Córdoba, em 1935, na Argentina, dando origem ao POR. Lora transcreve uma passagem em que evidencia a consciência de Aguirre de que o grupo Tupac Amaru não tinha uma origem no internacionalismo marxista. E avaliava a possibilidade de sua transformação no processo político concreto em que se diferenciava o internacionalismo proletário trotskista e o “socialismo em um só país” estalinista. Esta previsão não se confirmou.

A plataforma que serviu à unificação não constituía uma sólida base programática sobre a qual as diferenças não deixariam de se manifestar. Marof resistiu em assumir a concepção

leninista de partido (entendia-o como uma frente de tendências). O que significou a negação de formular a teoria e o programa da revolução proletária. Não tardou, assim, para que as diferenças entre Aguirre e Marof se mostrassem irreconciliáveis.

Em 1938, se dará a primeira cisão do POR. Os marofistas, em consequência, lançaram o Partido Socialista. Tristan Marof pôde, portanto, dar curso a suas posições de pretensão caudilho. Não teve como se sustentar por muito tempo.

Com a desintegração do Partido Socialista, em 1939, os marofistas criaram o Partido Socialista Operário Boliviano (PSOB). O centrismo e o oportunismo não tinham futuro. Chegou-se a criar a ilusão nas possibilidades eleitorais com a eleição de Marof para o parlamento. Galgado por esse feito, concluía a aspiração do caudilho de constituir um partido de massa, alheio aos fundamentos do marxismo. Eis a constatação de Lora:

“A queda do prestígio do caudilho, assim que sua confrontação com a viva realidade e em constante transformação na Bolívia lhe foi adversa, fez com que seus seguidores se voltassem contra ele. Efetivamente, Marof foi expulso do PSOB acusado de responsável por todos os desvios, erros e tropeços do partido. Os marofistas que permaneceram constituíram a “Liga Socialista” e pretenderam apagar todo o seu passado vergonhoso, adotando uma posição ultra-esquerdista. Reduzidos à condição de grupo inoperante, tanto no campo prático como no teórico, fizeram esforços por se incorporar à vida utilizando como muletas as mais furiosas críticas ao POR e à teoria da revolução permanente, apesar disso continuaram se autodenominando de trotskistas.

O POR chegou a se agigantar devido, particularmente, a sua severidade programática e a suas normas bolcheviques de organização. O marofismo, então, reduzido a pigmeu, procurou alçar voo às costas de seu adversário.

A evolução política boliviana, como em outros lugares, levou a um enfrentamento entre trotskismo e estalinismo, refletido da maneira mais categórica e intransigente. O próprio nacionalismo constituiu uma frente, tácita e expressa, com os impropriamente denominados partidos comunistas, processo esse que determinou a precariedade e a inutilidade do centrismo oportunista do tipo PSOB.” (Contribuição à História Política da Bolívia, vol. 1, página 213)

A morte prematura de Aguirre, em outubro de 1938, golpeou duramente o desenvolvimento do POR, como comprova Lora. Isso porque sintetizava a experiência da luta no terreno do fortalecimento da IV Internacional e o trabalho por penetrar no proletariado boliviano. Encerrava-se a primeira geração de trotskistas.

A segunda se caracteriza pela constituição da direção de Cochabamba, cujo marco é a Segunda Conferência do POR, dezembro de 1938. Guillermo faz uma crítica severa ao período de cinco anos em que o POR acabou sendo reduzido a um pequeno círculo de discussão do marxismo, completamente afastado da tarefa de organizar o partido no seio da classe operária e, assim, de costas para os acontecimentos políticos. Sob a direção Tomás Warqui, tomou-se a decisão de imergir o partido na total clandestinidade, de maneira que se perdeu o contato com a vida do país. Foi o momento em que a relação do POR com a IV Internacional se tornou tênue e sem sentido prático, o que bloqueou a possibilidade da militância trotskista assimilar o desenvolvimento da luta pela fundação da IV inter-

nacional. Embora o partido não estivesse completamente isolado, uma vez que se mantinha uma relação por cartas, é como se o estivesse. A direção de Cochabamba não chegou a se desviar das conquistas do programa de Córdoba e das formulações de Aguirre, mas pôs em risco a existência do POR. Não se trata de detalhar as considerações de Lora sobre esse período. Apenas transcreveremos algumas considerações do livro *“Contribuição à História Política da Bolívia”*. Eis:

“Da segunda Conferência e a publicação do Boletim Informativo nº 1, dezembro de 1938, inicia o período da vida quase larvária do Partido, durante o qual se viu reduzido a um pequeníssimo grupo de propaganda, conformado por intelectuais livrescos e diletantes, confinado na cidade de Cochabamba, com débeis contatos duas ou três cidades do interior, reduzido a uma seita se movendo nas sombras. Seus contornos organizativos começaram a se apagar e seu estancamento ideológico e político eram por demais evidentes. Esta desesperadora situação se prolonga até o aparecimento de tendências internas, que pugnam por entroncar o POR com as massas e só começa na quarta década do século”. (vol. 1, pág. 23)

“A direção de Cochabamba oscilava permanentemente entre os postulados trotskistas que podiam encontrar-se nos textos em circulação e os desvios de direita e de ultraesquerda, que principalmente eram difundidas do exterior. Trotsky e seus seguidores de muitos países travavam uma apaixonada luta em defesa do verdadeiro sentido e da pureza do leninismo, o que permitia esperar que os bolivianos que se declaravam seus discípulos seguissem o seu exemplo, o que não ocorreu. As verdadeiras raízes deste fenômeno se encontravam na forma com que se constituiu o POR em Córdoba e nos tremendos erros teóricos e lacunas dos documentos programáticos (...)”. (vol. 1, pág. 286)

Nota-se que da fundação do POR em 1935 até meados dos anos 40, portanto cerca de 10 anos, um lapso curto de tempo, o POR de fato teve duas fases. Estabeleceu o ponto de partida programático no Congresso de Córdoba e, em seguida, construindo-se na Bolívia, padecido de um desvio, que consistiu na renúncia do objetivo histórico de construir o partido leninista no seio do proletariado. A direção de Cochabamba se afastou do fundamento marxista de que a teoria é um guia para a ação. A formação do POR no exterior sob a influência da Oposição de Esquerda Internacional – em 1933, Trotsky concluiu que havia chegado a hora de constituir a IV Internacional – se deu, portanto, de forma contraditória. Por circunstâncias particulares do exílio de Aguirre, seu ingresso no Partido Comunista Chileno e seu contato com as posições da Oposição de Esquerda Internacional e sua expulsão como trotskista, resultou em um processo progressivo que se projetaria na Bolívia. O fato do POR não ter nascido diretamente no seio das massas bolivianas

acabou por dar lugar a formação da direção de Cochabamba com todos os defeitos. No entanto, distintamente da origem de organizações trotskistas em outros países, a exemplo do próprio Chile, Argentina e Brasil, que tiveram melhores condições para se constituírem como seções da IV Internacional, fracassaram, evidentemente foram fundamentais porque lançaram as sementes do combate ao estalinismo contrarrevolucionário.

A história do POR reconstituída por Guillermo Lora indica que a inoperância da direção de Cochabamba pôs em risco a existência do embrião do partido trotskista na Bolívia. Não poderia se integrar aos quadros da IV Internacional sem que estivesse empenhado em desenvolver o programa no interior do proletariado e sem que respondesse ao desenvolvimento da luta de classes no País. Essa era uma condição para que as particularidades nacionais se revelassem como refração da

luta de classes mundial. A sobrevivência do POR, seu fortalecimento e sua projeção no movimento revolucionário internacional se deu no momento em que uma nova geração de militantes se voltou para o proletariado mineiro. Assim pôde também impulsionar a militância entre a pequena burguesia estudantil e ocupar um importante lugar na luta por dirigir os conflitos na universidade por meio da política da classe operária.

Aplicação do Programa de Transição da IV Internacional

Guillermo Lora estabelece como marco de mudança no POR os anos 1939 a 1942. A constituição do Comitê Regional de La Paz impulsionou a orientação da militância de pôr em pé o partido vinculado à luta de classes. Relata a febril atividade de propaganda e agitação que atrairá a atenção da polícia política e resultará em dura perseguição. O governo identificará a *“a célula da Quarta Internacional”* que deveria ser destruída. Colocou-se o problema fundamental de estruturar a organização segundo os fundamentos

leninistas de partido.

Lora despontará como o militante que abrirá uma nova etapa de construção do partido como vanguarda revolucionária do proletariado. De organizador do Comitê Regional de La Paz, passou a ser organizador do partido em Oruro. Perseguido pela repressão, sob o pseudônimo de Alberto Escóbar, Lora se deslocou para essa região e, aí, juntamente com o militante Fernando Bravo, impulsionou a intervenção do partido. Os Comitês Regionais de Oruro e de La Paz moldavam uma nova fisionomia do POR. Abriu-se caminho para a aproximação com os centros mineiros próximos de Oruro. Estavam dadas as condições para o partido crescer e estender sua militância para Huanuni, Siglo XX e Colquiri. O partido se viu diante da gigantesca tarefa de transformar os rudes mineiros em classe



revolucionária consciente. A passagem que transcrevemos nos permite entender com exatidão o esforço da militância porista em tornar compreensível a política revolucionária.

“Este trabalho colocou os organizadores diante da urgência de arrancar os operários, particularmente os mineiros, das garras do álcool e de ensinar-lhes a pensar e a generalizar, em seguida ao duro trabalho que os convertia em uma espécie de robô. Compreendeu-se que uma coisa era dissertar magistralmente diante de um auditório universitário ou pequeno-burguês e outra muito distinta era levar aos mineiros os fundamentos do marxismo e do programa do POR. Exportar de maneira sensível, escolhendo exemplos próprios da experiência diária dos trabalhadores é algo sumamente difícil para estudantes novatos nas tarefas de organização e capacitação. Aqueles que tiveram a proeza de cumprir essa tarefa se viram obrigados a dar um salto em sua própria formação pessoal. Muitos estavam começando como militantes e já tinham de aglutinar os operários e torno de si, como consequência da extrema carência de quadros e de organizadores”. (Vol. 1, pág. 327)

Estamos diante de um depoimento de Guillermo Lora que diz respeito a si mesmo. Sob dificuldades imensas – da brutal perseguição policial às carências de formação marxista –, a nova geração de poristas foi se transformando em militante profissional, no sentido leninista do conceito.

O massacre de Catavi, setembro de 1942, expressará a agudização da luta de classes e servirá de forja para o POR que se erguia, apesar de sua fraqueza como partido organizado nacionalmente. O pequeno núcleo revolucionário viveria como participante ativo da tragédia que deixou dezenas de mineiros mortos. Por meio do sindicato de Catavi, os trotskistas puderam levar aos operários as reivindicações transitórias, como escala móvel dos salários e escala móvel das horas de trabalho. Lora exercia uma intensa atividade na região de Oruro e Catavi.

A penetração do trotskismo entre os mineiros terminou por revelar definitivamente a falência da direção de Cochabamba, que permanecerá formalmente até 1945. Uma nova direção nacional se impôs, sediando-se em La Paz.

No V Congresso do POR, setembro de 1946, ocorreu em uma situação de agitação entre os mineiros. O POR aí se encontrava. A direção do partido estava reestruturada e Guillermo Lora havia assumido a função de secretário geral. Dois meses depois, no congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia, aprovaram-se as Teses de Pulacayo. Lora em comum acordo com a direção do sindicato de Llallagua redigiu essas Teses. A sua aprovação pela vanguarda dos mineiros refletiu o trabalho político do POR nas entranhas do movimento operário boliviano. As Teses de Pulacayo passaram a ser uma referência da luta de classes dos explorados contra a burguesia e seu Estado. Ficava assentada a aplicação do Programa de Transição, ainda que na forma de um documento sindical. Esse acontecimento não teve paralelo na América Latina, por se tratar da presença do trotskismo como continuidade do marxismo-leninismo no interior da classe operária.

Um dos aspectos decisivos das Teses de Pulacayo é o da caracterização da Bolívia como um país capitalista atrasado, como parte da economia capitalista mundial. Estabelece a estratégia da luta por um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado. Limitamos a essa consideração uma

vez que se trata de um documento conhecido e exaustivamente explicado pelo POR. Apenas acrescentamos a importância das Teses conter uma plataforma de reivindicações que permitia os trotskistas atuarem sobre as tendências instintivas dos mineiros na luta contra os exploradores internos e externos. Vejamos esta consideração de Guillermo:

“Outro novo aspecto das Teses de Pulacayo está em que subordina todos os métodos que a classe operária possa utilizar, inclusive aqueles que se apropriam de outras classes sociais, ação direta em suas múltiplas manifestações. Foi possível chegar a estabelecer a vigência dos métodos da revolução proletária, inclusive na luta em torno das necessidades imediatas, pela unidade estabelecida entre esta e a conquista do poder. O estalinismo porista acreditou descobrir nesta característica um desvio para o anarquismo utópico, que utiliza a violência aventureira”. (vol. 2, página 74)

Os partidos da burguesia, a poderosa oligarquia que controlava as minas e o estalinismo se levantaram contra as Teses de Pulacayo. Ao contrário, Lora relata que estas atraíram a atenção da direção da IV Internacional e que a Bolívia se tornou um lugar de peregrinação de trotskistas vindos de outros países.

De passagem, temos de referir à formação do Bloco Mineiro Parlamentar, eleito em janeiro de 1947. O POR estabeleceu uma frente proletária com a FSTMB para concorrer às eleições gerais. As Teses de Pulacayo serviram de base programática da frente proletária. O POR pôde assim aplicar a tática leninista de utilizar o Parlamento como tribuna para defender perante as massas o programa revolucionário. Guillermo ocupou a função de direção do Bloco na Câmara dos deputados.

Em maio de 1947, as forças da reação desfecharam um novo massacre contra os mineiros, desta vez na Siglo XX. Os mais destacados membros do Bloco Parlamentar, entre eles Guillermo Lora, foram expulsos do Parlamento. O balanço que o POR faz dessa experiência se resume nesse extrato:

“A enorme importância da atuação do Bloco Mineiro Parlamentar consiste em que confirma a posição marxista segundo a qual o Parlamento deve se tornar uma tribuna revolucionária. Ao longo da história boliviana, foi a primeira e única vez que um partido que se reivindica do marxismo se manteve fiel às teses dessa doutrina. Estávamos acostumados a ver os revolucionários se perderem em meio à luta parlamentar, sustentando que as reformas legislativas livrariam os explorados, pretendendo substituir a classe revolucionária com alguns discursos parlamentares medianamente alinhavados”. (vol. 2, pág. 117)

O POR, assim, ganhava projeção nacional e avançava organizativamente. A decisão de publicar o Jornal Luta Operária, cujo primeiro número foi lançado em fevereiro de 1947, indicou que o partido deixava para trás a existência artesanal e assumia a estrutura de partido leninista, apesar de todas as dificuldades organizativas descritas por Lora.

A direção da IV Internacional não acompanhou as transformações pelas quais passava a luta de classes na Bolívia e o POR. A ausência de um vínculo orgânico comprometia uma interação à altura do internacionalismo proletário. As Teses de Pulacayo, o Bloco Mineiro Parlamentar, o massacre na Siglo XX, a cassação dos mandatos dos revolucionários não modificaram a conduta da direção da IV Internacional. Por seu lado, os trotskistas na Bolívia estavam imersos em uma situação

convulsiva. Guillermo afirma que o Secretariado Internacional soube da importância da atuação dos poristas pela imprensa. Lamenta que não se aproveitou o exílio de camaradas para fortalecer a ligação e possibilitar a assimilação das experiências. Eis a constatação:

“A realidade era, pois, que o POR boliviano continuava vivendo à margem da vida da Internacional, observando os acontecimentos com certa indiferença. Seguramente, esse panorama teria se modificado se o Secretariado Internacional tivesse começado a discutir mundialmente a política desenvolvida pela sua seção boliviana” (Vol. 2, pág. 201)

Da Revolução de 1952 à Assembleia Popular de 1971

O período que cobre de 1952 a 1971 se caracterizou por profundos conflitos interburgueses, avanço da luta de classes e pressões do imperialismo. Nessa situação, o POR se viu diante da necessidade de se transformar em direção capaz de unificar a maioria oprimida em torno do proletariado. Avivou-se o interesse da IV Internacional em enquadrar os trotskistas bolivianos em uma orientação vinda do exterior. Ocorre que a IV Internacional passava por uma crise provocada por uma mudança de posição diante do estalinismo que, momentaneamente, se projetou com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

O dirigente Michel Pablo lançou, em 1950, a tese sobre a possibilidade do estalinismo em jogar um papel progressivo diante do imperialismo. Também reviu as posições sobre o nacionalismo burguês, deformando a teoria da revolução permanente. O Partido Comunista Internacional (PCI), seção francesa, se opôs e acabou sendo expulso em julho de 1952. No ano seguinte, o Partido Trabalhista Socialista (SWP), seção norte-americana, chegou à conclusão de que de fato estava em curso uma revisão dos fundamentos históricos que levaram à constituição da IV Internacional.

O pablismo, como passou a serem denominados os revisionistas, ganhou posições no interior do POR. Desencadeou-se uma crise que, sem dúvida, foi a mais profunda e destruidora que o partido enfrentou. Constituíram-se duas tendências: a Fração Operária Leninista, encabeçada por Guillermo Lora (FOL) e a Fração Proletária Internacionalista (FPI), encabeçada pelo pablista Javier. O desenvolvimento posterior do choque entre as duas frações demonstrou que se tratava de divergências programáticas e que a FOL representava a defesa dos postulados da IV Internacional, aplicados na Revolução boliviana de 1952, contra o revisionismo, assumido pela FPI. Observa-

mos que a FOL não chegou a compreender o significado da cisão internacional entre revisionistas e antirevisionistas. No entanto, o POR padecia justamente da ofensiva do pablismo. É o que podemos depreender da descrição dos fatos no segundo volume da *“Contribuição à História Política da Bolívia”*. Vejamos o seguinte testemunho:

“Apesar de Escóbar ter tido sérias divergências com a equipe dirigente do SI da IV Internacional e particularmente com Pablo, que havia repudiado a direção pablista BLA (Birô Latino Americano), o POR continuava à margem das discussões internas que ocorriam na Internacional. No entanto, os problemas bolivianos se agregaram a essa crise aprofundando-a, e, por sua vez, a seção boliviana sofreu as consequências do domínio pablista sobre a Quarta” (Vol. 2, pág. 256)

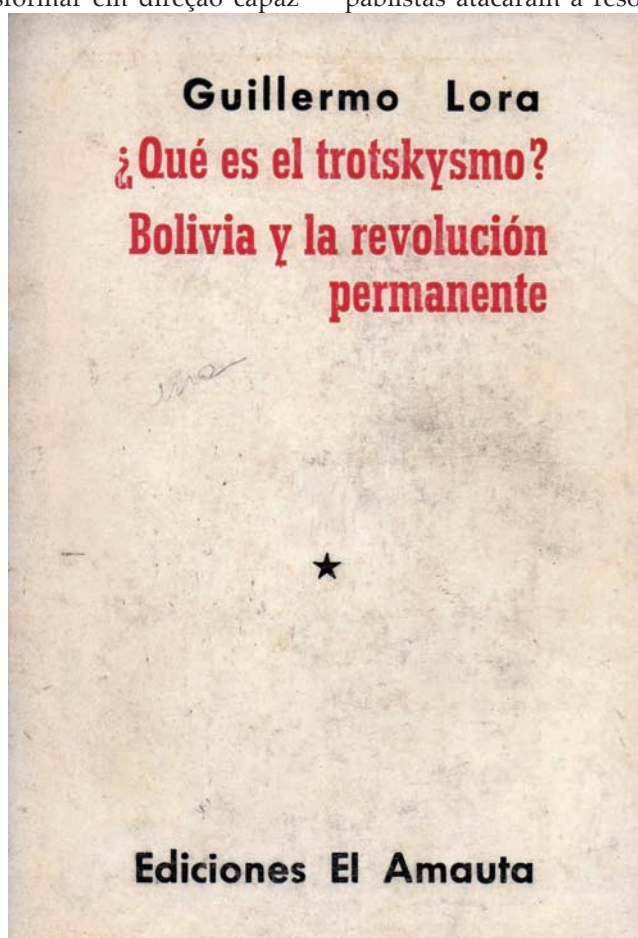
O X Congresso do POR, junho de 1953, se tornou posteriormente a arena na qual emergiriam as duas frações. Os pablistas atacaram a resolução aprovada, que caracterizava

uma mudança na situação política em que se identificava uma retração das massas e um processo de burocratização na direção da COB. E que concluía com a tarefa do POR de edificar posições no seio dos explorados, preparando o terreno para uma nova etapa da crise e de luta pelo poder. Ao contrário da consigna *“A conquista do Poder por meio da conquista das massas”*, os pablistas defendiam *“Empurrar as massas ao Poder”*. Os adversários das teses do X Congresso passaram a combater o reconhecimento de que a COB, controlada pela esquerda do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), perdia o seu caráter de duplo poder devido à influência governamental em seu interior e à burocratização. Eis a constatação de Lora:

“Seguramente, o que mais molestou os pablistas foi a análise serena e até fria da COB, de seus defeitos, de suas possibilidades e da perspectiva de atuação do POR em seu seio, tudo sem nenhuma idealização. O Secretariado Internacional e o BLA consideravam que a COB, que supunham dominada pelo trotskismo, de maneira direta ou indireta, marchava aceleradamente para a conquista do poder”.

(vol. 2, pág. 259).

Criou-se a lenda de que o POR já era um potência, que tinha as massas e a COB sob sua direção, portanto, estava colocada a tomada do poder. Lora demonstra exaustivamente que não era esta a situação. O MNR galvanizou a Revolução de 1952 e se apropriou da direção da COB por meio do lechismo (Juan Lechin) e seus aliados. A lenda pablista foi hasteada pela acusação de que o POR traiu a revolução porque não levantou a bandeira de *“Todo o poder à COB”*. Esta infâmia passou a ser



repetida pelos morenistas, como grande descoberta de Nahuel Moreno (na época, o dirigente argentino estava com os pablistas no processo de crise da Internacional, inclusive integrou o SU). Guillermo refere-se a essa acusação:

“A minoria do SU, do qual faz parte o PST de Moreno, qualificou o POR boliviano de partido traidor da revolução e como reformista. Essa atitude é estranha se se tem em conta que o PST colocou dois de seus dirigentes diante dos trotskistas bolivianos com a proposta concreta de constituir uma frente que pudesse permitir um trabalho político comum, isto em 1971”. (vol.2, pág. 491)

Os adversários do POR se negam a estudar a divisão provocada pelos pablistas e todas suas consequências para o trotskismo na Bolívia. O essencial dessa crise está em que a incidência do revisionismo pablista na Bolívia foi derrotada pela Fração Operária Leninista. Tratou-se de uma derrota programática do pablismo e a afirmação da teoria da revolução permanente, o que permitiu reconstituir as forças do POR boliviano. Caso contrário, o POR teria sido destruído pela política de apoio ao lechimismo e ao governo nacionalista de Paz Estenssoro.

Esse processo, no entanto, não se concluiu com a expulsão dos pablistas no XIII Congresso, realizado no início de maio de 1956. Em junho de 1965, iniciou-se o processo de reunificação, que concluiu em fevereiro de 1966. A tentativa logo fracassou, uma vez que se evidenciou a manobra dos pablistas de aceitar as condições programáticas exigidas pelos trotskistas. A pressão para que houvesse uma reconciliação se deu sob a volta do SWP para as hostes de Pablo, Mandel e Franck, constituindo assim o Secretariado Unificado (SU), em 1963, que como dissemos contou com a presença dos morenistas. Como se vê, mais uma vez a ação política emanada da fração revisionista da IV Internacional atingiu o POR.

Guillermo reconhece o desastre:

“Os resultados demonstraram que se tratou de um grave erro político que prejudicou a organização. Perdeu-se tempo e pôs a descoberto parte da militância que começou a ser perseguida”. “Percorreu-se um caminho equivocado para a ‘unificação!’ Não se discutiram os problemas políticos, nem os verdadeiros alcances do programa porista; a unificação se reduziu a um conjunto medidas estritamente administrativas, como se fosse uma questão limitadamente organizativa”. “Os pablistas locais e o SU culpavam Escóbar do fracasso da unificação, acusando-o de ter rompido a unidade motivado por ambições pessoais, etc.. Por sorte o erro cometido foi retificado de maneira radical”. “Os militantes que com seu voto determinaram a unificação dos trotskistas com os pablistas cometeram esse grave erro devido, principalmente, a pouca experiência que tinham a respeito. Demonstraram pouca maturidade ao considerar que o simples fato de amontoar uma maior quantidade de pessoas que se reivindicam da bandeira trotskista permitiria fortalecer o POR. A evolução posterior do pablismo, tanto na Bolívia como no restante do mundo, demonstra que constituiu um acerto a ruptura desse espúrio compromisso”. (vol. 2, pág. 420)

Os pablistas ainda tinham fôlego para alguma peripécia. Combateram desde o exterior e o interior da Bolívia a Assembleia Popular, que foi concebida pelo comando da COB em fevereiro de 1971 e que se instalou em 1º maio do mesmo ano. Os pablistas se orientavam para o “foquismo”, seguindo as errôneas posições do Castro-Guevarismo. Não nos alongaremos nesse aspecto. Bastam as citações de Lora:

“A Assembleia Popular, o acontecimento político boliviano mais importante da última época, teve influência decisiva para a sorte do pablismo internacional. Os trotskistas que contribuíram para o surgimento desse organismo estavam preocupados por encontrar os canais que permitissem à classe operária caminhar para a tomada do poder e, em nenhum momento, se lhes ocorreu que com sua atitude desfechavam um duro e mortal golpe no pablismo. A Assembleia ao desnudar a bancarrota do foquismo, precipitou a crise do Secretariado Unificado e reduziu a mínima expressão os pablistas bolivianos”. “O IX Congresso do SU aprovou para a América Latina a estratégia da ‘guerra rural’ (foco armado) por ‘todo um período’. Nesse momento, seguindo muito de perto o castrismo, partiu da premissa de que o campesinato se converteu na força social decisiva da guerrilha e que os quadros de direção seriam recrutados entre a juventude pequeno burguesa radicalizada”. “A total quebra dos pablistas bolivianos serviu à minoria (Fração Lênin-Trotsky) do SU para se arremeter contra as posturas foquistas e aventureiras da maioria. Lamentavelmente, essa minoria tampouco compreendeu devidamente o desenvolvimento do processo revolucionário boliviano e da Assembleia Popular”. (vol.2, pp. 488-489)

Encerrada a experiência com o pablismo, em 1969 o POR se aproximou do Comitê Internacional da IV (CI) dirigida pela Organização Comunista Internacional francesa. Em janeiro de 1970, nele se integrou. Como dissemos, o embate dos anos 50 que levaram à divisão da IV não se expressou no interior do POR. As formulações de Pablo no documento *“Para onde Vamos?”* (janeiro 1951), que serviu de base para o revisionismo, a divisão da seção francesa da IV - Partido Comunista Internacionalista (PCI) - e as posições antirrevisionistas encabeçadas por Pierre Lambert, pelo visto, permaneceram distantes da intensa atividade revolucionária do POR. A posição de Lora e de seus camaradas era a de não se integrar em nenhum dos centros internacionais. Inclusive, no processo de reunificação, uma das condições era a de se manter essa posição, que havia sido tomada pelo Comitê Central na reunião de março de 1954. Os pablistas, porém, viam na reunificação um vínculo com o SU. Observava-se que havia extrema desconfiança dos poristas tanto em relação ao SU quanto ao CI. Estando à margem da vida real da IV Internacional e dos embates entre revisionistas e antirrevisionistas, a cisão não lhes pareceu relevante. Os acontecimentos mostraram o contrário. Na Bolívia, se dava a luta de vida e morte entre o marxismo-leninismo-trotskismo e o revisionismo liquidacionista. Pablo, Mandel, Posadas, etc. na prática estavam implantando a nova orientação, que desfigurava o Programa de Transição e a teoria da revolução permanente. A revisão os levaria a capitular diante do nacionalismo burguês e pequeno-burguês e a confluir com o castro-guevarismo (foquismo).

Nove anos de experiência do POR com o CI e OCI

O choque do POR com o pablo-mandelismo em torno do desenvolvimento da luta de classes na Bolívia e a ascensão do nacionalismo configurou o combate ao revisionismo contrarrevolucionário que ganhava corpo no centro da IV Internacional. Nada mais lógico que uma convergência dos trotskistas bolivianos com o Comitê Internacional, que se propunha a reconstruir a esfacelada IV Internacional, ainda que tardiamente. Era de se esperar que Lambert reconhecesse que o POR havia

derrotado o revisionismo no campo teórico, programático e prático.

Guillermo relata que em agosto de 1970 “um representante da OCI francesa” esteve na Bolívia e “entregou à direção do POR uma carta que continha as observações daquela organização sobre as Teses Políticas aprovadas no Congresso da COB”. Nesta, “a OCI considerava que o POR havia cometido um erro ao permitir que em seu projeto se introduzisse parágrafos de cunho estalinista, quando – segundo a organização europeia – o trotskismo com sua enorme autoridade entre os trabalhadores poderia impor uma tese puramente porista, como as Teses de Pulacayo, por exemplo.” A OCI mostrava desconhecimento da realidade. Nas palavras de Lora, “A OCI se esquecia que as Teses eram um documento sindical e que no seio das organizações operárias as tendências podem sempre com algum peso impor seus pontos de vista”. Sem dúvida, o ponto de partida para que o POR se tornasse uma seção atuante e de acordo com seu peso político no trabalho de reconstrução da IV Internacional, cujo mérito inquestionável de preservar seus fundamentos contra o revisionismo estava com a OCI, era o de estabelecer um quadro de elaboração coletiva da qual faria parte a rica experiência do trotskismo na Bolívia. Uma vez que esse ponto de partida não foi assumido, logo as divergências se manifestaram sem que pudessem ser processadas no trabalho comum de estabelecimento da linha internacional do Comitê pela Reconstrução da IV Internacional. É o que depreendemos da exposição de Lora sobre o lugar do Comitê Internacional na história do POR. Vejamos essa consideração:

“O POR é um dos pilares do Comitê de Organização (CO), no entanto, não conseguiu elaborar sua linha política através da discussão internacional. Também é preciso dizer que tem surgido entre o POR e a OCI e outras organizações numerosas divergências políticas – as mais importantes se referem ao papel das burguesias nacionais, a questão cubana e castrista, as guerrilhas e a FRA (Frente Revolucionária Antiimperialista)”. (vol. 2, pág. 461)

Como se vê, não eram divergências secundárias, tinham a ver com o programa e com a elaboração do POR no fogo da luta. Somente uma direção baseada no centralismo democrático, na elaboração coletiva, no manejo da crítica e autocritica e nos métodos leninistas de construção do Partido Mundial da Revolução Socialista poderiam amadurecer as discussões e dar um passo à frente na reconstrução da IV Internacional.

A importante decisão de se realizar uma 1ª Conferência Latino Americana pela Reconstrução da IV Internacional (abril de 1972), tomada pelo POR, PO (Política Obrera Argentina) e

POMR (Partido Operário Marxista Revolucionário do Peru), contando com a anuência do Comitê de Organização (CO) e da OCI, logo expôs as incompatibilidades que se tornariam intransponíveis. Em vez desta ser preparada coletivamente para organizar o trabalho internacional (não se pode esquecer o objetivo de reconstruir a IV Internacional, liquidada organizativamente pelos pablistas), serviu de arena para a OCI introduzir as suas divergências com o POR. Relata Lora:

“Os franceses representando o CI e a OCI apresentaram um documento de balanço sobre a experiência boliviana no qual se repudiava a conduta do POR dentro da Frente Revolucionária Antiimperialista (FRA), por considerá-la uma variante de frente popular”. (vol. 2, pág. 461)

Os documentos contrapostos estabeleceram duas linhas

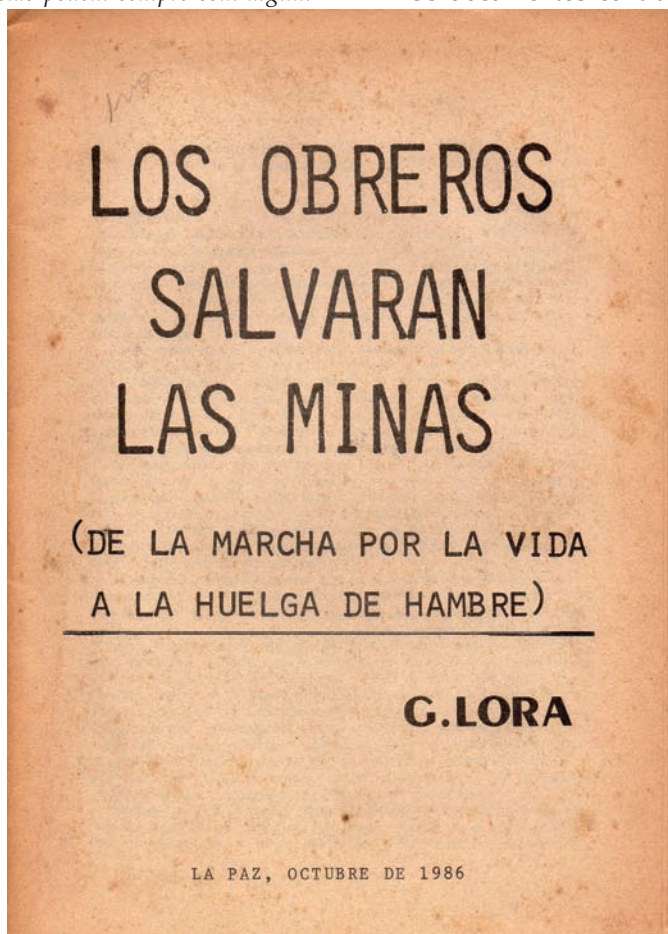
distintas na Conferência. O CI e a OCI não admitiram a reprovação de seu documento pela maioria dos delegados. Estabeleceu-se um impasse. A direção internacional procurou resolvê-lo por métodos burocráticos. Vejamos nas palavras de Lora:

“(…) Os delegados bolivianos e argentinos, que representavam as maiores organizações, rejeitaram o documento dos franceses. Estes, apoiados por algumas organizações menores, propuseram uma inesperada ‘solução’ ao conflito, buscando evitar, sem dúvida, uma ruptura com os bolivianos, e que não era outra coisa senão arquivar os documentos sem que fossem submetidos a voto, para continuar discutindo sobre o estalinismo, castrismo, etc.. Os poristas disseram que não aceitavam essa ‘solução’ porque precisavam de uma política clara sobre como trabalhar dentro do FRA, porque constituía uma preocupação diária que não permitia adiamentos. Depois desta declaração, abandonaram a reunião”. (vol. 2, pp. 461-

462)

O conflito indicou que o Programa de Transição não era de fato a base sobre a qual o CI/OCI combatia o revisionismo pablista. Na Bolívia, se decidia a sorte concreta do SU. Coincidentemente, se projetava o nacionalismo burguês e pequeno-burguês e se manifestava a política castro-guevarista por meio do foquismo. O POR estava imerso nesse caldeirão e incorporava as teses da Revolução Permanente para responder ao processo revolucionário e contrarrevolucionário (golpes, massacres dos mineiros, perseguição policial e assassinato de poristas). Havia se destacado na constituição da COB, na luta pela independência dos explorados diante do nacionalismo (MNR, PIR estalinista e outras variantes). E havia superado o liquidacionismo pablista.

A constituição da Frente Revolucionária Antiimperialista,



cujo manifesto foi divulgado em novembro de 1971, serviu de instrumento para o POR reunir atrás de sua política as organizações de esquerda, em combate ao governo golpista e pró-imperialista de Hugo Banzer. O ataque do CI/OCI a FRA tinha um grande alcance, atingia a Assembleia Popular que assumiu a forma e o conteúdo da Frente Única Antiimperialista, concebida na III Internacional na época de Lênin e Trotsky. Mesmo assim, foi realizada a 2ª Conferência Latino Americana (1975). A 3ª Conferência de setembro de 1977 contou com um documento redigido por Guillermo Lora – *“Projeto de Informe sobre a América Latina”* –. Provavelmente, este documento constituiu o ponto alto da participação do POR boliviano nos quadros do CI. É de grande alcance estratégico para o trabalho revolucionário na América Latina. Expressa a aplicação da teoria da Revolução Permanente e do Programa de Transição. Está calcado na luta de classes no Continente e, em particular, na Bolívia, constituindo um rigoroso balanço sobre as experiências por que passou o POR. Recorremos a essa passagem para que se tenha a dimensão da importância que Lora deu à tarefa de reconstruir a IV Internacional.

“O pablismo - não só por ter destruído organizativamente a IV Internacional, por haver trabalhado sistematicamente no empenho de liquidar numerosas seções nacionais, entre elas muitas latino-americanas, mas também por ter se somado às posições do foquismo, por semear a confusão entre a militância revolucionária - se converteu em um dos sérios obstáculos no caminho da construção dos partidos revolucionários. Superar a confusão e o caos reinantes supõe superar politicamente o pablismo, saldar contas com ele. Esta é uma batalha política que deve ser levada a cabo como tal, ao redor das ideias políticas do trotskismo, à margem do exitismo momentâneo, combatendo energicamente o oportunismo sem princípio”. (Folheto editado pelo POR-Brasil, edição Massas, pág. 48)

Essa orientação exigia um conhecimento das particularidades da luta de classes em cada país e, necessariamente, a assimilação das experiências revolucionárias na Bolívia, em grande medida, encarnada pelo POR. Esse não era o interesse do CI/OCI, embora tivessem em posição de resistência ao liquidacionismo pablista. Essa contradição é flagrante. A degenerescência posterior do Comitê Internacional pela Reconstrução da IV Internacional (CORQUI) mostrou que a OCI e as correntes que a seguiam não foram capazes de derrotar programaticamente o revisionismo diante da situação concreta da luta de classes mundial. O POR, juntamente com PO, rompeu com CORQUI, em 1979, tendo no fundo as divergências programáticas e a rejeição aos métodos burocráticos dos lambertistas de dirigirem o Comitê.

O trabalho de Lora por erguer o Comitê de Enlace

A ruptura do POR com o CORQUI deu lugar à formação da Tendência Quarta Internacional (TQI). Apenas o POR carregava longo acúmulo de experiência e formulação teórica e programática. PO estava em franco desenvolvimento. Padecia da perseguição da ditadura militar, que se instalou em 1976 na Argentina. Parte da direção de PO se encontrava refugiada no Brasil. O lambertismo havia constituído em 1976 uma organização com a unificação de três agrupamentos: Organização Comunista 1º de Maio, Fração Bolchevique Trotskista e Grupo Outubro. A nova corrente, que foi denominada Organização

Socialista Internacionalista (OSI), portanto, surgiu cerca de três anos antes da cisão do POR e PO com o CORQUI. PO participou do Congresso de Unificação, realizado em extrema clandestinidade na cidade de Santos.

Alguns militantes do POR se encontravam refugiados no Brasil, entre eles o atual secretário geral do POR. A relação dos militantes do POR e do PO com a OSI não era apropriada para organizações que estavam sob o mesmo teto do CORQUI. As divergências que os lambertistas apresentaram na 1ª Conferência Latino Americana havia contaminado o ambiente na seção brasileira. A virada ultra-esquerdista do CORQUI em relação aos sindicatos, que deveriam ser destruídos e constituídos outros em seu lugar, precipitou de vez a cisão internacional. Seus reflexos no Brasil resultaram na ruptura de militantes da OSI e na formação da Organização Quarta Internacional (OQI), que hoje se denomina Partido da Causa Operária, em função do registro eleitoral. PO assumiu a tarefa de impulsionar a nova corrente trotskista. No Peru e no Chile, também houve rupturas. PO esteve presente em todos esses casos, por razões circunstanciais.

Desse processo, surgiu a iniciativa de constituir a Tendência Quarta Internacional (TQI). Realizaram-se algumas reuniões, mas logo se mostrou inviável. Jorge Altamira agiu como caudilho fazendo das jovens correntes seus satélites. Uma das condições defendidas pelo POR era a de que não houvesse a “dupla militância”.

Em não havendo a possibilidade do POR e PO constituírem uma verdadeira direção que garantisse a elaboração coletiva e a centralização democrática, inviabilizou-se a tarefa de se realizar um balanço sobre os desastres provocados pelo revisionismo pablista e sobre as razões que levaram o CORQUI a não assimilar as conquistas do trotskismo boliviano.

A dissolução da TQI não resultou de explícitas divergências quanto à linha internacional, uma vez que esta não chegou a ser elaborada. Mas, sobretudo, pela desconfiança de Lora de que o método de Altamira de arregimentar pequenas correntes à margem do POR não daria bons frutos. A justificativa do Secretário Geral do POR de que estavam imersos em muito trabalho na Bolívia soou estranho. Na realidade, expressava a posição de que não era o caso de despender energias a uma organização que já manifestava deformação organizativa (dupla militância, arregimentação, caudilhismo).

Observa-se que os acontecimentos que envolveram o POR de 1946 a 1971 – e mais especificamente o confronto com os pablistas nos anos 50 – marcaram profundamente a IV Internacional, ainda que o POR tenha permanecido quase sempre à sua margem. Embora PO tivesse sido influenciado pelas posições do POR boliviano e as reivindicado, neste momento já indicava que trilharia o caminho distinto da concepção marxista-leninista do internacionalismo. Altamira, como Lambert e Moreno, revelou em seguida que iria trilhar o caminho de construir sua própria tendência internacional. Por essa via, o PO não poderia se constituir como um pilar de reconstrução da IV Internacional. Hoje a “desconfiança” de Lora se confirma nos fatos.

A virada altamirista em transformar Política Obrera em um partido (PO) adaptado à democracia burguesa não se deu sem crises internas. A expulsão de um conjunto de militantes que

contestou as mudanças antileninistas levou a constituir um novo agrupamento, que veio a se chamar Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário e que adotou para o seu jornal o nome de “Massas”, identificando-se, portanto, com o POR boliviano. Em contato com Guillermo Lora, estabeleceu-se a tarefa de constituir um Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

No Brasil, Causa Operária também fazia uma virada, substituindo a estratégia do governo operário e camponês como expressão da ditadura do proletariado pela consigna de “Governo dos Trabalhadores”, adaptada à ascensão eleitoral do caudilho Lula. A dissolução da TQI não mereceu um rigoroso balanço, mas foi acompanhada por um dos dirigentes de Causa Operária que o representava nas reuniões da TQI. A influência do POR se fez manifestar, mas de maneira fragmentada. As rupturas individuais no interior de Causa Operária mostraram o baixo nível de compreensão das razões que le-

vavam às divisões e a influência particular de PO nas mudanças no interior de Causa Operária depois da dissolução da TQI. Esse processo dilacerante acabou por constituir um agrupamento, que se denominou Tendência por um Partido Operário Revolucionário (TPOR) e que imediatamente se vinculou com a cisão argentina de PO e, em seguida, com o POR da Bolívia. O que permitiu dar corpo ao Comitê de Enlace, que contou com um agrupamento do Uruguai e do Chile. Não se trata de entrar em detalhes. O objetivo é o de mostrar o empenho de Guillermo Lora em orientar as jovens organizações, que carregavam os males de cisões atabalhoadas, em partido-programa. Esforçava-se em elaborar coletivamente as políticas para as seções, incluindo a do POR na Bolívia. A rica história do POR servia de exemplo para Lora demonstrar que duas tarefas interdependentes são essenciais para construir

o partido revolucionário: elaborar o programa no fogo da luta política contra a burguesia e penetrar na classe operária. Esse era um trabalho que não poderia ser substituído por nenhuma organização externa à realidade do país.

O Comitê de Enlace (CE) teve a sua primeira reunião em julho de 1988, em La Paz. As declarações políticas, documentos, boletins e a revista Revolução Proletária reúnem um conjunto de elaboração que serve de guia para a luta pela reconstrução da IV Internacional. Citemos apenas a recomendação aprovada na 1ª Conferência do CE, realizada entre os dias 25-28 de janeiro de 1990, referente à seção brasileira:

“Sobre o informe da seção brasileira, se destacaram os seguintes

pontos: 1) dedicar maior atenção ao desenvolvimento programático; 2) analisar as particularidades do capitalismo atrasado no País; 3) ajudar as massas a atravessar a experiência com o PT e o eixo para tal política está em levantar as reivindicações mais sentidas das massas e mostrar a contradição com a política reformista; 4) estudar mais a fundo a origem social da classe operária” (ata do CE de 1990)

Em relação à Bolívia, a 1ª Conferência chegou às seguintes conclusões: “o informe sobre o processo revolucionário na Bolívia e a necessidade do POR se converter em direção física dos explorados ganharam importância na reunião. Destacou-se que no momento atual a questão organizativa condiciona a questão política. A resposta a todos os problemas cotidianos permite o maior desenvolvimento do partido. Assim se colocaram questões fundamentais como: 1) a inexistência da Internacional debilita o trotskismo boliviano; 2) a ausência de uma elaboração coletiva (mundial) para potenciar os acertos políticos; 3) a necessidade de esclarecer os falsos rumores de que a TQI se dissolveu por não haver

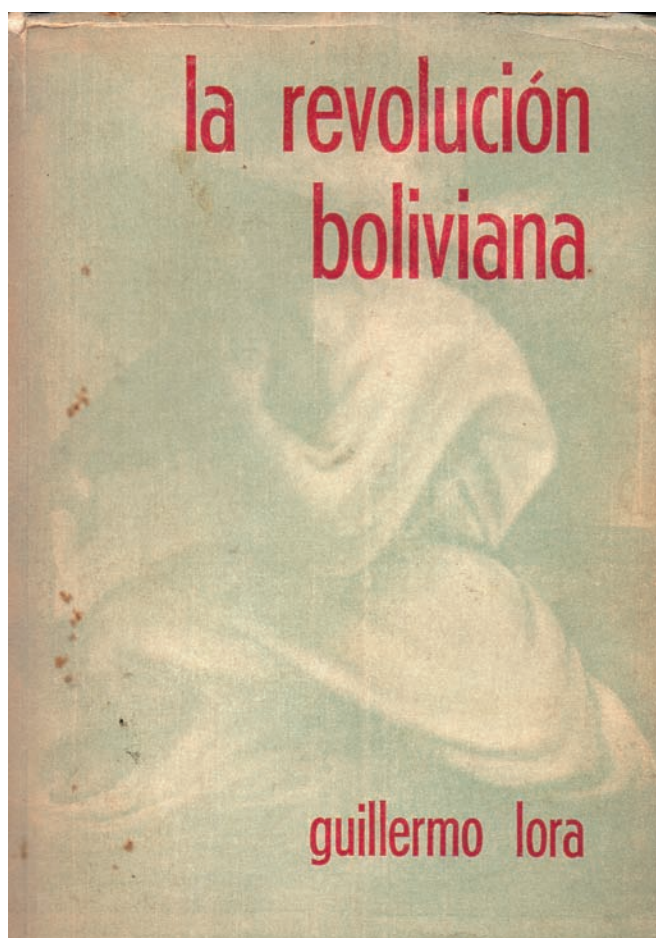
acordo quanto à sede da organização ou coisas do estilo, mostrando que o PO da Argentina se negava sistematicamente em avançar na elaboração programática da revolução na Argentina; 4) o Comitê de Enlace deve ter a maior severidade política e teórica na perspectiva de avançar a elaboração programática; 5) não aplicar mecanicamente a experiência boliviana; 6) a TQI não podia dar resposta aos grandes problemas da política revolucionária mundial; 7) é necessário fortalecer as seções nacionais. Não se deve querer aparecer rapidamente como uma grande tendência em nível mundial. É necessário selecionar os grupos com que se discute. A permanente divulgação da experiência boliviana deve ser um dos eixos para nosso fortalecimento”.

A Declaração Política Constitutiva do Comitê de Enlace foi redigida por Guillermo Lora. Destaquemos a passagem:

“Os revolucionários têm de começar conhecendo a realidade do país que procuram transformar. Essa ati-

vidade se concretiza na penetração no seio das massas para organizá-las, politizá-las e mobilizá-las, o que permite que o Partido também se transforme. Isso quer dizer que o Programa de Transição da IV Internacional tem de se traduzir na teoria da revolução e o programa dos partidos-seções nacionais da Internacional. Não há que esquecer que o programa é o partido (...).” (Declaração Política Constitutiva do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional).

A resolução sobre o problema internacional merece destaque as seguintes formulações: ‘1) o partido mundial da revolução socialista está obrigado a elaborar coletivamente sua linha política, assimilar criticamente as experiências e conquistas das seções nacionais, as quais devem ser generalizadas. O trabalho das seções



nacionais está obrigado a fortalecer a Internacional; 2) o comitê de Enlace surge e meio à queda mundial do estalinismo, acompanhada pela acentuada crise do movimento trotskista internacional, assume a firme decisão de pôr em pé a IV Internacional por ser uma tarefa que se deve cumprir agora e não deixá-la para as calendas gregas". (Resolução sobre o problema internacional, março de 1994).

Guillermo Lora também redigiu o estatuto de funcionamento do Comitê de Enlace. Em sua introdução, é anunciado que o Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional se baseia no marxismo-leninismo-trotskyismo. Sintetiza sua orientação com a estratégia da revolução e ditadura proletárias. É regido pelo centralismo democrático, da estrutura bolchevique e do militante profissional no sentido leninista.

As dificuldades em levar adiante o Comitê de Enlace foram muitas, expuseram a imaturidade político-organizativa das jovens seções. Mesmo assim, cumpriu parte das tarefas, entre elas a de publicar com certa regularidade a Revista Revolução Proletária (chegou-se a aprovar na reunião do CE de maio de 1997 uma crítica às seções brasileira e argentina por não entregarem os artigos). A crise na seção argentina, que levou a sua divisão, acabou por se expressar deformadamente no interior do CE. Na reunião de fevereiro de 1998, foi suspenso o funcionamento do Comitê de Enlace. Guillermo Lora avaliou que houve um fracasso no objetivo inicial de construir uma direção internacional, com sede na Bolívia, por razões políticas e materiais. Concluiu que as reuniões se tornaram formais devido às limitações das seções brasileira e argentina. E que na quebra da disciplina por membros da direção da seção argentina agravou esse quadro. Após essa decisão, mantiveram-se reuniões com as seções brasileira e argentina com o objetivo de retomar o funcionamento do CE. Essa tarefa foi recolocada após o falecimento de Guillermo Lora. Realizaram reuniões e uma escola de quadros internacional. O que permitiu convocar o 1º Congresso de reestruturação do CE, em novembro de 2013.

Breve conclusão

Nosso objetivo foi o de conhecer mais a fundo as conquistas do trotskismo no processo revolucionário da Bolívia, cumprindo a orientação das resoluções do Comitê de Enlace. Verificamos que o penoso trabalho de construção do POR no Brasil é a única via para que essa tarefa internacionalista seja realizada.

Aproveitamos os cinco anos de falecimento de Guillermo Lora para avançar nesse caminho.

A tese de que a reconstrução da IV Internacional passa ne-

cessariamente pela assimilação da experiência revolucionária neste país de capitalismo tão atrasado e tão oprimido pelo imperialismo se mostrou válida como expuseram os embates do POR contra os revisionismos que desintegraram organizativamente a IV Internacional. A longa existência do POR e seu valioso patrimônio marxista expressam as conquistas do proletariado mundial. Somente assim se pode entender como foi possível em um país atrasado em todos os aspectos se chegar a um ponto tão elevado da teoria revolucionária.

Somente os caudilhos esquerdistas pedantes e a militância que insiste na ignorância promovida pelos aparatos partidários em disputa no campo da pequena burguesia podem virar as costas para as contribuições do POR.

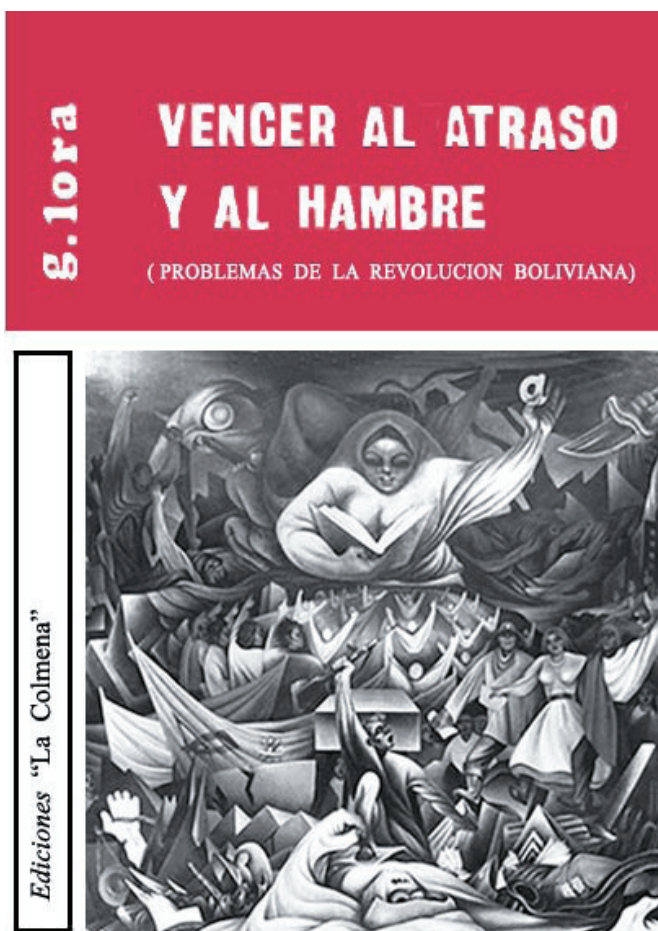
O curso que tomou e vem tomando as várias tendências

que infelizmente se reivindicam do trotskismo – fruto de uma enorme divisão e subdivisão que praticamente começou na década de 1950 – confirma, no presente, as razões que levaram o POR a se manter à margem das disputas sem princípios, de nunca ter se integrado em profundidade ao trabalho com esta ou aquela fração da IV Internacional e de ter sofrido o grave mal do isolamento. Tudo indica que o trabalho frutífero, neste sentido, se deu no Comitê de Enlace, apesar das debilidades das recém-criadas organizações que o compôs.

A militância voltada a constituir o programa e a penetrar na classe operária fez do POR uma potência teórica, programática e prática. Somente por essa via, Guillermo Lora poderia ter deixado para a classe operária boliviana e mundial as *Obras Completas*. Seus escritos editados

no jornal Massas, muitos em forma de artigos sintéticos, mas programáticos, nos abundantes folhetos, nos inúmeros livros, alguns verdadeiros monumentos do marxismo (como a História da Classe Operária na Bolívia, a Revolução de 1952, a Contribuição à História Política da Bolívia), nas folhas diárias (Colmena e Muela del Diablo) e nas revistas, de conjunto, se erguem como uma fortaleza do marxismo-leninismo-trotskyismo.

As correntes e seus caudilhos que pretendem passar ao largo dela, anunciando o objetivo de reconstruir a IV Internacional (os revisionistas o trocaram por "refundação", etc.), não percorrerão senão o velho caminho do oportunismo. De nossa parte, temos claro que a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista se apoiará nas conquistas do POR boliviano.



A atualidade das Teses de Pulacayo

1. Introdução

Neste ano, completam-se 5 anos da morte do marxista boliviano e dirigente do Partido Operário Revolucionário (POR) Guillermo Lora. Também já se passaram 68 anos da elaboração e aprovação pelo Congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB) das Teses de Pulacayo, o primeiro documento político do país altiplano de grande expressão que realiza a caracterização da Bolívia como país semi-colonial e que defende claramente a perspectiva da Revolução Proletária, como meio para solucionar os grandes problemas sociais e econômicos do país, tais como a libertação nacional do jugo do imperialismo, o desenvolvimento das forças produtivas industriais, a superação dos profundos desequilíbrios regionais, a elevação cultural da população e extinção do analfabetismo, além da resolução da questão agrária com a entrega das terras ao campesinato e nacionalidades indígenas empobrecidas.

A importância de analisar a atualidade das Teses de Pulacayo está em que G. Lora teve um papel muito importante não só na sua elaboração, mas também na sua defesa durante décadas. Lora era um homem de visão histórica, que se despiu dos condicionamentos pequeno-burgueses, fazendo de tudo para aprender com o movimento mineiro. Quando perguntavam ao líder trotskista boliviano sobre o seu papel na elaboração do documento histórico do movimento socialista e operário latino-americano, Lora afirmava que apenas havia traduzido em documento escrito o que os operários lhe haviam ditado. Nunca manifestou qualquer vaidade pelo fato de redigido as Teses e passado para a história do seu próprio país e da América Latina.

As Teses de Pulacayo tornou-se um fato único na história do movimento operário latino-americano, diríamos do marxismo internacional, por duas razões fundamentais: foi um primeiro esforço de aplicação do marxismo de nossa época, o trotskismo, por meio do método do Programa de Transição e da teoria da Revolução Permanente à realidade de um país capitalista atrasado da América Latina. Por outro lado, esse acontecimento histórico se passa no contexto de hegemonia quase absoluta do estalinismo e da social-democracia no plano do movimento socialista internacional.

2. Contexto histórico da aprovação das Teses de Pulacayo

A importância das Teses de Pulacayo para a história do movimento sindical e socialista da Bolívia e da América Latina é considerável e não há qualquer dirigente de correntes políticas ou estudioso do marxismo latino-americano que negue este fato. Passadas várias décadas de sua aprovação, o país vivenciou a experiência com diversos governos e regimes políticos, da democracia burguesa limitada às ditaduras militares, além do nacionalismo burguês. Hoje, a Bolívia encontra-se sob a direção do Movimento ao Socialismo (MAS), do ex-líder dos *cocaleros* (agricultores que cultivam a folha de coca), Evo Morales. Quando este governo foi eleito, despertou no campesinato, nas nacionalidades indígenas e demais explorados bolivianos a ilusão de que todos os problemas da Bolívia seriam resolvidos por meio de um governo burguês saído das urnas, sem a necessidade de uma revolução social.

Sobre a base do marxismo revolucionário, o Partido Operário Revolucionário (POR) boliviano foi a corrente que caracterizou

objetivamente o que se passava no país e que o governo de Evo não só não conseguiria resolver as chagas do atraso e da fome, como teria de proteger a grande propriedade privada dos meios de produção das multinacionais e do capital nacional. Para tanto, teria de se chocar com os movimentos instintivos do proletariado e demais explorados da Bolívia, que, diante do aprofundamento da crise capitalista internacional e seus impactos na economia do altiplano, teria de se movimentar em defesa de suas reivindicações. Foi exatamente isso o que aconteceu. Neste momento, os explorados bolivianos, que fizeram a experiência com o reformismo de Morales e, agora, sentem na pele as medidas pró-imperialistas tomadas pelo governo, passam para a perspectiva de ampliar as mobilizações de rua e os protestos contra o governo. O que as Teses de Pulacayo têm a ver com isso?

O POR foi fundado em 1935 na cidade de Córdoba, na Argentina, como resultado da crise econômica e política no contexto da crise mundial de 1929 no mundo e da Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai, de 1932 a 1935. Mostrou, sobretudo, a necessidade de avançar no amadurecimento político e organizativo da classe operária e dos setores de esquerda. O POR, apesar de uma cisão provocada pelo grupo de Tristan Marof ainda na década de 1930, conseguiu se reorganizar. É nesse contexto que se desenvolve o estalinismo na Bolívia. Em 26 de julho de 1940, a Frente da Esquerda Boliviana (FEB), liderada pelo estudante exilado José Antonio Arze, deu origem ao Partido da Esquerda Revolucionária (PIR), fiel depositário das posições estalinistas da burocracia soviética na Bolívia. Também aparece, em 1941, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), de Victor Paz Estenssoro, expressão do nacionalismo burguês.

O estalinismo do PIR, seguindo as teses de Moscou, defendia que na Bolívia atrasada e semifeudal só caberia a defesa de uma revolução democrático-burguesa como primeira etapa do processo revolucionário e que a segunda etapa, de caráter socialista, estava resguarda para um futuro incerto, após um longo período de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas industriais e do regime democrático, no seio do qual o proletariado e demais explorados bolivianos fariam a sua formação e educação política. A estratégia da revolução por etapas colocava do ponto de vista da tática a conformação de frentes populares com setores da burguesia, dita progressista, portanto, o proletariado e demais explorados foram levados pela política do estalinismo a se submeter aos interesses da burguesia nacional boliviana, perdendo completamente a sua independência de classe. O PIR acabou por colaborar com governos burgueses considerados aliados. O POR, por outro lado, trabalhou pacientemente por estreitar seus laços com o proletariado mineiro e superar a crise de direção revolucionária, agravada pela destruição em 1943 da III Internacional pelo estalinismo.

O contexto histórico em que vem a lume as Teses de Pulacayo é marcado de um lado pelo aprofundamento da crise mundial do capitalismo, por outro, pela erupção da Segunda Guerra Mundial (1939-45). Na Bolívia, vive-se o contexto do governo de Gualberto Villarroel (1943-1946) e o denominado Sexênio (1946-1952), que expressam no plano interno os interesses da burguesia diante das consequências da crise econômica e social. A crise abre caminho para o fortalecimento do movimento operário e das organizações de esquerda no país. O governo Villarroel-MNR foi derrubado em 1946 e substituído por um governo de

aliança do PIR estalinista com setores das oligarquias tradicionais bolivianas (a Concordância), retardando, dessa forma, o desenvolvimento político independente da classe operária.

Desde o Massacre de Catavi, em 1942, se ampliava a organização do proletariado mineiro. Em 1944, na cidade de Huanuni, foi fundada a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB), contando em pouco tempo com mais de 60 mil filiados, tornando a maior entidade sindical do país. O trabalho da militância porista no sentido de se enraizar no movimento operário começou a ganhar terreno, em choque com o estalinismo e com o movimentismo. Já no 3º Congresso da FSTMB, Guillermo Lora discursava como representante da *Federación de los Obreros Desocupados*, mostrando a raiz do atraso e das mazelas sociais da Bolívia como expressão do domínio da grande propriedade privada dos meios de produção e da opressão imperialista.

O ano de 1946 foi marcado por greves e mobilizações de professores, protestos populares de grandes dimensões e dos bancários. Em novembro, foi chamado um Congresso extraordinário da FSTMB, por influência do POR, na mina de Pulacayo. Os representantes mineiros do sindicato de Siglo XX apresentaram, no dia 8 de novembro, na abertura do Congresso, o documento que ficou conhecido como Teses de Pulacayo. Depois de ampla discussão, as teses foram aprovadas pelo Congresso da FSTMB. Diferenciando-se completamente do programa estalinista e do reformismo nacionalista do MNR, as Teses de Pulacayo armava programaticamente o proletariado mineiro e os explorados bolivianos de uma análise marxista do desenvolvimento histórico do país semicolonial e de uma plataforma programática de luta, de acordo com o método do Programa de Transição da IV Internacional.

3. A atualidade das Teses de Pulacayo

As Teses de Pulacayo começam por caracterizar a Bolívia de forma científica, com base no desenvolvimento econômico e histórico do país. Trata-se de um país capitalista atrasado, semicolonial, que combina as formas mais avançadas da produção industrial capitalista com as formas mais atrasadas do pré-capitalismo. A Bolívia é semicolonial porque apesar de ter uma soberania formal, está condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista de esgotamento, de modo que os setores fundamentais da economia estão sob o controle do capital internacional e da oligarquia boliviana.

Por isso, afirmam as Teses, dentro “do amálgama dos diversos estágios de evolução econômica, predomina qualitativamente a exploração capitalista, e as outras formações econômico-sociais constituem herança de nosso passado histórico. Dessa evidência, se origina o predomínio do proletariado na política nacional”. As teses colocam claramente o papel do operariado, particularmente o do ramo fundamental da mineração, como a classe revolucionária, que, apoiada no campesinato pobre e demais explorados, será capaz de tomar o poder em suas mãos, constituir um governo operário e camponês e solucionar os grandes problemas econômico-sociais do país.

Ao contrário das posições estalinistas do PIR e, posteriormente, do Partido Comunista da Bolívia (PCB), que defendiam a revolução democrático-burguesa e as alianças com a suposta burguesia “progressista”, as Teses de Pulacayo mostram claramente que na Bolívia só cabe a Revolução Proletária como saída para a crise capitalista. Isso porque, apesar do caráter semicolonial e atrasado do país, a Bolívia é “um elo da corrente capitalista

mundial”. As particularidades nacionais representam em si uma combinação dos traços fundamentais da economia mundial”. As forças produtivas mundiais estão mais do que dadas para a revolução proletária e condicionam as particularidades das forças produtivas dos países semicoloniais.

A burguesia nacional boliviana não era “capaz de liquidar o latifúndio e as formas econômicas pré-capitalistas; de realizar a unificação nacional e a libertação do jugo imperialista”. A conclusão dessa análise é fundamental: as tarefas da revolução democrático-burguesa, tais como a resolução da questão agrária (terra aos camponeses e coletivização da agroindústria), a independência (soberania), a unidade nacional e a extinção dos desequilíbrios regionais, a superação do analfabetismo e a universalização da educação, a resolução do atraso, da fome e desenvolvimento das forças produtivas industriais, passam para as mãos do proletariado revolucionário, apoiado na maioria nacional (os explorados). Portanto, afirmam as teses: o “proletariado dos países atrasados está obrigado a combinar a luta pelas tarefas democrático-burguesas com a luta pelas reivindicações socialistas”. “Ambas as etapas – a democrática e a socialista – não estão separadas na luta por etapas históricas, senão que surgem imediatamente umas das outras”.

Os estalinistas, para encobrir sua traição à classe operária e à revolução internacional, fizeram com as Teses de Pulacayo e POR aquilo que realizaram com a Oposição de Esquerda Russa e Internacional: passaram a acusar os trotskistas de pular a etapa da revolução democrático-burguesa. Tiveram, evidentemente, de ressuscitar a velha concepção mecanicista menchevique (etapismo) das duas etapas do processo revolucionário separadas umas das outras por um longo período histórico, dirigidas por classes diferentes (a primeira pela burguesia industrial, a segunda pelo proletariado). Isso depois de todo o debate travado na Rússia e os acontecimento da Revolução de 1917, que mostraram claramente a impotência da burguesia russa e de seus partidos para realizar as tarefas da revolução democrática. Não por acaso, as Teses de Pulacayo deixam claro que o fato de que na Bolívia esteja colocada a revolução proletária não significa que estejam superadas as tarefas democrático-burguesas. Significa apenas que a burguesia é incapaz de realizá-las plenamente e que apenas a ditadura do proletariado, cuja expressão é o governo operário e camponês, pode levar a cabo as tarefas democrático-burguesas e transformá-las em tarefas socialistas, com a expropriação da burguesia e do latifúndio, a socialização dos meios de produção, a planificação da economia e o controle operário da produção.

A Teses de Pulacayo se chocam com o nacionalismo burguês e o estalinismo. Mostram cabalmente que “sustentar que a revolução democrático-burguesa, como tal, será realizada pelos setores ‘progressistas’ da burguesia e que o futuro Estado encarnará a forma de governo de unidade e concordância nacional, põe em evidência a intenção firme de estrangular o movimento revolucionário no marco da democracia burguesa. Os trabalhadores, uma vez no poder, não poderão se deter indefinidamente nos limites democrático-burgueses e se verão obrigados, cada dia em maior medida, a fazer cortes sempre mais profundos no regime de propriedade privada, deste modo a revolução adquirirá caráter permanente”. Além de denunciar o estalinismo e o nacionalismo burguês por limitar a luta de classes aos marcos do capitalismo e da constituição de governos burgueses supostamente revolucionários e por aplacar o avanço da luta do proletariado por sua independência de classe diante do Estado, dos governos e dos partidos da ordem burguesa, as Teses de Pulacayo recha-

cam “a ilusão pequeno-burguesa de solucionar o problema operário, deixando nas mãos do Estado ou de outras instituições, que têm a esperança de passar por organismos equidistantes entre as classes sociais em luta. Tal solução, ensina a história do movimento operário nacional e internacional, tem significado sempre uma solução de acordo com os interesses do capitalismo e à custa da fome e da opressão do proletariado”.

As Teses de Pulacayo levantam para o movimento operário mineiro e para os explorados da Bolívia um conjunto de reivindicações transitórias, que superam a divisão entre programa mínimo e programa máximo da social-democracia e do estalinismo, e estabelecem uma ponte, uma articulação íntima entre as reivindicações elementares dos oprimidos e a necessidade de confrontar a grande propriedade privada dos meios de produção e o poder político do Estado e dos governos burgueses, isto é, a luta por tornar a classe operária a classe dominante apoiada na maioria explorada do país. É dessa maneira que defende o salário mínimo vital, a escala móvel de salários, a escala móvel das horas de trabalho e a redução da jornada. Destacam-se outras posições como a ocupação de minas, o contrato coletivo de trabalho aprovado pelas assembleias e imposto sobre os patrões, a independência sindical diante da burguesia e seus partidos, o controle operário das minas, a autodefesa dos trabalhadores diante da violência do Estado, dos governos e dos capitalistas. Para tanto, defende o método da ação direta de massas como o método fundamental de luta do proletariado, como a greve, as ocupação, as manifestações e passeatas. Os demais métodos de luta empregados pelo proletariado, como a luta eleitoral ou parlamentar, devem se subordinar à ação direta das massas e ser utilizado segundo a concepção leninista de tribuna revolucionária para defender fundamentalmente as reivindicações das massas exploradas e denunciar a democracia burguesa e a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, fazendo avançar a consciência de classe do proletariado para destruir a dominação burguesa.

4. As limitações das Teses de Pulacayo

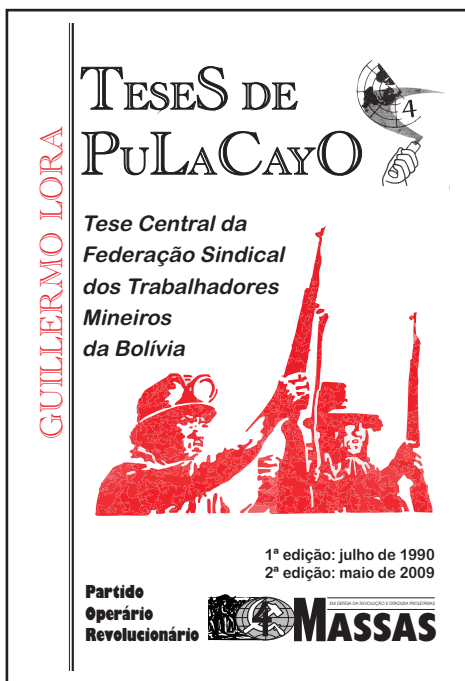
Lora nunca escondeu os equívocos das Teses de Pulacayo. Ao contrário, procurou ressaltá-los, compreendê-los e superá-los ao longo das décadas seguintes. Explica: “O fato de que as Teses de Pulacayo sejam um dos documentos políticos mais famosos do país não pode nos fazer esquecer de que se trata de um programa sindical. Deliberadamente, empregamos o termo documento político, para ressaltar que não se limita a enunciar os problemas particulares do setor ou do momento (coisa que também o faz), mas que formula os interesses gerais da classe, os interesses históricos (a revolução e ditadura proletárias), que emergem do lugar que a classe operária ocupa no processo de produção e de desenvolvimento da sociedade capitalista. No Manifesto Comunista, se diz que, quando a classe operária se organiza como tal, imediatamente desenvolve uma atividade política e se constitui em partido: sua luta é luta de classe. Em Pulacayo, os mineiros expressaram sua decisão de desenvolver uma política revolucionária de classe e denunciaram que o apoliticismo, tão útil aos

setores atrasados e à reação, oculta a imposição da política burguesa aos operários. Uma das limitações das Teses de Pulacayo consiste, precisamente, em que não definem com clareza – e não poderia fazê-lo – o papel do partido revolucionário na luta libertadora da classe operária. Continua sendo um programa sindical, embora com conteúdo político, o que constitui a sua virtude mais marcante”.

Do ponto de vista da tática, as Teses de Pulacayo propunham a constituição de uma Frente Única Proletária (FUP), como um “bloco granítico dos explorados e dos elementos revolucionários”, e “uma necessidade imperiosa de destruir o capitalismo que está unificado em um só bloco”. A frente era uma arma para afastar as influências burguesas, para mobilizar as massas em direção à revolução proletária. Lora lembra: “As circunstâncias políticas imperantes e caracterizadas pelo isolamento dos mineiros, tanto do grosso da pequena-burguesia das cidades – naquele momento dentro das redes dos Comitês Tripartites encarregados de levar as massas ao curral da oligarquia – quanto de uma parte da mesma classe operária, que ainda não tinha

conseguido passar por cima das direções estalinistas, determinaram que a Tese de Pulacayo falasse da frente única proletária e não da frente anti-imperialista, o que teria sido o correto. Na prática, se selou um pacto político entre a FSTMB, linha de frente do sindicalismo operário, e o POR, vanguarda revolucionária do proletariado. Tal pacto era estritamente proletário, mas ficou isolado da maioria da nação oprimida. Por esse caminho, o movimento mineiro não podia se converter em direção das massas, condição para a revolução proletária. A frente única, da classe, não tinha futuro político em um país atrasado, no qual a massa camponesa começava a marchar para as posições do proletariado. A crítica à tática da frente única proletária foi feita oportuna e radicalmente pelo POR, que assim abriu a perspectiva correta para a construção da frente anti-imperialista sob a direção política da classe operária”.

Guillermo Lora morreu em 17 de maio de 2009, portanto, 63 anos depois de elaborar as Teses de Pulacayo e de sua aprovação no Congresso Mineiro da FSTMB. O documento inspirou praticamente os principais acontecimentos políticos em que o proletariado boliviano atuou de forma independente dos partidos reformistas, nacionalistas e estalinistas. O trotskismo teve, certamente, um papel fundamental em sua elaboração e aplicação à realidade social, econômica e política ao longo da segunda metade do século XX e começo do XXI. A obra do líder revolucionário boliviano se projeta ao movimento socialista latino-americano e mundial. É evidente que as correntes e partidos estalinistas, reformistas e centristas, mesmo os que se reivindicam do trotskismo e da IV Internacional, continuam isolando o POR e trabalhando por afastar a vanguarda da sua extraordinária experiência teórico-política na luta e na história da Bolívia. A construção dos partidos revolucionários na América Latina e demais continentes e a reconstrução da IV Internacional sobre a base do programa revolucionário do proletariado erguerá bem alto as grandes contribuições do bolchevique Guillermo Lora.



O POR e a Revolução Boliviana de 1952

A Revolução de 1952 constitui um dos pontos mais altos do processo histórico da revolução proletária na Bolívia. Serviu de impulso para construção política, organizativa e programática do POR. É no impiedoso fogo da revolução boliviana, que ascende a energia de todo o povo e de seus homens mais destacados, que o partido marxista-leninista-trotskista se forjará como a vanguarda das massas bolivianas. É nesta experiência que o POR se delimitará de todas as demais correntes de esquerda e se erguerá como partido-programa.

No entanto, entre suas chamadas se consumirão indivíduos e tendências internas do POR, que não souberam nadar na corrente e na contracorrente e não conseguiram suportar o peso das pressões e contradições sociais. Permanecerão em pé, não sem grandes convulsões internas, aqueles revolucionários que souberam identificar e se vincular de forma consciente às correntes mais profundas da história, que souberam penetrar e traduzir os instintos, interesses e sentimentos das massas em consciência política. Enfim, que compreenderam e aplicaram as leis da revolução na época de desintegração do capitalismo imperialista, que é a de transição ao socialismo nas particularidades do país.

É nesse sentido que o processo histórico constitui um laboratório social e teórico das tendências políticas que pretendem se tornar a direção das massas oprimidas e moldar o país de acordo com seus interesses. Em seu seio, são duas aquelas que disputaram a condução das massas e assinalaram dois caminhos e duas estratégias para o poder. De um lado, o nacionalismo burguês do MNR; de outro, o marxismo-leninismo-trotskismo do POR. Serão essas duas correntes antagônicas que concentrarão os esforços em organizar as massas baseadas em duas táticas e estratégias de classe distintas. Entre ambas, se estabelecerá uma férrea luta ideológica e política. Todas as outras correntes, de direita e de esquerda, incluindo organizações revisionistas do trotskismo, movimentaram-se em torno dessa luta.

Dois métodos e duas estratégias se enfrentaram

Uma das contribuições teóricas mais significativas de Guillermo Lora à compreensão da Revolução de 1952 foi, sem dúvida, a de esclarecer a dialética interna das leis que regem as relações entre revolução e contrarrevolução na época de desintegração capitalista. Realizará um gigantesco esforço para generalizar a prática e o instinto comunista das massas em teoria revolucionária. Da experiência viva do proletariado, extrai as leis que regem seu instinto de classe revolucionária, traduzindo-a em programa. Cada fato, cada etapa e contradições internas da luta geral dos explorados servem para forjar o programa e o método da revolução proletária na atrasada Bolívia.

Não por acaso que a Revolução de 1952 ajudará o POR, tendo à sua direção Guillermo Lora, a depurar as armas teóricas que permitirão caracterizar esse processo revolu-

cionário como a luta de duas tendências históricas e estratégicas de classes distintas e antagônicas. Enquanto que o golpe de Estado, ensaiado pelo MNR para validar sua vitória eleitoral de 6 de maio de 1951, que foi desconhecida pela ditadura da oligarquia, expressava o método dos golpes putchistas assentados na pequena burguesia, distintamente as massas tomavam as ruas com o método da ação direta e imprimiam assim os métodos próprios do proletariado que se projetavam à conquista do poder e à destruição do regime capitalista. Em outras palavras, chocavam-se no mesmo processo e por momentos se confundiam – sem que com isso se fundissem – os métodos da revolução democrático-burguesa assumidos pela pequena burguesia e os métodos da revolução social expressos pelo proletariado. Lora demonstrará como essas duas variantes não se confundem diante das duas classes que ocupam dois lugares distintos na produção social e adotam duas estratégias e interesses antagônicos.

Essa diferenciação se reflete nos métodos empregados pela cúpula do movimentismo (MNR) por cima, e pelas massas auto organizadas por baixo. Como se colocam os partidos diante desses dois caminhos indica o lugar e o conteúdo de classe das organizações. Lora demonstrará como um partido, apoiando-se em um ou outro método, refletirá desse modo seu caráter de classe. O MNR pretendia chegar ao poder com um golpe palaciano, mobilizando regimentos e ganhando um setor da burocracia estatal. Tratava-se de um método que pretendia deslocar uma fração de uma classe por outra da mesma classe no poder. Ao contrário, a linha do POR foi a de fortalecer a democracia operária, a luta pela via da ação direta, apoiando-se na formação de milícias e orientando ações instintivas das massas para o caminho programático traçado nas Teses de Pulacayo. No entanto, a pressão das massas nas ruas e a derrota do golpe palaciano produziram uma virada oportunista do MNR à esquerda, passando a se apoiar nas iniciativas revolucionárias das massas para chegar ao poder. O POR combaterá essa manobra, demonstrando como o nacionalismo terminaria na trincheira da contrarrevolução burguesa, galgada pelo imperialismo.

Essa caracterização se torna mais clara quando Lora destaca que a presença e as tradições políticas revolucionárias do proletariado – ao lado da conclusão do ciclo nacionalista burguês como o governo pró-imperialista e incapaz de cumprir as tarefas democráticas e libertar o país do atraso – evidenciam que “somente a ditadura do proletariado, apoiada pelas massas camponesas e pequeno burguesas das cidades” será a única “forma de governo (operário camponês) capaz de concretizar a libertação nacional, cumprir plenamente as tarefas democráticas e abrir a perspectiva do socialismo”. Essa formulação se completa com esta outra sobre a experiência do nacionalismo movimentista: “O esgotamento da experiência, a demonstração, no terreno dos

fatos, de seus limites e a impotência para consumir a revolução democrática significou, ao mesmo tempo, a elevação da consciência de classe dos trabalhadores”.

Lora se utiliza da experiência histórica para comprovar, desta vez com o enorme impacto dos acontecimentos, que somente o método da revolução permanente consequentemente aplicado à realidade do país que se pretende transformar é o método próprio dos explorados para se libertar da opressão nacional e de classe. Esse é um fundamento teórico marxista insubstituível na luta contra as tentativas e fracassos do nacionalismo burguês, e, posteriormente, do foquismo. Mais tarde, essa conquista programática permitirá denunciar imediatamente o Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo Morales como um pretendente burguês ao poder e que acabaria ajoelhado diante do imperialismo. Essa caracterização do trotskismo sobre os governos burgueses nacionalistas e pretensamente reformistas se confirma. Na Revolução de 1952, o POR assentou sólidas bases de definição do nacionalismo como uma variante impotente da burguesia para solucionar as tarefas democráticas do país semicolonial e conquistar a sua independência. Assim, a luta contra o MNR, mais de 40 anos, depois demonstrará sua importância para o processo revolucionário que se desenvolve.

Em resumo, Guillermo Lora demonstrará como se manifestaram na revolução de abril de 1952 as leis da revolução no país atrasado e semicolonial. Assinalará que a presença física e ativa do proletariado modifica a luta de classes, que envolve a maioria nacional oprimida, e estabelece a perspectiva de tomada do poder, pela via insurrecional, estabelecimento do governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Somente a derrota definitiva das forças burguesas e a constituição do domínio de classe do proletariado possibilitarão realizar as tarefas democráticas (agrárias, indígenas, etc.) e impor a soberania diante dos opressores externos. O POR lutará sob essa linha programática no interior da Revolução de 1952. Desgraçadamente, o POR teve de enfrentar não apenas os partidos da burguesia e seus auxiliares (os estalinistas) como também o revisionismo enquistado nas fileiras da IV Internacional. O Secretariado Unificado (SU) combaterá essa linha e pressionará para que o POR adote o entrismo no MNR. O oportunismo que tomou conta da direção do partido o empurrava para colaborar com o MNR e fortalecer o nacionalismo. Lora indicará mais tarde que a debilidade e a corrupção da direção internacional dirigida por Michel Pablo debilitará a via

revolucionária e servirá objetivamente à contrarrevolução. Esse é um dos aspectos centrais do balanço de Lora sobre 52. Uma das conclusões do balanço é que as conquistas do POR forjadas no fogo da luta deveriam ser assimiladas criticamente pelas correntes internacionais e utilizadas para reconstrução da IV Internacional.

Sobre a arte da insurreição e o duplo poder

Guillermo Lora desentranha e fundamenta a arte da insurreição e a aplicação concreta no caso boliviano. As milícias operárias e camponesas serão ressaltadas em toda sua importância para a luta revolucionária. Sua formação será o produto da desintegração do exército. O dirigente do POR assinala, no entanto, que esse fato não foi resultado de um golpe técnico-militar. Foi produto do processo histórico que arrastou o exército - mais precisamente suas tropas e a suboficialidade, em razão das contradições da luta de classes e por refletir nas condições de vida dos soldados (miséria,

pauperização, opressão, etc.) - e que permitiu com o ascenso revolucionário das massas que a política proletária e as contradições sociais atuassem em seu interior. Isto abrirá um campo de ação política para ganhar uma parte do exército para as posições revolucionárias. Lora diz que nisto se resume o essencial da arte da insurreição e da política militar do proletariado. Desentranhar essas relações para abrir as portas do exército ao trabalho revolucionário



é a condição para que a política do proletariado possibilite a insurreição armada das massas.

A política militar do proletariado, explica Lora, se complementa com a formação de milícias operárias e camponesas expressão da vontade das massas e de seu poder. As milícias de 52 foram expressão direta da luta revolucionária e sofreram com seu retrocesso. Lora mostrará que essas formações especiais das massas são um produto de seus ascensos e refluxos. Enquanto se mantinha o ascenso, as milícias expressavam o poder da COB. Quando veio o refluxo e a COB deixou de expressar a ação revolucionária das massas (passou a colaborar com o governo de Paz Estenssoro), as milícias retornam ao caminho de seu desaparecimento físico (desmobilização e desarmamento). O desarmamento da população (isso representavam as milícias) indica o ascenso contrarrevolucionário e a reconstituição do exército burguês, refletindo a seu modo a submissão das massas ao nacionalismo burguês.

A presença das milícias operárias e camponesas represen-

tara, para Guillermo Lora, o sinal mais evidente do método e da arte da insurreição proletária que cimentarão a revolução social na Bolívia. Essa concepção se chocará com as variantes esquerdistas do centrismo que renegam as lições da revolução e renegam o trabalho político no seio das forças de repressão. Não foi uma abstração teórica que demonstrou a justeza do método da propaganda revolucionária sobre o exército, mas as massas na Revolução de 52 que indicaram essa via. A política militar do proletariado concebida pelo marxismo tem suas raízes nas revoluções proletárias. O POR boliviano a aplicou de acordo com as particularidades da Revolução de 52.

Ascenso e refluxo revolucionário e suas manifestações internas ao POR

As etapas da revolução marcaram definitivamente a história do POR.

A primeira diz respeito ao ascenso das massas em abril de 52. O proletariado e os camponeses se apossam das ruas, são os únicos que possuem armas e põem em pé a Central Operária Boliviana (COB) como órgão de caráter soviético. É quando o governo nacionalista estava encurralado, repetia o que as massas diziam e levantava suas bandeiras de forma demagógica. Neste cenário, o POR travará a luta contra as ilusões dos explorados no governo nacionalista que, apoiando-se nas massas e em suas reivindicações, trabalha por afastá-las da revolução. Ainda que as Teses de Pulacayo guiassem os passos instintivos dos oprimidos, a debilidade do POR e a necessidade das massas experimentarem na própria carne o nacionalismo burguês impediram que estas lutassem diretamente pelo poder. Os explorados permaneceram presos ao governo de Paz Estenssoro e, somente mais tarde, com o refluxo e sofrendo as traições movimentistas, começaram a abandonar o MNR. O retrocesso político das massas se expressa no desmantelamento das milícias operárias e camponesas, sob as direções movimentistas que fazem uma virada à direita. O governo manifesta sua impotência diante das pressões do imperialismo e a COB começa a se burocratizar, controlada pela esquerda do MNR, representada pelo caudilho Juan Lechin. Será um período de luta intestina no POR. O que levou à ruptura da organização por aqueles que Lora denomina como “o setor de intelectuais pequeno-burgueses que dizem marchar ao encontro das massas (ainda prisioneiras do MNR) e que termina como testa-de-ferro da reação”. Refere-se ao setor que, expressando a pressão do atraso político e a subordinação das massas ao movimentismo, realiza um trabalho de sabotagem à política revolucionária para arrastar o POR a se fundir com o MNR, supostamente sobre o pretexto de que ali estavam as massas e que apoiando-se na esquerda movimentista (lechinismo) poderia encurtar a luta pela conquista do poder.

Evidenciou-se que o nacionalismo burguês - apoiando-se no explorados e expressando demagogicamente seus instintos, mais ainda quando o ascenso de massas empurra o governo a tomar medidas contrárias a seus interesses de classe - tem de necessariamente sofrer vacilações à esquer-

da e à direita, impostas pelas tendências históricas da revolução e da contrarrevolução. Estas se materializaram duas tendências extremas: a ala direita e a ala esquerda. A fração que se inclinou à esquerda refletiu a pressão das massas no interior do nacionalismo burguês. Mas esta, na medida em que adota falsamente as bandeiras revolucionárias, se converte em instrumento da burguesia e da pequena burguesia para penetrar nas fileiras das organizações operárias. Este foi um instrumento de pressão no interior do POR e que desembocou na conformação de duas frações. Assim como a luta do POR contra o nacionalismo na arena social e sindical expôs duas estratégias de classes antagônicas, também no campo partidário as duas frações expressaram, ainda que com particularidades, esses dois campos em choque.

Lora compreenderá o caráter dessas tendências. A luta contra o nacionalismo do MNR e contra sua encarnação no governo de Paz Estenssoro se corporificava na luta fracional interna. Na medida em que a luta externa fortalecia o partido e o programa, Lora compreenderá que cada batalha ideológica vencida contra o nacionalismo permitia ao POR preparar a ruptura com a ala oportunista, identificada com o revisionismo pablista. Quando, finalmente, o POR alcança as conquistas programáticas e teóricas que permitirão caracterizar o MNR e identificar seu rumo contrarrevolucionário, estão dadas as condições para uma segura expulsão dos traidores. A sua maneira, concluía assim o ciclo nacionalista e seus reflexos na vida interna do POR. A divisão resultará, finalmente, no fortalecimento dos quadros revolucionários como verdadeiros leninistas. E preparará suas fileiras para suportar os duros anos da reação, que se abateu durante anos contra os trotskistas. Entre as conquistas mais destacadas se encontra o dirigente Guillermo Lora que se forjou definitivamente na caldeira de 52.

Conclusão

Foi na luta pela transformação do proletariado mineiro em classe consciente e contra o nacionalismo burguês e pequeno-burguês que o POR se estruturou como partido-programa. Isto se deu na obstinada luta por arrancar “as massas do controle dos partidos políticos de outras classes sociais”. Trata-se de uma luta política e organizativa pela independência de classe. Lora indicará que “o maior mérito do POR consistiu em ter anunciado antes de 1952, durante essas jornadas e depois, o caráter burguês e limitado do MNR”. Isto é, que a tarefa consistia em ajudar as massas a se elevarem politicamente. Ainda que o partido não pudesse substituir a experiência dos explorados, dirá Lora que “a única coisa que o POR poderia fazer e fez era abreviar o caminho dessa experiência com a ajuda de seu programa e sua acirrada crítica”. Essa foi a tarefa principal que realizou Guillermo Lora como destacado dirigente do POR no calor dos acontecimentos, traduzindo essa experiência em programa da revolução proletária.

Observação: nossos comentários se baseiam na “A Revolução de 9 de abril de 1952, Guillermo Lora, 1979.

O trotskismo na Bolívia protagonizou a organização da Assembleia Popular

Apenas o POR levanta as lições da Assembleia Popular (AP) como bandeira do movimento revolucionário e como sua obra. Mesmo as correntes que dela participaram renegam a experiência, pois o programa da AP rompeu com suas saídas tradicionais das frentes populares, conciliação de classes ou aventureirismo guerrilheiro. Na base da Assembleia Popular, está o programa trotskista, a concepção da revolução permanente e os métodos adotados pelos bolcheviques de tática frentista, uso da ação direta, e defesa da via insurrecional.

No seio das massas, se agitavam tendências instintivas e subterrâneas que o POR soube expressar, formando uma unidade com a vanguarda da classe operária. A proclamação da AP foi um grande acerto político do POR. Ante o instinto comunista das massas e a necessidade de centralizar as forças sob a direção proletária, o POR pôde acelerar o nascimento e desenvolvimento da dualidade de poderes. O partido atuou sobre as manifestações espontâneas das massas para elevá-las e torná-las conscientes ao se entroncarem com o programa proletário.

Com o fim da ditadura de Barrientos, que morreu em um acidente em 1969, as organizações operárias e populares se reagrupam após um período de intensa perseguição aos sindicatos e partidos e massacres operários. O POR era um partido minoritário, recém saía da clandestinidade e esforçava-se para recompor seus quadros ceifados pela repressão. O assassinato dos dirigentes operários Cesar Lora, em 1965, e de Isaac Camacho, sequestrado e desaparecido em 1967, foram duas das grandes perdas para o partido e para o proletariado boliviano. Apesar das dificuldades, o POR procurava colocar a organização à altura do programa do partido e pôde, rapidamente, tornar-se peça chave no processo político nacional.

Em abril de 1970, se realiza o XIV Congresso da FSTMB (Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos). O documento orientador aprovado, apresentado pelos delegados poristas, propunha “a formação de uma frente nacional de trabalhadores, camponeses e forças revolucionárias em torno da COB, que oriente, promova e conduza o processo de libertação do país”. O documento também caracterizava a abertura democrática do General Ovando como limitada,

exigia a nacionalização dos meios de produção e rechaçava a via do co-governo, “que fechou o caminho da classe operária à conquista de todo o poder”.

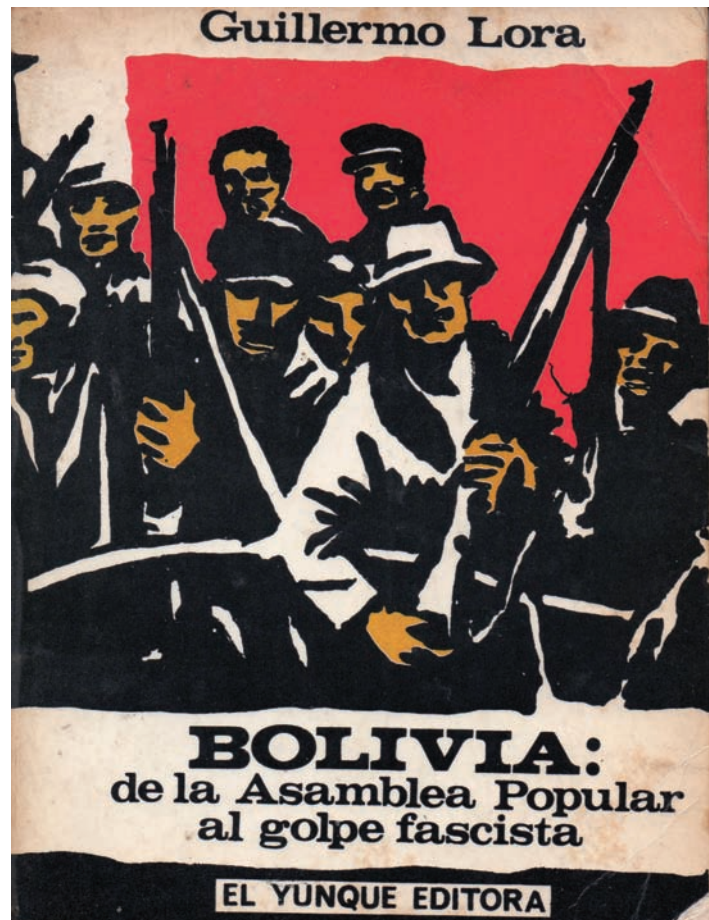
No mês seguinte, realizou-se o IV Congresso da COB. O PCB apresentava a defesa do apoio crítico ao governo, porém prevaleceu a tese do POR de que se tratava de unir as forças antiimperialistas para realizar as tarefas democráticas e socialistas. A tese aprovada tinha como base o documento apresentado pelos trotskistas (POR), com emendas do PCB (Partido Comunista Boliviano) e foi considerada, posteriormente, base para Assembleia Popular. Mais do que reivindicações

econômicas, apresentava um programa revolucionário para o país.

As jornadas de 1970 levaram o general Juan José Torres (do setor nacionalista-reformista do exército) à presidência, ante um contexto de golpes e contragolpes militares. Simultaneamente, a reunião ampliada da COB instituiu o seu Comando Político e do Povo (um bloco de partidos populares). Torres ofereceu o co-governo, dentro do comando havia partidos que queriam aceitar, os mesmos que queriam adotar o “apoio crítico”. Ante o apetite carreirista dos burocratas estalinistas e nacionalistas, Lora conseguiu aprovar, no comando, que a COB aceitaria metade dos ministérios, mas com a condição de fornecer os nomes de dirigentes indicados por Assembleias, com mandato imperativo e revogável. Os ministros não podiam ser do Comando.

Temendo sua desmoralização, Torres recuou.

Em 11 de janeiro, o Comando da COB propõe a criação da AP como uma tentativa consciente de impulsionar a auto-organização e constituição de poder operário e popular a partir das mobilizações contrárias ao golpe do setor mais direitista do exército, que quase derrubou Torres. A Assembleia, colocada em funcionamento em 1º de maio de 1971, era composta de 60% de delegações operárias, uma medida para garantir a maioria operária, ainda que não fosse a classe majoritária no país, e bloquear que a via do pacto com o governo se impusesse. O campesinato indígena, desde 1964, estava submetido ao pacto militar-camponês anticomunista. Durante a assembleia começava a se desfazer esta aliança e alguns setores do movimento camponês passaram a pedir ingresso na AP.



Os mandatos dos delegados na AP eram revogáveis e subordinados às bases, a maioria dos delegados foi eleita em Assembleias gerais. Havia representação partidária com dois delegados do MNR (depois revogado), PRIN, PCB, PCB-ML, POR-Massas, PDCR e Movimento Revolucionário Espartaco (com 1 delegado). O ingresso de novos partidos deveria ser aprovado por 2/3 dos delegados, e estas organizações deveriam ter organização nacional e identificação com a linha política da AP, definida a partir da tese política da COB aprovada em abril de 1970. A presença dos partidos se media muito mais pela influência que tinham no movimento real, seja operário, camponês ou estudantil. É importante delimitar que apesar da hegemonia das ideias poristas, o nacionalismo permanecia como importante influência sobre a classe operária. Porém, tanto o nacionalismo como o estalinismo precisavam se radicalizar e reproduzir o programa trotskista para manterem o controle de determinados setores do movimento de massas.

A disputa pela direção das massas tornou a Assembleia Popular palco de profundos debates sobre os grandes problemas do país. Este aspecto foi criticado pelas organizações militaristas e até mesmo pelo pablismo. Tratava-se, porém, de arrancar os oprimidos do controle das organizações estranhas ao proletariado, por meio da apresentação clara de nossas formulações e reivindicações e delimitação com outras tendências. A luta política e a polêmica são pressupostos da luta por derrotar as ideias da classe dominante e enraizar o programa proletário no seio dos explorados.

Assim, o POR se constituiu como direção política da Assembleia, o que Lora iguala à direção política da nação oprimida. Característica que se acentuava com a definição dos traços soviéticos da AP e aproximação da ditadura do proletariado.

A afirmação da AP como organismo soviético, na forma da frente única anti-imperialista, contraposto ao governo de Torres, é decorrente da influência do POR, que conectava esta experiência do movimento operário internacional, em particular a Comuna de Paris, de 1871 e os soviéticos da Rússia, de 1905 e 1917. No documento *La Asamblea y el poder ejecutivo*, de 26 de abril de 1971, lê-se: “É decisão da Assembleia Popular atuar como verdadeiro órgão de poder das massas e do proletariado, ou melhor, que deixa de ser parlamento para converter-se em autoridade capaz de resolver os problemas e, ao mesmo tempo, executar suas decisões através dos métodos próprios da classe operária”.

Sua primeira resolução alertava para o perigo do golpe militar e a necessidade de uma preparação do movimento popular e sindical, propunha a greve geral e a violência revolucionária para enfrentar os golpistas. Aprovou a bandeira de controle operário majoritário da mineração e de Universidade única dirigida pelo proletariado.

Afrontando um importante braço do Estado burguês, o judiciário, aprovou-se a constituição dos Tribunais Populares. Uma comissão de Investigação ficou responsável por apurar os Crimes Políticos (dentre eles, o assassinato do dirigente mineiro porista Isaac Camacho). Votou-se pela instauração de tribunais populares revolucionários para responder à inoperância e cumplicidade da justiça burguesa que “representa

um mecanismo do sistema de dominação da oligarquia”.

“1o. Cria-se o sistema de tribunais populares revolucionários com jurisdição e competência nos seguintes assuntos: a) delitos e danos econômicos contra o Estado, as universidades e bens sindicais; b) entrega de riquezas naturais e avassalamento da soberania nacional; c) massacre de trabalhadores, representantes estudantis, populares, tortura e assassinato de trabalhadores e dirigentes sindicais revolucionários; d) prevaricação de funcionários públicos na montagem de processos judiciais para despistar investigações; e) organização de complôs contrarrevolucionários em conivência com o imperialismo, o gorilismo e a reação”.

As universidades que passaram pela “Revolução Universitária” em 1970 também estavam em pauta. A Assembleia deliberou por uma Universidade única dirigida pelo proletariado. No plano da cultura, houve resoluções em defesa da arte revolucionária, presente nos murais de Miguel Alandia. No seio do exército, tropas e suboficiais lançaram manifestos denunciando a opressão e despotismo da cúpula militar. Esta fração do exército, autodenominada Vanguarda Militar do Povo (VPR) compareceu como simpatizante da Assembleia Popular e da luta pelo socialismo.

Apesar da resolução inicial da AP alertar sobre a iminência do golpe, não foi possível derrotá-lo. A preparação golpista iniciou-se em Santa Cruz, com apoio da ditadura brasileira, como parte do *Plano Condor*. Acabar com a AP estava entre as prioridades norte-americanas, junto com a destruição do governo de Salvador Allende no Chile e de Juan Velasco no Peru. No dia 19 de agosto de 1971, 80 mil pessoas atenderam ao chamado do Comando Político em La Paz para resistir ao golpe. Torres temia que as massas se armassem. Atacou a Assembleia Popular, acusando-a de ter recusado uma aliança anteriormente e permitiu que o alto comando militar conspirasse sem bloqueios.

Depois de o povo exigir por 12 horas que o governo entregasse armas, o presidente entrega 400 velhos fuzis aos dirigentes da COB. A resistência ao golpe esteve nas mãos das forças sociais organizadas em torno da Assembleia Popular, com participação decisiva dos militantes poristas. Foram cinco dias de combate. Sem divisão do exército e sem acesso às armas, a vitória militar dos explorados era praticamente impossível, o que levou a um recuo do movimento (o que evitou a destruição física do proletariado), muitos dos militantes de esquerda conseguiram se exilar. A ditadura de Banzer dissolveu a AP e fechou as universidades. Assim foi destruída a Assembleia Popular.

Os três meses de duração da AP marcaram o ponto mais alto de radicalização das massas, em que houve possibilidades reais de tomada do poder por parte do proletariado boliviano. A presença do partido marxista-leninista-trotskista, com um programa testado na luta de classes foi decisiva e permanece como elemento fundamental para a manutenção da estratégia de destruição do capitalismo. Na agitação cotidiana do POR, se sinaliza a necessidade de retomar o caminho da AP, ante a impotência do governo do MAS para solucionar os problemas das nacionalidades indígenas, dos camponeses, operários e demais oprimidos do país.

Sobre a teoria da organização do partido

Em 1983, começou a circular em La Paz, na forma de livro e com o título “O partido e sua organização”, os textos de Guillermo Lora sobre a organização do partido que ele havia escrito (em sua maior parte) na prisão em Puerto Villaroel, em 1961. Durante este ano, Lora esteve preso e confinado nas selvas bolivianas por ordem do governo de Víctor Paz Estenssoro (MNR). Atravessava-se um momento em que os mineiros e camponeses pobres começavam a superar suas ilusões no nacionalismo burguês (movimentismo) e a marchar para a independência de classe, processo este interrompido pelo golpe do General Barrientos que depôs Estenssoro em 1964.

Lora dedicou a maior parte da sua vida a estruturar o partido-programa em seu país; consequentemente uma parte importante de sua elaboração teórica é dedicada a aprofundar o problema da organização partidária: o funcionamento da célula, o militante profissional, o programa, a relação dialética entre a vanguarda e as massas etc. Hoje, no movimento operário, cinco anos após sua morte, as mais variadas seitas e corrente oportunistas continuam a convergir para o objetivo comum de rejeitar, direta ou indiretamente, a concepção leninista do partido. O que se esconde por detrás dessa condenação é o rechaço ao próprio marxismo feito em nome da ‘aproximação’ com as massas atrasadas e de uma política que “dialogue” com os explorados (na verdade adaptação às pressões da burguesia e pequena burguesia democratizante). Por isso, é imperioso à jovem geração voltar-se contra o eleitoralismo que campeia solto entre as esquerdas. Não é possível, porém, combater com energia o reformismo e o estalinismo lacaios da burguesia e do imperialismo sem ao mesmo tempo assegurar a defesa intransigente do partido de tipo bolchevique, do qual são inimigos mortais. Uma coisa está indissoluvelmente ligada à outra e os novos militantes podem ter a certeza de que encontrarão na vasta obra de Guillermo Lora não apenas a confirmação do pensamento leninista sobre a organização do partido como seguramente, ousamos dizê-lo, seu maior aprofundamento.

O Partido e sua Organização

A amplitude dos escritos do autor sobre o tema em questão e os limites estreitos a que corresponde um curto artigo não permitem a análise detalhada do livro **O Partido e sua Organização**. Por isso, optamos aqui por nos deter apenas a três pontos essenciais: 1) o programa e sua inter-relação com a or-

ganização partidária; 2) a célula e 3) o militante profissional.

PROGRAMA

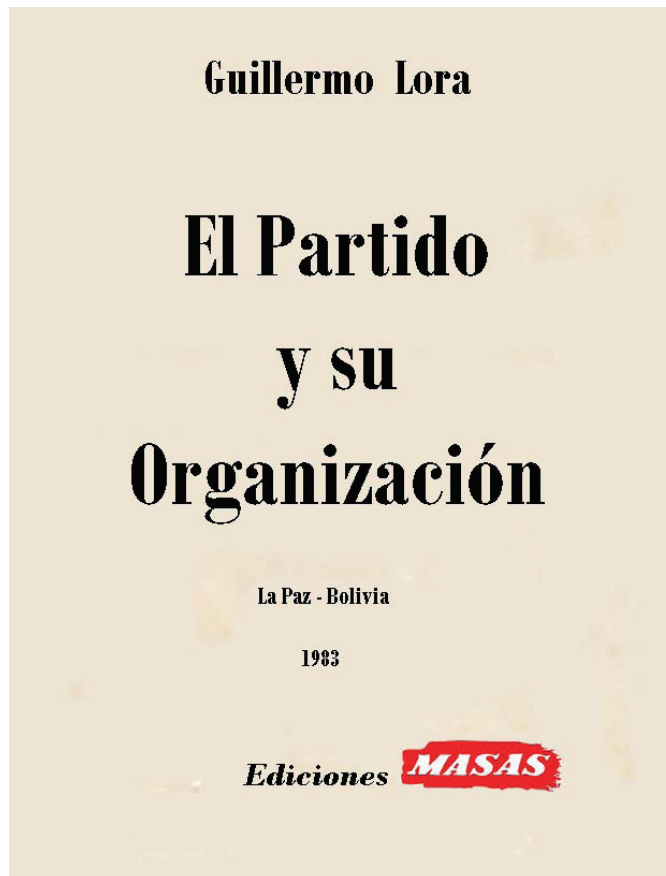
O programa, define Lora, é o “conhecimento da realidade social, de suas leis, da mecânica das classes sociais e da finalidade estratégica do proletariado, com a ajuda do método marxista”. O programa não é um amontoado de consignas e reivindicações abstratas, é a síntese das leis de transformação histórica da realidade nacional, como parte da realidade mundial. A primeira tarefa com a qual se defronta a vanguarda dispersa é a elaboração do programa com vistas a levá-lo ao interior do movimento de massas.

Tudo programa para realizar-se, para poder ser cumprido, precisa, necessariamente, materializar-se em organização; isto é, nenhum programa pode ser formulado sem que se concretize em partido. O partido, por sua vez, não é apenas um amontoado de indivíduos, dispostos à luta e dirigidos por chefes experimentados. O partido, de fato, são as ideias que encarnam nos homens e que fazem deles instrumentos da transformação social, da mesma forma que o partido é instrumento da emancipação da classe operária. Partido e programa, dois elementos que se condicionam dialeticamente e se relacionam de forma mútua; o programa determina a forma organizativa e a forma organizativa (o partido) materializa o programa, implementando-o ou, em certos casos, deformando-o.

A CÉLULA

O partido leninista organiza-se necessariamente em células. São elas que estão em melhores condições de penetrar no seio do proletariado e organizá-lo para a tarefa da tomada do poder. O reformismo eleitoral e o foquismo aventureirista, adversários da organização do proletariado para a insurreição armada, não têm outra saída a não ser desprezarem a organização celular. Algo parecido acontece com o centrismo e o conjunto dos revisionistas do trotskismo que, em palavras, aceitam o leninismo, mas que, na prática, desnaturam o funcionamento celular. Não casualmente, o marxismo ensina que todo desvio em matéria de organização reflete um desvio em questões político-teóricas.

O trabalho celular é capital para o desenvolvimento do partido e o militante só existe no interior da célula e em nenhum outro lugar. Por isso, Lora deu especial atenção ao que podia parecer um detalhe para a maioria das organizações que se rei-



vindicam da revolução: o funcionamento rotineiro da célula. “Pelo lugar que ocupa – diz ele – no mecanismo do partido e pelas funções que cumpre é insubstituível como organismo primário e básico da organização”. Em seu interior, é que se elabora a política do partido e planeja-se a sua intervenção junto aos explorados. A experiência da célula no interior das massas, com suas vitórias e derrotas, transforma-se em teoria que é absorvida como patrimônio de todo o partido. Seu regime de funcionamento não pode ser outro que não o do centralismo democrático: ‘completa liberdade na discussão, total unidade na ação’ (Trotsky). É extremamente vasta e incrivelmente minuciosa a obra deixada por Lora sobre o funcionamento celular: células de rua, de fábricas, das forças armadas, células camponesas e suas particularidades, disciplina, crítica e auto-crítica, captação de simpatizantes, organizações paralelas, deformações do funcionamento, elevação teórica dos militantes, direção, etc.

O MILITANTE PROFISSIONAL

O militante é aquele que se organiza na célula e por meio dela eleva-se à condição de quatro partidário. Assim, passamos a um segundo tema da organização, que mereceu grande atenção do secretário geral do POR: o do militante profissional. Ele desenvolveu profundamente o problema e polemizou com o pablismo e diversas outras correntes do movimento operário sobre o papel dos quadros revolucionários na construção do partido e na independência política dos explorados. O partido revolucionário não se improvisa, se ergue a partir da militância profissional e de nenhuma outra forma. O reformismo e o centrismo não constroem o partido da revolução proletária; põem de pé organizações adaptadas ao Estado e ao eleitoralismo. A via da fusão de aparatos, da unificação de agrupamentos sem princípios é negação mesma da construção do programa e da organização da vanguarda revolucionária. Apenas a paciente e cuidadosa formação dos quadros, que precisam maturar na forja da luta de classes é que pode assegurar uma direção firme e devotada à revolução social. Os quadros partidários não serão forçados em outro lugar a não ser na célula, o que implica dizer que a atividade prática revolucionária é insubstituível para elevação política e a transformação do militante em quadro. O diletantismo é uma deformação tão nociva quanto o empirismo. Lora define o militante profissional de forma simples e precisa: é aquele que

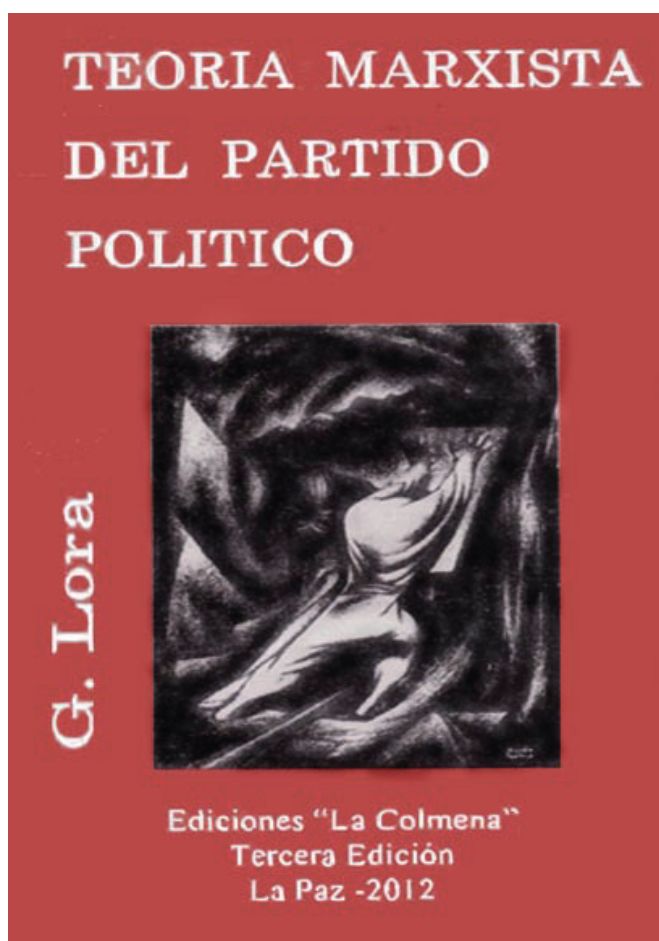
dedica sua vida à revolução. Inúmeras organizações transformaram essa basilar fórmula leninista num grosseiro insulto ao definir que a casta de burocratas rendados pelos aparatos (sindicatos, partido) é que corresponde verdadeiramente ao conceito de Lênin.

A incursão de Lora pelo problema da organização partidária não ocorre casualmente. Após a destruição da Internacional Comunista pelo estalinismo, em meados dos anos 1930, desenvolveu-se uma catastrófica crise de direção revolucionária. O que restou da militância revolucionária amargou um profundo isolamento no movimento de massas, dirigido pelos aparatos contrarrevolucionários do estalinismo e da social-democracia. A consciência do proletariado recuou barbaramente não apenas nos países europeus onde a classe operária estava melhor organizada, mas igualmente na Ásia e na América Latina, onde esta apenas começava a despertar para a luta. Todo o esforço de erguer o partido-programa na Bolívia, o mais

pobre país da América do Sul, obrigou os poristas a defrontarem-se com o profundo atraso em matéria organizativa, isto é, a ter de assentar as bases da teoria da organização política, ‘partindo-se quase do zero’, como diz Lora. O isolamento internacional do POR boliviano (com a crise e posterior dissolução da IV internacional) foi, por um lado, fator de atraso no desenvolvimento do partido, mas havia de forçá-lo a mergulhar fundo no problema organizativo, por outro. Os trotskistas altiplanos tomaram por base unicamente o que havia sido deixado pelos clássicos do marxismo. Hoje, podemos apreciar o quão profundamente se empenharam nesta tarefa; as ricas formulações são um tesouro inestimável para as novas gerações de revolucionários que lutam obstinadamente pela construção do partido-programa em seus países. Sem temer a exitismos de qualquer espécie, podemos concluir que os escritos

de Guillermo Lora sobre o assunto continuam em uma escala mais ampla e desenvolvida o que já se encontra bilhantemente exposto no ‘Que fazer?’ de Lênin e sobrepassa mesmo o que de melhor nos foi deixado nas resoluções da III Internacional sobre o tema.

Nós, poristas, que reivindicamos a militância profissional de Guillermo Lora, nestes cinco anos de seu falecimento, repetimos com ele, em alto e bom som, que o programa (o marxismo-leninismo-trotskismo) é a arma dos revolucionários contra nossos inimigos: a burguesia, seus governos de turno e o reformismo/estalinismo traidores.



Teses sobre a tática

A história da Bolívia a partir da segunda metade do século XX foi profundamente marcada pela presença do Partido Operário Revolucionário. Não houve acontecimento da luta de classes e da trajetória política do país que passasse despercebido pela militância porista. Guillermo Lora tomou parte decisiva nesse caminho como revolucionário profissional, dedicando o essencial de sua vida ao combate na trincheira do marxismo-leninismo-trotskismo.

Assimilar criticamente essa experiência histórica extraordinária é dever de todo militante socialista. As lições a serem tiradas são fundamentais para o enfrentamento no presente. São várias as contribuições, em vários campos, transformadas em teoria. Sem dúvida, um dos pontos que integram esse quadro e que possui especial destaque é o da tática. A análise desta permite acompanhar o partido vivo, respondendo aos dilemas impostos pela realidade.

O teste de fogo a que toda organização revolucionária é submetida no dia-a-dia é exatamente onde vai se forjando. É terreno de erros e acertos, que precisam ser compreendidos em sua significação profunda, em conexão com as leis da história, para se converter em programa. Pois é assim que se coloca em pé o partido da revolução. Os grandes acontecimentos, como o foram a Revolução de 1952, o Golpe de 1964 ou a Assembleia Popular de 1971 significaram um divisor de águas para muitas organizações políticas. Com o POR não poderia ser diferente. A distinção é que os trotskistas bolivianos atravessaram todas essas turbulências sem macular sua bandeira, sem jamais abandonar a defesa da revolução e ditadura proletárias, do comunismo.

O partido sempre atuou no sentido de transformar a revolta instintiva das massas em ação consciente, revolucionária. Esse princípio de enorme relevância está inscrito nas famosas Teses de Pulacayo, redigida pelos mineiros sob influência da então jovem organização. Esta foi avançando sua penetração já como partido-programa, graças à aplicação dos métodos e da tática próprios da classe operária, permitindo se soldar com as tendências de luta que emergiam vigorosamente.

Entendemos como método as diversas formas de luta coletiva utilizadas pelos oprimidos, enquanto à tática correspondem os variados meios que constituem a unidade da luta contra a burguesia. Ambas decorrem da luta de classes, não são invenções do partido, emanam de uma situação histórica concreta. A tática é definida pelo objetivo estratégico, numa relação de interdependência. O desvio de um incide sobre o outro. A estratégia reformista, por exemplo, conduz aos métodos pacifistas, à via do parlamentarismo burguês, pois empurra para um futuro utópico a transformação da sociedade capitalista rumo a uma formação superior.

O POR boliviano, pelo contrário, sempre esteve a serviço da unidade da classe operária com os demais oprimidos pela realização do socialismo. Foi assim que interveio nos sindicatos, na COB e demais organismos criados pelas massas: partindo das reivindicações elementares e impulsionando a disposição de combate contra a burguesia, sem jamais se ater às bandeiras imediatas, fazendo a ponte com o programa da revolução social.

A atividade partidária cotidiana impõe frequentemente o estabelecimento de acordos, pactos momentâneos, de pouca duração, com outras organizações políticas sobre aspectos secundários e bastante concretos. Na maior parte das vezes, esses artifícios passam despercebidos, não redundam em maiores consequências e por isso não merecem maior atenção. Basta dizer que negar a consecução de tais acordos seria uma demonstração de ultra-esquerdismo estéril. Contudo, em certas situações, a constituição de uma frente política mais ampla se mostra uma necessidade, de tal maneira que não realizá-la possa resultar na derrota do partido e até mesmo das massas.

Todo acordo político é parte, pequena ou grande, da batalha que trava o partido, buscando a unidade da nação oprimida em torno da política revolucionária do proletariado. A política frentista é uma tática e não um fim em si mesmo. Destina-se à concretização da estratégia revolucionária.

Fazem parte da tática frentista as alianças eleitorais. Não se deve ser contra por princípio a uma frente eleitoral com organizações da esquerda. Em alguns momentos, ela pode até ser necessária. A condição essencial para os revolucionários é que tal aliança fortaleça e ajude as massas no caminho de sua emancipação.

Em 1947, o POR entrou em um acordo frentista com a Federação dos Mineiros para atuar nas eleições gerais. O acordo foi batizado publicamente como Frente Única Proletária, dando lugar ao Bloco Mineiro Parlamentar. As massas passavam por um período de reforço das ilusões democráticas, daí a decisão correta dos poristas de intervir no Parlamento, como fizeram os bolcheviques na Rússia. Tratava-se de usar a tribuna para atacar frontalmente o próprio Estado burguês.

Contraditoriamente, o sucesso do Bloco, que potenciou politicamente o partido, impediu que se realizasse a autocrítica ao manejo defeituoso da tática frentista. Isso porque havia um equívoco na formulação de “frente proletária”, que deveria ter sido substituída pela frente única anti-imperialista. Como resultado, a orientação dificultou a penetração do partido em amplas camadas da população, ficando isolado. O POR fez sua devida autocrítica e vem assimilando a experiência histórica nesse sentido. A luta porista para construir a Assembleia Popular expressou a autocrítica e a correção do erro na prática. Esse organismo de poder do proletariado e das massas oprimidas se caracterizou por uma frente única anti-imperialista, de acordo com as formulações da III Internacional da época de Lênin e Trotsky.

A necessidade histórica da ditadura do proletariado obriga que a conformação de uma política frentista em um país atrasado deva assumir como diretriz a frente única anti-imperialista. A essência desta está na conquista da unidade da nação oprimida, com suas várias classes sociais numericamente superiores em relação ao proletariado, tendo como eixo a aliança operário-camponesa. A explicação de fundo se encontra na estrutura econômica dos países semicoloniais, que não puderam extirpar as formações sociais intermediárias, reflexo do atraso e do passado de exploração pelas metrópoles.

A questão chave se encontra em conseguir esse feito sob o programa de destruição do poder da burguesia e substituição

da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social. O proletariado está obrigado a se converter em direção política, ou seja, a atuar como a encarnação das maiorias. A necessidade histórica da classe operária se libertar lhe obriga imediatamente a resolver os problemas dos oprimidos e explorados em geral das outras classes sociais. Foi com essa perspectiva que o POR atuou durante os eventos extraordinários da Assembleia Popular (1971) e após, na esteira dos acontecimentos, na Frente Revolucionária Anti-imperialista (1973).

O que difere e muito da proposta de frente popular tal como formulada pelos estalinistas. Estes, partindo da teoria do socialismo num só país e da concepção de revolução por etapas, propunham que a classe operária se unisse a partidos da burguesia considerados democráticos e progressistas, sob a justificativa de derrotar a reação. Em outras palavras, deveria se submeter à política burguesa.

A grande batalha do proletariado pelo socialismo ficaria para um futuro indeterminado. Portanto, não se fundamentava na aliança operário-camponesa, na tomada do poder pela via insurrecional e na ditadura do proletariado.

É importante dizer que a tática estalinista das frentes populares significou uma grande virada em relação à tradição marxista em geral, e em específico à experiência da própria III Internacional até a morte de Lenin. A tática da Frente Única Anti-imperialista foi apontada pelo 4º Congresso, em novembro de 1922. Justificava-se a partir da tendência das classes dirigentes dos países atrasados e submetidos ao imperialismo a traçar compromissos com este, em prejuízo das massas, necessitando de uma ação para desmascará-los. Além do mais, a consigna era vista como um importante fator de mobilização dos explorados contra o inimigo mais poderoso, o imperialismo.

A atitude diante dos partidos nacionalistas, reformistas e centristas deve contemplar a distinção entre as direções e suas bases. Tal postura se explica pela convicção de que as massas estão realizando sua experiência com partidos estranhos aos seus interesses. O partido vai à conformação da frente anti-imperialista para ganhar a militância sã e mais avançada dos aliados ocasionais. Mas não somente com esses objetivos se lança à essa tática: em alguns momentos se vê obrigado a uma luta de caráter defensivo, como diante do avanço de tendências fascistas.

Em 1956, o POR lançou um chamado aos partidos da classe operária, à esquerda do MNR e à COB contra as intenções golpistas da Falange Socialista Boliviana (apesar do nome, era uma organização de caráter fascista), sem intenções eleitorais,

para derrotá-los nas ruas. O resultado foi a negativa de vários agrupamentos de esquerda, que tomaram o rumo imediatamente da “rosca”, como era chamada a elite do estanho.

Pouco depois, Hernan Siles Zuazo assumiu a presidência (agosto de 1956). Durante seu governo, implementou o Plano Eder de estabilização monetária, ditado pelo imperialismo norte-americano. Até o fim de seu mandato, em 1960, viu as massas se afastarem do MNR e se confrontar com seu governo. O efeito disso foi uma corrida das esquerdas numa terrível febre frentista, acusando agora o POR de sectarismo por não embarcar.

Sucedendo Zuazo, retornou à presidência Paz Estenssoro, também do MNR. Em todo esse período, só se ampliou o afastamento das massas perante ao oficialismo. E o POR não cedeu aos chamados frentistas oportunistas, para não abrir mão de

sua estratégia. Estenssoro acabou derrubado pelo golpe de René Barrientos (então vice de Paz), em novembro de 64, confirmando as tendências direitistas que o POR chamou a combater no momento correto. No poder, Barrientos reprimiu duramente os movimentos sociais, inclusive alguns setores que o haviam apoiado, contra o MNR, demonstrando tragicamente a enorme transcendência que assumem as escolhas no campo da tática.

A correção autocrítica do POR boliviano em ter aplicado a tática da frente única proletária nas Teses de Pulacayo e depois no bloco Mineiro Parlamentar mostra que a exigência dos acontecimentos e da prática política obrigou os trotskistas a irem não somente ajustando a tática como a assimilando as experiências internacionais. Na Bolívia, a tática ajustada é a da frente única anti-imperialista. Esta passou a ser incorporada como fundamento programático. A revolução que exige o proletariado minoritário conquistar a maioria nacional

oprimida impõe a tática da frente única anti-imperialista. A Assembleia Popular que se organizou como duplo poder expressou justamente a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. Os revisionistas do trotskismo que fizeram de tudo para confundir a frente única anti-imperialista com a frente popular revelaram a sua miopia diante de uma das experiências mais importantes realizadas sob a direção do trotskismo. A confusão entre a tática marxista elaborada por Lênin na III Internacional (Teses do Oriente) e a tática antimarxista formulada pelo estalinismo serviu para os revisionistas combaterem o programa da revolução social apropriado para as condições particulares do país semicolonial e negar na prática a teoria da revolução permanente, encarnada pelo POR.



A crítica marxista ao foquismo

O foquismo foi um fenômeno latino-americano formulado como arbitrária generalização da revolução cubana, inspirada por Che Guevara e “teorizada” pelo francês Régis Debray, na década de 1960. Aquela época foi marcada pela crise dos partidos comunistas, desmoralizados pelas revelações dos crimes de Stalin no XX Congresso do PCUSS, pelas guerras de libertação nacional das colônias africanas, a guerra do Vietnã e por lutas operárias no mundo inteiro. Nessas condições, a pequena-burguesia aderiu às experiências foquistas transformando quase toda a América Latina num campo de experiência da consigna do Che: “criar dois, três, muitos Vietnãs”.

Em grande medida, esta adesão se explica pela popularidade da revolução cubana naquele período. Tratava-se da primeira experiência de um país considerado quintal do império e que ousava enfrentá-lo. E, diante do esfacelamento do estalinismo e ausência de uma tradição marxista revolucionária fincada no proletariado – com exceção da Bolívia – uma parte da juventude pequeno-burguesa embarcou na aventura foquista. Os êxitos iniciais e o barulho estridente dessa experiência pareciam confirmar as teses revisionistas que negavam a tarefa de estruturar o partido revolucionário no seio do proletariado como condição da revolução socialista e legitimava o atalho que era o foco guerrilheiro. Já não se tratava de organizar pacientemente o proletariado e os demais explorados em torno a suas reivindicações e das suas organizações de massas, para introduzir o programa da revolução proletária no movimento. Um seleto grupo de valorosos guerrilheiros, na clandestinidade, à margem de sua vida cotidiana e suas lutas, era suficiente para acender a chama da revolução. O estrondoso fracasso dos foquistas e a sua transmutação em fieis servidores da ordem capitalista (Ze Dirceu, Genoino, Dilma Rousseff no Brasil; Mujica no Uruguai, os Kischner na Argentina, etc.), ou sua degeneração e transformação em máfias associadas ao narcotráfico, atestam que era uma manifestação deformada da pequena burguesia desesperada. Mas naquela época era difícil enfrentá-los a partir da esquerda. Foi mérito de Guillermo Lora, dirigente do POR boliviano, a decidida crítica ao foquismo, a única formulada desde a perspectiva do marxismo revolucionário.

É claro que não é casual que tenha sido na Bolívia onde foi possível formular a crítica marxista ao foquismo. É que neste país, o trotskismo se enraizou no proletariado desde as Teses de Pulacayo (1946) e protagonizou as jornadas de 1952. Assim, o POR precisou se delimitar com clareza do ultra esquerdismo aventureiro como parte de sua tarefa de construção programática. A ninguém mais do que o POR boliviano era evidente a necessidade de denunciar esta perigosa revisão que afastava o proletariado e as massas do paciente, porém inevitável, trabalho de estruturação política em torno do programa da revolução proletária e de insurreição das massas.

Do livro *Revolución y Foquismo* de 1978, destacamos algumas ideias formuladas por Guillermo Lora como parte da crítica marxista ao ultra esquerdismo aventureiro.

Sobre a violência revolucionária

Diante do pacifismo e colaboracionismo do estalinismo, os foquistas apareceram postulando a necessidade da violência revolucionária como justificativa de sua estratégia. Diante disso, Guillermo Lora alertava:

“Se levarmos em consideração a covardia, conservadorismo e burocratismo dos partidos estalinistas dependentes de Moscou, é

evidente que a crítica castrista pareceu no começo algo saudável, como retificação radical vinda da esquerda. A atitude correta seria tomar esta crítica como ponto de partida para construir um verdadeiro partido leninista e não capitular diante do foquismo abandonando o marxismo, porque implica uma série de obstáculos na estruturação da vanguarda revolucionária”.

Referia-se, dentre outros famosos capituladores, ao Secretariado Unificado (SU), incluindo o conhecido Ernest Mandel, que, no caso do Chile, por exemplo, influenciou na formação do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) castro-guevarista.

Não se pode confundir a violência revolucionária com o terrorismo individual. Nesse sentido, Lora denunciava que os foquistas, tendo abandonado as teses iniciais de concentrar sua ação no campo e, para tentar romper o isolamento, começaram a realizar ações espetaculares nas cidades, não faziam senão repetir o terrorismo individual, que o marxismo de fins do século XIX já havia criticado tão completamente. E, embora tentassem se diferenciar do terrorismo individual, tanto do aventureirismo do ERP (argentino) ou dos Tupamaros (uruguaios), “continuavam sendo terrorismo individual na medida em que, como expressão do desespero, voluntarismo e até egoísmo pequeno-burguês, se elabora e se executa por detrás das massas, deliberadamente à margem delas e como resultado das decisões dos grupos fechados e conspirativos de ativistas”. E o terrorismo individual é nefasto, uma vez que cria ilusões acerca da possibilidade da classe e seu partido serem substituídos por grupos armados.

À diferença dos estalinistas, os trotskistas nunca postularam o pacifismo. O proletariado não mereceria tornar-se a classe dominante se não se preparasse para tomar o poder com as armas. Mas, “a insurreição é uma arte, ensinava Lênin, e não nos é permitido brincar com ela. Há que agir conforme suas leis”. Além disso, a concepção marxista da política militar é completamente diferente da dos foquistas.

“As operações militares para nós são operações executadas pela classe e, os destacamentos armados são frações desta, estruturadas no seu interior e controlados pelos seus organismos. Não confundimos o armamento do partido com o armamento da classe, ainda que o primeiro possa ser o ponto de partida e facilitar o cumprimento do último. Nem a formação de frações armadas (e, consequentemente, o seu aperfeiçoamento técnico), nem as operações militares devem considerar-se finalidades em si mesmas, como se fossem estratégicas, senão como meios que devem permitir à classe operária chegar ao poder”.

Quanto ao caráter da violência, Lora distingue como revolucionária e progressiva a violência exercida pelo proletariado contra o ordenamento jurídico vigente que tem a possibilidade de se transformar em luta armada, pois aproxima o proletariado da vitória que pode evitar que a humanidade caia na barbárie e estruturar uma nova sociedade.

“A violência só é revolucionária se estiver subordinada a esta finalidade estratégica, tudo que a atrapalhe serve à contrarrevolução. Desta premissa se depreende que *a violência da ultra esquerda, o foquismo ou terrorismo urbano, é basicamente contrarrevolucionária*, isto porque atrapalha a luta do proletariado, porque impede seu fortalecimento como classe e como partido político e porque pode ser manipulada pelos donos do poder político”. (destaque nosso).

Esta conclusão, formulada na época de ouro do foquismo, pre-

cisava de muita coragem e convicção teórica. O percurso dos foquistas e a sua transformação em funcionários do capital demonstraram o completo acerto desta conclusão.

Foco e guerrilha

Outra diferenciação importante na crítica ao foquismo realizada pelo POR boliviano foi a distinção entre o foco e a guerrilha. Embora formalmente ambas se caracterizem pelas ações armadas, é necessário distinguir uma da outra.

A guerrilha aparece como atividade própria das massas exploradas, como guerra irregular dos oprimidos contra exércitos poderosos, contra o Estado, para enfraquecer o adversário, distraí-lo ou esgotá-lo numa guerra de longa duração. “O grupo guerrilheiro sai das maiorias e vive delas; seria absurdo encontrar contradições e grandes diferenças entre aquele e os trabalhadores que quase simultaneamente empunham as armas e as ferramentas habituais”. A guerrilha é, nesse sentido, o braço armado dos explorados.

O foco atua e se organiza à margem das massas, muitas vezes tendo, inclusive, de enfrentar sua resistência. O foco tenta substituir as massas e precisa do apoio que recebe do exterior. Não é o braço armado dos explorados, mas um corpo estranho imposto arbitrariamente.

“Rejeitamos o foco e reivindicamos aquilo que vale à guerrilha. Além disso, consideramos que o proletariado e as massas exploradas em geral devem incorporar em seu arsenal o método da luta de guerrilhas, da guerra informal. Seria absurdo sustentar que emancipação da classe operária se fará inevitavelmente pela via das guerrilhas, mas também seria arbitrário sustentar que, por princípio, não podem nem devem recorrer a esta forma de luta”.

Na América Latina, existe uma longa experiência popular com o método das guerrilhas. Principalmente nas guerras do começo do século XIX, nas guerras de independência contra os exércitos espanhóis, mas também em outros momentos importantes e guerras civis. Por isso, é perfeitamente plausível que, no momento adequado, este método seja atualizado e empregado.

O método da guerrilha não é próprio do proletariado, não foi criado por ele e existiu com anterioridade. Mas não é um método exclusivamente camponês, pois ao longo da história sempre foi utilizado pelos setores sociais majoritários explorados. O proletariado, única classe consequentemente revolucionária, deve não só atualizar este método, mas, principalmente subordiná-lo à estratégia da revolução proletária. Isso significa que a guerrilha deve ser utilizada no momento favorável. “Já sabemos que as massas têm de amadurecer para utilizar devidamente um método de luta e este deve ser a resposta adequada a uma necessidade concreta”.

O fuzil se sobrepõe à política

O foquismo coloca a ação militar por cima da política. Isto não só é estranho ao marxismo como afasta seus defensores da classe operária. Se as operações militares têm a capacidade autônoma de modificar a situação política, significa que estas podem substituir o partido, pois, elemento decisivo das transformações revolucionárias, é a evolução da consciência de classe das massas (consciência da necessidade da revolução e ditadura proletárias), processo indispensável sem o partido revolucionário.

“Para os foquistas e terroristas, o fuzil sintetiza a revolução e sua vitória; nada pode acontecer à margem dele, e as atividades que não sejam operações militares são reacionárias por princípio. Disto se deduz que o único método de luta possível é a luta armada e que todos os demais métodos são contrarrevolucionários e indignos de serem empregados por quem se considere socialista”.

Não se poderia inventar nada melhor para afastar-se das massas. Estas se movimentam cotidianamente por suas necessidades mais imediatas, lutando por reivindicações modestas que têm relação direta com suas condições de existência. Lutas pequenas se comparadas à grande batalha da luta pela tomada do poder. Por isso, “o partido revolucionário parte da luta por reformas para projetá-las para a conquista do poder, partindo das necessidades reais e cotidianas das massas, do seu atraso e de seus preconceitos, formula reivindicações transitórias que se convertem em ponte mediante as quais os explorados se encaminham para o poder, se aproximam dele”.

O “fuzil por cima da política” significa o domínio da ação sobre a teoria, do empirismo e do ativismo sem princípios sobre o programa. Mas, Lênin ensinou que não existe ação revolucionária sem programa revolucionário, ou seja, a ação pela ação não é nada e que a tática e a atividade cotidiana devem estar subordinados à finalidade estratégica, postas ao seu serviço.

“O ativismo pelo ativismo, a operação militar pela operação militar não precisam de programa. Mais do que isso, precisam que seja abandonado. Por isso foquistas e terroristas defendem a urgência de adotarmos unicamente princípios vazios capazes de unir os setores mais heterogêneos e opostos até. Para os marxistas, um dos métodos – e o fundamental – de construção do partido revolucionário da classe operária consiste na precisa delimitação de posições, da superação das diferenças mediante a mais profunda discussão, o que pode nos levar ao definitivo fortalecimento organizativo através da cisão”.

Os foquistas defendem, pelo contrário, a montagem dos grupos armados por cima dos princípios, como simples coordenação de vontades individuais, mas subordinados ao caudilho. Primeiro a ação, depois o programa. Consideram os problemas programáticos e principistas como grandes obstáculos, inúteis e perniciosos. Para os marxistas, estes são o caminho inevitável para preparar uma ótima intervenção unitária. Por isso, a base fundamental para estruturar o partido é o centralismo democrático que implica a mais ampla democracia interna de modo a intervir unitariamente depois de se chegar à decisão. No foquismo, é o oposto. O centralismo é hipertrofiado e não há nenhuma democracia.

A crítica ao foquismo e ao ultra-esquerdismo pequeno burguês realizada pelo POR boliviano e por Guillermo Lora foi uma das grandes contribuições ao marxismo. Demoliu as fantasiosas pretensões messiânicas do castro-guevarismo e afirmou a centralidade do programa como condição da revolução, a centralidade do partido operário. As frações da IV Internacional que criticaram o foquismo e a capitulação dos pablistas não reconheceram que se tratava de uma mudança de posição de classe. Ao contrário, os escritos de Guillermo Lora insistem no conteúdo pequeno-burguês do foquismo, que se contrapõe ao partido e a estratégia revolucionária do proletariado. Há que se reconhecer que nenhum dos críticos do foquismo dos guevaristas e maoístas foram consequentes, mostrando-se incapazes de combatê-lo no terreno programático. O POR se viu diante da emergência do foquismo justamente numa situação convulsiva na Bolívia que acabou por dar origem a Assembleia Popular. Os foquistas não apenas ficaram à margem desse processo como combateram a política do POR que expressava o movimento ascendente pela independência de classe dos explorados e que caminhava por constituir-se como força destinada a tomar o poder. As formulações do POR boliviano contrárias aos guevaristas e maoístas se deram no terreno prático. O embate com os revisionistas do trotskismo acabou por ser definitivo diante da monumental experiência da Assembleia Popular.

Teses sobre a América Latina

Em junho de 1977, Lora redigiu um informe do POR boliviano a ser apresentado na 3ª Conferência Trotskista Latino-americana. Em suas palavras: *“A Terceira Conferência Trotskista Latino-americana foi convocada no contexto dos trabalhos de reconstrução da Quarta Internacional empreendidos pelo Comitê de Organização em escala mundial, com a finalidade de dotar a América Latina de uma grande linha estratégica: delimitar muito claramente as organizações trotskistas das outras tendências políticas; estruturar uma direção que permita coordenar e orientar as atividades de todas as nossas organizações; fixar estruturas organizativas e propagandísticas mínimas.”*

O documento apresenta uma rica avaliação política da situação. Defende pontos programáticos essenciais para a construção do partido mundial da revolução socialista. Teses sobre a caracterização dos países latino-americanos como capitalistas semicoloniais atrasados, a crítica programática ao foquismo e ao nacionalismo, a contradição entre a Assembleia Popular boliviana e Unidade Popular chilena, a necessidade da atuação nas organizações de massa burocratizadas, a intervenção revolucionária nas eleições são expostas e defendidas nesse documento.

A questão central: a necessidade da construção do partido programa

A situação em que ocorre a conferência é a da manifestação da crise capitalista nos anos setenta, depois de décadas de reconcentração de mercados e capitais e reconstrução mundial da economia após a destruição em massa causada pela segunda guerra mundial. O desenvolvimento da crise capitalista colocava a necessidade da direção revolucionária para os movimentos das massas, que se levantavam em vários países. O texto afirma:

“Os países latino-americanos em seu conjunto vivem uma aguda crise que não é estranha à crise que sacode o mundo como consequência da pútrida desintegração do capitalismo e o tremendo atraso da revolução internacional. Em geral, são responsáveis por esta crise as velhas direções operárias burocratizadas, contrarrevolucionárias e reformistas. A crise política latino-americana tem a particularidade de ser a consequência da falência tanto dos movimentos nacionalistas de conteúdo burguês como do aventureirismo foquista e esquerdista pequeno burgueses.

Tal crise se evidencia, de maneira por demais trágica, na ausência, no plano continental, de uma autêntica direção revolucionária. Numerosas tentativas isoladas e fragmentadas tiveram lugar, havendo quase todas elas concluído em fracassos e só uns poucos em limitados êxitos. Seria simplista sustentar que toda essa experiência foi negativa e que não conta, tratando-se de estruturar o partido político da classe operária; contrariamente, sua assimilação e superação críticas são elementos indispensáveis de tais esforços. O balanço do trotskismo do passado, de seus erros e acertos, constitui parte da elaboração do programa revolucionário e, portanto, da construção do partido político da classe operária. Resolver o problema da crise da direção importa nada menos que construir um poderoso movimento trotskista latino americano.”

Diante da tarefa de construir o partido programa, coloca-se a necessidade de assimilar criticamente as experiências das massas em sua luta contra a burguesia. Destacam-se, nesse sentido, as ricas experiências realizadas no Chile (Unidade Popular) e na Bolívia (Assembleia Popular):

“No plano da experiência do proletariado latino americano, se contrapõem com toda nitidez o caminho da Assembleia Popular, que conduz à revolução proletária, e da Unidade Popular Chilena, uma

variante da frente popular que tolerou e coadjuvou o triunfo do golpe de Estado gorila de Pinochet, tão do agrado do imperialismo e da burguesia nativa. Ante as massas, se projetam assim a revolução e a contrarrevolução; a estruturação do governo operário-camponês ou a do totalitarismo burguês fascizante. O trotskismo boliviano conquistou um lugar proeminente na luta de classes e se converteu em referência obrigatória da política revolucionária do proletariado. A construção dos partidos da classe operária e a reconstrução da IV Internacional não poderão ser devidamente cumpridas à margem desta rica experiência e, pelo contrário, devem tomá-la obrigatoriamente como seu ponto de partida.”

A construção do programa não é, todavia, empírica. O ponto de partida é a assimilação da experiência internacional da classe operária, concentrada na teoria do Socialismo Científico. Mas cabe concretizá-lo, aplicando-o à realidade em que se vive. Daí a importância das particularidades nacionais, que certamente refratam as leis gerais do capitalismo em escala internacional, mas se manifestam diferenciadamente em cada país. Afirma o texto:

“Que é construir a direção revolucionária? Certamente não se trata de repetir tal ou qual receita organizativa ou política, e sim, particularmente, de assimilar de forma crítica a experiência das lutas travadas pela classe operária nos cenários nacional e internacional, de elaborar as grandes linhas estratégicas da revolução latino americana, que de nenhuma maneira deve ser concebida como um fenômeno simultâneo, baseado em um modelo único. A revolução latino americana constitui a projeção internacional das revoluções que começarão dentro das fronteiras nacionais.

Todavia falta concretizar o Manifesto Comunista, o Programa de Transição e as grandes linhas estratégicas para a América Latina no programa da revolução dos diferentes países. Os quadros partidários, e sem eles não seria possível trabalhar eficazmente nos planos políticos e organizativos, devem ser moldados dentro de tal marco programático. Tanto as particularidades nacionais como as particularidades continentais, que não são mais que a refração das leis gerais do capitalismo em uma determinada estrutura econômico-social, determinam a estratégia revolucionária.”

O nacionalismo é fruto do caráter semicolonial dos países do continente

O marxismo de nosso tempo, o trotskismo, se apoia nas formulações de Marx, Engels e Lenin para caracterizar os países de capitalismo atrasado. Aplica a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado para compreender melhor sua realidade, que pretende transformar pela ação revolucionária das massas.

Os países de capitalismo atrasado são os que importam capital financeiro dos países desenvolvidos (imperialistas) e exportam matérias-primas. Tiveram a implantação do capitalismo a partir das necessidades externas e condicionadas pelos interesses das potências. Assim, o capitalismo se implanta em meio a formas pré-capitalistas e ao atraso geral, estabelecendo uma economia combinada. As forças produtivas têm seus ramos centrais controlados não pela classe dominante interna, mas sim pelo capital financeiro, que assim anula qualquer possibilidade de autonomia, de independência nacional. O atraso dominante realça a questão não resolvida da propriedade da terra e da produção agrícola. Os países do continente certamente manifestam grandes diferenças em seu desenvolvimento, diferenças estas que reafirmam a lei do desenvolvimento desigual e combinado e seu caráter de países semicoloniais.

A necessidade de controle sobre a produção de matérias-primas leva a burguesia nacional desses países a formular o nacionalismo burguês. Ele expressa choques de interesses pontuais entre a burguesia nativa e o capital financeiro internacional. Lora afirma:

“É indiscutível que o traço comum e diferencial do continente latino americano está em ser capitalista atrasado, o que importa que não se cumpriram em plenitude as tarefas democrático-burguesas fundamentais, isto em que pese o tremendo desnível que se observa no desenvolvimento econômico dos distintos países. A industrialização acelerada de alguns países (não mais de três em todo continente) ou inclusive até a simples acumulação de reservas de dólares deram lugar a que se ponha em circulação a teoria dos “sub-imperialismos” do Brasil, Venezuela etc. ou que um país atrasado outorgue empréstimos a outro e inclusive faça alguns investimentos nele como parte de seu programa de sobrevivência e de seus esforços encaminhados a conseguir seu fortalecimento econômico, não significa que tenha superado a persistência de formações econômico-sociais pré-capitalistas dentro de seu território ou tivesse concluído transformando-se em uma metrópole imperialista, cuja atitude fundamental, da qual depende sua existência, e não unicamente uma atividade ocasional ou marginal é, precisamente, a exportação do capital financeiro. Não falamos de “terceiro mundo”, como gostam de fazer muitos agora, porque os países atrasados não constituem um mundo à parte da economia capitalista, e sim constituem parte integrante dela, são sua expressão particular e esta não pode dar-se de nenhuma outra forma.

Rechacamos o adjetivo “subdesenvolvido”, que tão ajustadamente correspondeu ao desenvolvimentismo cepalista, para dar a entender que os países latino americanos ainda teriam possibilidades de um pleno desenvolvimento dentro do esquema capitalista.

Tampouco utilizamos o termo “dependente” porque este dá lugar a crer que as semi-colônias estão passivamente subordinadas às metrópoles quando, na verdade, existe uma inter-relação entre elas.

Diferenciando-nos de todas as tendências, utilizamos a expressão “capitalista atrasado” para designar os países semicoloniais, como sinônimo destes. Um país capitalista atrasado supõe uma economia combinada como uma concretização da economia mundial e que explica a realidade e particularidades da semicolônia.”

Dessa forma, a questão da independência nacional, ao lado da questão agrária, assumem papel central na libertação dos países do continente. Diante da interdependência econômica estabelecida, resultado do processo de colonização espanhol/português e posterior dominação inglesa do continente, também se coloca a questão da unidade sem opressão entre os países constituintes da América Latina. A resposta revolucionária é a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

“Se consideramos o desenvolvimento histórico latino americano, a evidência de que a complementação da economia continental pode permitir seu desenvolvimento integral e harmônico, que unicamente no marco do continente pode realmente consumir-se a ruptura das cadeias opressoras do imperialismo, se chega à conclusão de que a libertação nacional, em último termo, se coloca como um problema próprio da América Latina. Nenhum país poderá alcançar sua plena soberania de forma isolada e esta unicamente poderá se dar através dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, consequência das revoluções operárias vitoriosas.” [...] “Não unicamente a libertação nacional, mas o pleno cumprimento das tarefas democráticas são basicamente problemas continentais” [...] “o cumprimento das tarefas democráticas (superação do atraso) unicamente pode dar-se em nossa época como uma tarefa continental, à unidade continental só resta uma via de efetivação: os Estados Unidos Socialistas, que certamente será a negação

do grande Estado nacional burguês”.

A luta pela revolução proletária passa pelo combate para que as massas conquistem a independência política e organizativa em relação a todas as frações da burguesia. O nacionalismo tende a influenciar as organizações de massa para fazê-las se arrastar por trás de seus interesses. Quando as massas tendem a avançar para além disso, o nacionalismo as reprime.

A estatização das organizações de massa pode levar à conclusão equivocada de que se deva abandoná-las em busca de outras, independentes. Ao contrário disso, o informe diz:

“A burguesia nacional encabeça o movimento de massas só até que estas não ameacem ir além dos limites do capitalismo, é por isto que forma parte de seus planos o controle organizativo e político de tal movimento. A estatização dos sindicatos constitui parte inseparável do controle burguês da mobilização das massas; o maior ou menor êxito desses planos e as lutas travadas ao redor deles dependem da evolução política da classe operária e do grau de sua independência política. Nem bem começa a se configurar a consciência de classe do proletariado, este se vê obrigado a lutar contra as tentativas de estatização das organizações operárias. O trotskismo deve ocupar e as primeiras posições nesta luta. A estatização dos sindicatos importa a destruição, brutal ou não, da independência de classe do proletariado e conspira contra sua estruturação como classe. A luta revolucionária, que parte desta independência e a potencia, seria inconcebível à margem da luta à morte contra toda forma de estatização dos sindicatos, que é nada menos do que um dos aspectos mais atuais e mais pujantes da batalha que temos de travar contra os regimes nacionalistas burgueses. As mais diversas formas que pode adquirir a estatização dos sindicatos desembocam em um objetivo único: integrá-los ao aparato estatal. Abandonar e destruir os sindicatos integrados ao Estado ou então organizados por este? Não. A consigna tem de ser reconquistar as organizações operárias e submetê-las à vontade e à política dos trabalhadores.”

O nacionalismo burguês comprova a cada dia a sua incapacidade em resolver as tarefas democráticas pendentes. A luta política da direção revolucionária das massas deve passar pela crítica incansável e demonstração de sua incapacidade em libertar as massas da opressão nacional e social. Isso é parte da construção do programa.

“Os movimentos nacionalistas estão condenados a deixar inacabadas e inclusive intocadas as tarefas burguesas, esta é a raiz de sua demagogia populista de deixar de cumprir o que prometem em tom tão ressoante, o que se torna evidente quando a partir do poder demonstram, de modo irrefutável, todas suas limitações e sua impotência. Enquanto são oposição, podem sempre assumir posturas radicais e até temerárias e nesta medida seguir enganando às massas. A direção revolucionária deve explicar cuidadosa e pacientemente, precisamente nesta etapa de popularidade do nacionalismo, as limitações e impotência da burguesia nacional como pressuposto pontualizador das tarefas democráticas, deve explicar que seu inevitável destino é converter-se em cínico capitulador frente ao inimigo forâneo, isto se se quer garantir seu posto de dirigente dos oprimidos no futuro próximo. Quando as massas eufóricas se mobilizam por trás do nacionalismo, corresponde ao partido revolucionário nadar contra a corrente e manter sacrificadamente no alto o programa marxista, é então que não deve ser atenuada a crítica por medo de ficar isolados ou de se ganhar a impopularidade; toda concessão à burguesia nacional, todo empenho por escamotear a verdade, comprometem seriamente os interesses da classe operária e da revolução, além de que cavam a sepultura do partido que aspira converter-se na direção das massas. Não se pode esquecer que o auge do poder nacionalista constitui o período em que se forja e se tempera o programa revolucionário. O prognóstico acerca da miséria, incapacidade

dade, entreguismo e futura desintegração de movimento tão poderoso, é nada menos que a coluna vertebral ao redor da qual deve se estruturar o partido revolucionário e seu programa.” [...]

“Uma coisa é o “anti-imperialismo” da burguesia nacional e que se limita a exigir o reordenamento das relações existentes entre a metrópole e a semi-colônia, cuidam zelosamente de preservar a integridade da propriedade privada burguesa, e outra muito diferente é o anti-imperialismo do proletariado que considera que a libertação nacional unicamente pode se efetivar pelo caminho da destruição do capitalismo, da revolução proletária e dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.” [...]

A classe operária, por sua ligação com a produção social e não por seu número, é a classe revolucionária capaz de realizar a socialização dos meios de produção. Sem tomar do imperialismo os ramos centrais da economia, não haverá emancipação nacional. O mesmo ocorre com as demais tarefas democráticas pendentes. Somente o proletariado será capaz de resolvê-las por meio da revolução social. É tarefa sua nesse sentido a conquista da maioria nacional oprimida, que será feita a partir da defesa do sistema de reivindicações que expressa a unidade dos oprimidos contra a burguesia e seus governos, o Programa de Transição. Nos países capitalistas atrasados, como os da América Latina, essa unidade se concretizará na Frente Única Antiimperialista.

“Unicamente sob a ditadura do proletariado, e não da democracia burguesa formal (não há mais tempo nem possibilidades materiais para seu pleno desenvolvimento, de outro lado), será possível a devida realização das tarefas democráticas.” [...]

“A tática revolucionária deve resolver o problema de ganhar as massas para as posições revolucionárias, pois não existe nenhum outro caminho que conduza à vitória. A revolução não será uma realidade se o proletariado não conquistar efetivamente a direção política das massas. É a presença das tarefas democráticas e seu não cumprimento por parte da burguesia nacional que pode permitir que a classe operária arraste detrás de si o campesinato e os setores mais oprimidos da classe média das cidades. A chave do êxito se acha em encontrar os meios certos que ajudem os explorados a compreender que a satisfação de suas demandas só pode ser dada pela classe operária.” [...]

“É preciso sublinhar que a frente única anti-imperialista é uma tática (não uma finalidade estratégica da luta) destinada a efetivar a direção política operária da nação oprimida e não outra coisa. Esta precisa delimitação da consigna leva à conclusão de que tal tática deve subordinar-se à estratégia do proletariado, ou seja, à revolução e ditadura proletárias. Não em vão a libertação nacional é unicamente uma das tarefas que cumprirá a revolução proletária e que de nenhuma maneira deve nem pode deter-se nela.”

Os países de maior desenvolvimento industrial, que se construíram assim por meio da maior penetração do capital financeiro através da exportação de capital, reafirmam seu caráter de país semicolonial atrasado, expressam a combinação entre atra-

so e desenvolvimento, e dependem da revolução proletária para resolver suas questões democráticas pendentes. O fato de haver países com maior penetração do capital financeiro sob a forma de industrialização de setores não os leva a escapar da condição de capitalistas atrasados semicoloniais.

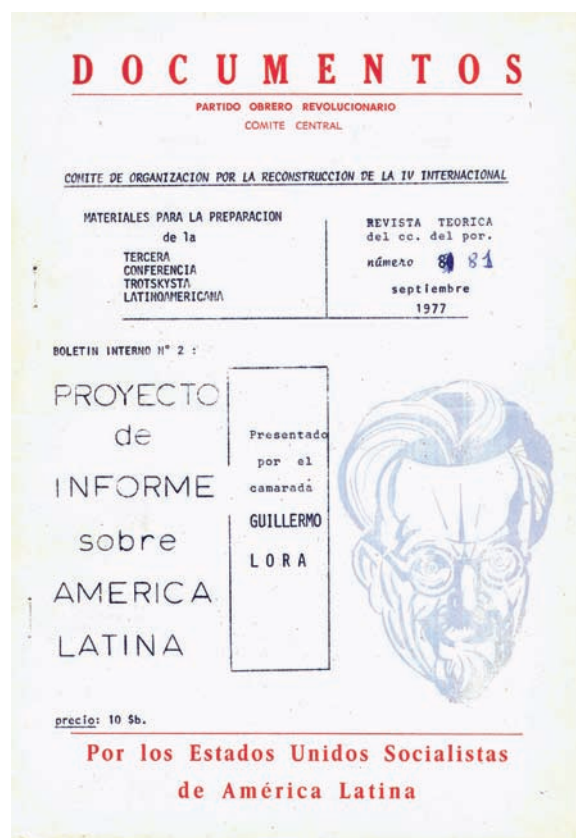
“Argentina, Brasil, México são grandes centros industriais, (cada um por seu turno conheceu um rápido e surpreendente crescimento econômico), não só enclavados em uma economia nacional que arrasta o lastro de formações econômico-sociais pré-capitalistas, mas em um continente indiscutivelmente semicolonial (semicolonial não quer dizer feudal, mas é uma expressão concreta do capitalismo). Em certo momento de seu desenvolvimento tiveram de pagar muito caro – a não superação do atraso dentro das fronteiras nacionais e continentais. As descomunais crises que as sacodem intermitentemente, se bem estejam determinadas pela crise estrutural da economia mundial, se veem agravadas ao extremo pelo enorme peso do atraso latino americano.” [...]

“Não se trata de apoiar ou colaborar com os governos nacionalistas, o que importaria não só alentar ilusões acerca de sua capacidade revolucionária, mas estar seguros de que realmente não poderão efetivar a libertação nacional ou transformar-se em socialistas. O argumento de que é preciso apoiar a todo custo tudo o que se considere positivo da obra governamental burguesa e criticar seus aspectos negativos, supõe crer que realmente o nacionalismo tenha a possibilidade de cumprir parte das tarefas revolucionárias que correspondem à classe operária. A conclusão a que chegam os partidários do apoio “crítico” é inevitável: durante o presente período não existem possibilidades para que o proletariado conquiste o poder político e, desde então, a construção dos partidos trotskistas não aparece como a resposta a uma necessidade histórica, mas como o produto da especulação de alguns teóricos.”

A crítica ao foquismo

Em pleno ascenso das ideias foquistas no continente, fruto da vitória da revolução cubana, o POR formulou a crítica programática e prognosticou o fracasso desses movimentos e organizações. O foquismo, que rechaça a construção do programa, se distingue da guerrilha por se constituir à margem das massas. Tem a pretensão de servir de exemplo para elas, arrastá-las atrás de si e as substituir em sua tarefa histórica de realizar a revolução social.

“O argumento central dos ultraesquerdistas se limita à generalização de uma forma de luta que em Cuba – dizem – conduziu à vitória. Circunstâncias políticas concretas permitiram que a ação de um punhado de ativistas pequeno burgueses coincidissem com a mobilização de todo o povo cubano contra a ditadura entreguista e corrupta de Batista. O que se esqueceu é que a revolução cubana, em seus inícios, de maneira inconfundível e confessa, foi um processo democrático burguês dirigido por um movimento político pequeno burguês e que, por isso mesmo, é abusivo pretender estender mecanicamente esta experiência à revolução proletária que deve cumprir-se na América Latina sob a direção política da classe operária. Trata-se de duas revoluções de diferente conteúdo de classe e que necessariamente empregarão também métodos



diferentes e segundo seus próprios caminhos.

Tanto o foquismo clássico, aquele sobre o qual teorizou o Che Guevara, como sua variante revisada que pretende encobrir-se sob o rótulo de partido de massas, buscam, em definitivo, substituir o proletariado como classe revolucionária com os punhados de ativistas altamente organizados e treinados." [...] "Se se coloca no mesmo plano das forças motrizes da revolução para as vastas massas camponesas e pequeno burguesas das cidades junto ao minoritário e jovem proletariado, todos igualmente socialistas e possuidores de um elevado nível de consciência de classe, é claro que este bloco de classes não poderá menos que estar dirigido pelas camadas intelectualizadas da pequena burguesia, que é uma forma de canalizar a ação e rebelião das massas para as trincheiras da burguesia." [...] "Os estrondosos fracassos militares do foquismo, que nos fatos demonstrou que nem sequer é a forma viável tratando-se de vencer na luta o exército regular e de burlar a perseguição policial, a partir da clandestinidade, precipitou uma profunda crise ideológica nas fileiras da ultra-esquerda, que se traduz em sua dispersão e no afã de encubrir-se nas proposições feitas por outras tendências políticas, incluído o trotskismo. Uma das novas posturas da ultra-esquerda consiste no empenho de aparecer como partido de massas. O foquismo em crise não conseguiu revisar radicalmente suas velhas posições, o que só teria sido possível explicando as raízes classistas de tal postura coisa que não se fez, porque se partiu da falsa suposição de que as tendências ultra-esquerdistas pequeno burguesas representam nada menos que a revolução em abstrato, acima do tempo e das classes sociais. A verdadeira crítica do foquismo só pôde fazer marxismo (o marxismo de nossa época é o trotskismo), porque só ele refere sua análise aos interesses das classes sociais [...]

Os empenhos por substituir o proletariado como direção política, e não apenas como classe importante no processo revolucionário, exteriorizam a estratégia do governo "popular", anti-imperialista e democrático que corresponde a revolução burguesa. O intento de transformar o campesinato em uma classe "socialista", a partir do próprio momento em que existe, não é mais que consequência do propósito de consumir a revolução burguesa e de se deter nos seus limites. A mesma conclusão deve se aplicar tratando-se das camadas intelectualizadas da pequena burguesia das cidades."

A construção do partido programa é indispensável para a vitória da revolução. O partido programa é a expressão teórica das tendências revolucionárias instintivas das massas.

"O partido político da classe operária aparece em certo momento do desenvolvimento dela e é expressão concentrada de sua consciência, que, sendo parte integrante das massas, se incorporou como um dos elementos ativos e insubstituíveis do processo da evolução de tal consciência. É isso o que não compreende o esquerdismo pela simples razão de que orgânico e classistamente está impedido de poder cumprir essa função. Já como foco ou como suposto partido de massas, é exterior a elas e pretende impor-se autoritariamente a partir de fora, como algo inteira, total e definitivamente elaborado. Este pretensão partido não seria o produto da atividade dos explorados, de sua experiência como classe, e sim o portador de uma verdade elaborada nos meios intelectuais da pequena burguesia. Não se convocam as massas a forjar o instrumento capaz de servir em sua luta libertadora, mas unicamente a voltar-se para a ação, na que deverá provar suas virtudes o "partido" vindo de fora." [...]

A violência revolucionária das massas não se confunde com a violência individual ou de pequenos grupos. A violência fundamental é a de classe, parte da classe dominante através de seu Estado, que é o instrumento para garantir a sua ditadura de classe sobre a maioria. A violência das massas é a resposta à violência reacionária da burguesia, é aquela que brota da neces-

sidade das massas se defenderem da repressão dos exploradores quando se mobilizam em defesa de suas reivindicações. O choque entre as necessidades das massas e a ditadura de classe da burguesia levará a um confronto violento, que resultará na revolução ou contrarrevolução. A violência revolucionária das massas avança com sua independência política, que se encarna no partido.

"Também se tratando da violência, seu sentido e projeção dependem de que classe social lhe encarne. O proletariado utiliza a violência em sua luta diária, e a luta pelo poder e no momento da conquista deste a ação armada cobra proeminência como o único método adequado para efetivar o programa revolucionário. A classe operária encarna a violência revolucionária porque é classe revolucionária e não por nenhuma virtude intrínseca da violência, como insinuam os ultra-esquerdistas dos mais diversos matizes.

A violência preconizada e praticada pelo foquismo, o terrorismo individual e o castrismo em geral nada têm a ver com a violência revolucionária, pela simples razão de que é totalmente estranha ao proletariado. Há que se perguntar a serviço de que finalidade está subordinada a violência executada pela ultra-esquerda: obstaculiza a organização do partido revolucionário, fecha o caminho do poder ao proletariado e cumpre uma função distracionista das massas, no sentido que se trata de uma violência contrária aos interesses da revolução."

"O trotskismo repudia as tendências (estalinismo, social-democracia etc.) que preconizam o acesso ao poder pela via pacífica ou parlamentar, a gradual e evolutiva transformação do capitalismo em socialismo etc., e aponta que o proletariado para chegar ao poder não pode menos que seguir a via insurrecional. No entanto, a violência não pode agir nem se encaminhar para a revolução por si só; esta projeção lhe dá de maneira adequada o partido político da classe operária. A violência revolucionária é aquela que serve ao programa revolucionário e está submetida a ele, para o ultra-esquerdismo é a violência (não outra coisa significa a atividade pela atividade) que engendra o grupo de ativistas; para o marxismo é o partido político que determina o caráter revolucionário da violência."

A Assembleia Popular

A Assembleia Popular, primeira experiência de duplo poder no continente, mostrou o caminho para a vitória das massas, em oposição ao fracasso da Unidade Popular, que expressa o caminho de derrota. O balanço dessas duas experiências fundamentais do continente é parte da construção do programa revolucionário em cada país.

"A constituição da Assembleia foi possível (como transformação do Comando Político, quando este foi ultrapassado pelas massas radicalizadas) porque o POR retomou as poderosas tendências das massas que se encaminhavam para a conquista do poder, as potencializou e lhes deu expressão política. É evidente que o trotskismo, que nesse momento se identificou totalmente com a vanguarda da classe operária, modelou muitas das características da Assembleia Popular, mas isso foi possível graças ao longo trabalho de organização e de educação realizado no seio das massas, a estruturação da classe ao redor das ideias fundamentais do Programa de Transição. Não há que estranhar que os explorados e seu partido tivessem coincidido perfeitamente no momento de formação da Assembleia. Tampouco é estranho que o POR, que acaba de sair machucado da tenebrosa noite da ditadura gorila do general Barrientos, tivesse aparecido, quase que de maneira natural, como a direção das massas. A Assembleia foi a resposta dada pela classe operária, atuando em sua condição de direção política da nação oprimida, da necessidade de colocar em pé uma organização capaz de aglutinar e organizar as camadas sempre mais vastas dos explorados que se incorporam à luta,

de orientar sua ação para a conquista do poder político.”

“Se descartamos as vias aventureiras propostas pela ultra-esquerda por estarem à margem da evolução política das massas, se consideramos que o nacionalismo de conteúdo burguês fundamenta seu empenho de conter o processo revolucionário nos limites democráticos e de manter sob sua sujeição a classe operária, na perspectiva latino americana se colocam, de quando em quando, dois caminhos irreconciliáveis: o da Unidade Popular chilena e o da Assembleia Popular boliviana, que é o mesmo que dizer o choque entre a contrarrevolução e a revolução. A essa conclusão conduz a análise crítica de toda a experiência vivida até o momento.” [...]

“A Unidade Popular não só deve ser caracterizada como uma forma de colaboração de classes, mas como uma concretização da submissão do proletariado à burguesia (a seus interesses), que, de outro lado, não pode conduzir a nenhuma outra parte o colaboracionismo. Para que esta finalidade manifestamente contrarrevolucionária se efetive não é necessário, precisamente, que na frente populista esteja presente a burguesia como um poderoso partido político, muito frequentemente seus interesses são devidamente defendidos pelos seus sucedâneos pequeno burgueses. O que define o problema é saber a serviço de que classe social está a frente popular e a presença ou não de tal o qual partido burguês não tem mais que um caráter formal. O papel que cumpriu a Unidade Popular, uma frente comum à frente popular em geral, não foi outro que o de conter por todos os meios a onda revolucionária quando começava a encrespar-se, boicotou toda manifestação de independência de classe do proletariado, toda tentativa que fizeram para marchar por seu próprio caminho, isso é compreensível se se tem em conta que o estalinismo está a serviço da burguesia e não da estratégia revolucionária. [...] O disparate do socialismo com democracia, tão caro a Salvador Allende, e aos reformistas em geral, não é mais que uma postura reacionária, porque sob inspiração da burguesia e do imperialismo, foi cunhada para se opor à ditadura do proletariado, única forma governamental que pode adquirir o Estado Operário. [...] Em resumo: a função da Unidade Popular não é outra coisa que fechar ao proletariado chileno o caminho para o poder, tarefa própria da frente popular. Dito de outra forma, a Unidade Popular conduz indefectivelmente à derrota e nas condições chilenas se encarregou de aplinar o caminho pelo qual passou o fascismo encarnado nos generais da corte do carniceiro Pinochet.”

Estados Unidos Socialistas da América Latina

A revolução será obra das massas, ela é internacional em seu conteúdo, mas nacional na sua forma e passa pela constituição de uma unidade revolucionária continental.

“A revolução nos países latino americanos, além de estar protagonizada pela nação oprimida (não outra coisa queremos dizer quando dizemos que será feita pelas massas) será um fenômeno marcadamente nacional que levará em suas entranhas a possibilidade e a necessidade de converter-se em internacional, de desembocar nos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Assim se concretiza nos países atrasados a revolução socialista mundial, que nós – repetimos – a consideramos como uma unidade; da mesma maneira as particularidades nacionais não são mais que o reflexo em determinada estrutura econômico social das leis gerais do capitalismo, que também é uma unidade que se levanta por cima das economias nacionais.”

Defesa da atuação nas organizações de massa

As organizações de massa são escolas revolucionárias para os explorados. Os revolucionários não se colocam à margem das massas e de suas organizações. A tática da frente única permite que as massas realizem a experiência com suas direções e avancem para a construção de direções revolucionárias.

“Não se pode esquecer que as organizações nascidas nas entranhas dos trabalhadores são insubstituíveis enquanto eles mesmos não as substituam na luta diária. O que corresponde aos revolucionários - e isso deve-se ressaltar com muita clareza - é lutar com firmeza para reconquistá-las das mãos da corrompida burocracia, que quase sempre conclui servindo aos interesses da burguesia, ou do Estado. Nem nos isolamos das massas com o pueril e reacionário pretexto de não sujar-mos as mãos no contato com os reformistas, com os burocratas ou com os oficialistas, nem propomos a divisão dos sindicatos para recorrer à tonta aventura de estruturar diminutas organizações cem por cento revolucionárias e trotskistas; contrariamente, propugnamos a unidade sindical para poder lutar no seio das massas em favor de nossas ideias e de nosso programa, que esta é a forma de ganhá-las para a revolução.”

Os marcos da 3ª Conferência Latino Americana

Tomamos a liberdade de transcrever vários trechos do documento apresentado por Guillermo Lora. Avaliamos que sua síntese contém a essência das discussões que se colocavam no movimento revolucionário do Continente e, em particular, do trotskismo.

O POR havia decidido, depois de derrotar o pablismo na Bolívia, ingressar no Comitê pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI), sediado na França, sob a direção de Pierre Lambert. Lora se empenhou em organizar o trabalho coletivo junto com suas seções latino americanas, entre elas Política Obrera da Argentina (PO). Esteve à frente da realização de Conferências latino americanas.

A 1ª Conferência, imediatamente, estabeleceu uma divisória entre o POR e a Organização Comunista Internacional (OCI) lambertista. Travou-se uma luta em torno da tática da frente única anti-imperialista. No fundo, se tratava de uma divergência quanto à definição do caráter da revolução nos países semicoloniais e da mecânica das classes. O POR tinha acabado de vivenciar a frente única anti-imperialista por meio da Assembleia Popular. No exílio, havia realizado um trabalho de estruturação de frente anti-imperialista para combater a ditadura de Banzer. Inevitavelmente, os trotskistas bolivianos levariam para o CORQUI essa rica experiência. No entanto, o lambertismo se mostrou incapaz e avesso à tarefa de reconhecer as conquistas do trotskismo na Bolívia, cuja expressão alcançava a América Latina. Lembramos o antagonismo que se manifestou entre a Assembleia Popular como frente única anti-imperialista e o governo da Unidade Popular no Chile como resultado da frente popular estalinista.

A confusão lambertista entre a tática da frente única anti-imperialista e a tática da frente popular assinalou a impossibilidade do CORQUI vir a estudar com propriedade os acontecimentos na Bolívia e a política do POR. Mesmo assim, realizou-se a 3ª Conferência e última. Esta se configurou como resposta definitiva às distorções e falsificações lambertistas.

O documento redigido por Guillermo Lora, “Projeto de Informe sobre a América Latina”, publicado na Revista Documentos do CC do POR, em setembro de 1977, constituiu no maior legado da luta internacionalista do trotskismo no quadro de decomposição das frações (pablistas, lambertistas, morenistas, etc.) que desintegraram a IV Internacional depois da morte de Leon Trotsky.

O trabalho de formação dos partidos marxista-leninista-trotskistas na América Latina, para nos circunscrevermos ao Continente, e de reconstrução da IV Internacional está obrigado a assimilar e aplicar as formulações da 3ª Conferência Latino Americana.

Restauração capitalista e a síntese de Guillermo Lora

O POR boliviano analisou criticamente e respondeu programaticamente ao processo de restauração capitalista, que finalmente se impôs nos anos 90. Em seus escritos, Lora expressou a síntese dessa experiência. O significado político da “Perestroika” foi alvo de análise e esclarecimento de seu sentido histórico. Os escritos de Lora sobre a Revolução Cubana, por sua vez, certamente, é uma das maiores contribuições à defesa do internacionalismo proletário e da luta contra a destruição das conquistas do proletariado que resultaram da revolução social.

Para aqueles que se reivindicaram da IV Internacional e de sua reconstrução, o papel contrarrevolucionário de Stálin e de sua camarilha tem sua gênese na luta de Lênin e Trotsky contra os caminhos que adotava o Partido Russo ainda nos primeiros anos da década de 20 do século XX. As ações de Stalin à frente do Partido Comunista Russo foram objeto de crítica de Lênin em seus últimos escritos (lembramos o “Testamento Político de Lênin” lido no XIII Congresso do PCUS, de 1923), e de Trotsky em seu período de luta no interior da Rússia (entre 1923 e 1928) e em seu exílio, com a constituição da “Oposição de Esquerda Internacional”, embrião da IV Internacional.

Herdeiro dessa tradição de luta contra o estalinismo e contra a teoria do “socialismo em só país”, o POR boliviano buscou sistematizar a crítica a todas variantes estalinistas que se desenvolveram em seu país, bem como analisar os grandes acontecimentos históricos que projetavam a política de Stálin e atualizavam o problema da revolução política ou da restauração capitalista.

Lora assimilou a oposição revolucionária, aplicando o materialismo histórico e elaborando uma crítica programática com base nas linhas gerais que tanto Lenin quanto Trotsky já haviam lançado décadas atrás. Dois documentos de Guillermo Lora publicados pelo Partido Operário Revolucionário demonstram a contribuição ao programa da Revolução Proletária Mundial e a crítica à política de restauração capitalista. Trata-se de um documento de análise da Revolução Cubana, ocorrida em 1959, e publicado em dezembro de 1962, “Lição cubana”. E de outro documento com uma longa análise do significado da perestroika de Gorbachov, publicado em fevereiro de 1990, cujo título é “A Perestroika”.

Lição cubana

De início, Lora é obrigado a responder aos detratores do POR boliviano, que, no início dos anos 60, faziam coro com a burocracia do PCUS e comprometiam-se com os recentes líderes da Revolução Cubana (Fidel Castro e Che Guevara).

O POR criticava os líderes da Revolução Cubana por seu passado nacionalista burguês e a política socialista-nacional da burocracia do Kremlin sem, com isso, deixar de

defender incondicionalmente a Revolução Cubana contra qualquer ataque dos países capitalistas. Em nome da vitória da Revolução Cubana, como parte da Revolução Mundial, é que os revolucionários se colocavam no campo da crítica aos desvios que poderiam aprofundar a política de isolamento da revolução em só país.

Por suas características históricas, a Revolução em Cuba foi de libertação nacional, anti-imperialista, portanto, colocou de imediato as tarefas próprias de países atrasados. As forças sociais que levaram à revolução deram-lhe um caráter que superou os objetivos nacional-burgueses colocados inicialmente pelo Movimento 26 de Julho, de Fidel. Um movimento de caráter nacionalista, pelas condições concretas em que ocorreu, em uma convergência dos movimentos da cidade e do campo e contra os monopólios imperialistas assumiu imediatamente um caráter de revolução socialista. Não foram Fidel ou Che que deram esse caráter à revolução, mas as forças sociais postas em movimento contra o governo pró-imperialista de Batista. A sua direção foi obrigada a seguir o curso da radicalização dos explorados.

A Revolução Cubana foi mais uma evidência de que a tese da Revolução Permanente é a via para se chegar ao comunismo, demonstra Lora. As tarefas democrático-burguesas só podem ser resolvidas quando se combinam com as tarefas socialistas de expropriação do grande capital, de planificação da economia, de instituição do monopólio do comércio exterior por meio do Estado operário, etc.

Entretanto, a tese histórica de passagem de um movimento de libertação nacional para um movimento revolucionário socialista não pressupõe necessariamente que a sua direção adote imediatamente esse programa. Os líderes da Revolução Cubana foram obrigados a assumir o “comunismo” via pressão interna e a ajuda externa da URSS contra as investidas do capital financeiro internacional.

A burocracia da URSS “assumiu” a Revolução Cubana com o objetivo de manter a sua política de diplomacia e convivência com o imperialismo, sobretudo, norte-americano. Objetivava, logo, tornar a Revolução em um “instrumento da diplomacia contrarrevolucionária soviética”. Sob as ordens do PCUS, o Partido Comunista Cubano foi constituído sem que os seus dirigentes pudessem fazer uma autocrítica de seu programa anterior e de sua política atual frente aos problemas da revolução mundial, particularmente, da revolução na América Latina.

Lora aponta que o mais grave é que, em vez de se apoiar no proletariado internacional, o movimento revolucionário cubano jogou-se, sob orientação de Fidel Castro, nos braços da camarilha estalinista do Kremlin, razão pela qual a revolução cubana passou a correr sérios riscos de desvios restauracionistas, uma vez que já na década de 60 a política contrarrevolucionária da burocracia já tinha delineado todos os seus principais traços (convivência com o imperia-

lismo, fechamento da III Internacional, adoção das Frentes Populares, via pacífica para as revoluções, etc.).

Sem contar com uma direção revolucionária marxista e logo envolvida pela burocracia da URSS, a Revolução Cubana só poderia alimentar distorções e visões equivocadas para a esquerda latino-americana e mundial. Ideias de que a Revolução teria sido um “contragolpe” à ditadura de Batista, de que fora uma revolução “camponesa”, de que fora a ação de uma pequena vanguarda (foquista) que levaria à conquista do poder ou de que seus objetivos eram puramente democráticos foram disseminados e tiveram consequências danosas para movimentos em outros países.

De fato, muitas ideias e representações dominavam o Movimento 26 de Julho. Tratava-se de um movimento pequeno burguês por sua composição e por seu programa. A declaração de Serra Maestra de 1957 evidencia um programa democrático-burguês com consignas gerais ligadas a direitos democráticos e sociais que qualquer partido burguês radical nacionalista poderia defender.

O Movimento 26 de Julho por sua estratégia não levaria à vitória da revolução proletária. Foram as tarefas pendentes que jogavam as massas da cidade e do campo na luta contra o governo ditatorial e pró-imperialista que deram o conteúdo ao processo revolucionário e empurraram seus dirigentes para posições “comunistas” (estalinistas).

As pressões econômicas (sabotagem norte-americana) e os perigos da contrarrevolução oligárquica forçaram o regime castrista a adotar posições do bloco soviético. Lora foi categórico ao afirmar que “Fidel se transformou num prisioneiro do aparato estalinista que funciona em Cuba”. Do dia para noite, o nacionalista pequeno-burguês transformou-se em um revolucionário “marxista-leninista”. A acomodação de Fidel e de seu grupo ao estalinismo “prejudica seriamente a revolução porque a desarma ideologicamente e porque deixa o estalinismo à vontade”.

Já em 1962, Lora vê os perigos de uma Revolução manietada por forças externas (estalinismo), que não são mais internacionalistas, mas veem a revolução em um país como forma de disputa com o imperialismo. O conflito em torno das armas nucleares na Ilha evidenciou que o país foi apenas uma peça na Guerra Fria, que nem a burocracia do Kremlin nem a burocracia da China tinham como objetivo

alimentar a revolução na América Latina.

Para os revolucionários poristas, a Revolução Cubana tornava-se o principal acontecimento, na década de 60, da luta de classes e precisava ser defendida como ponto de apoio para a Revolução Mundial. A caracterização do controle estalinista da revolução e a defesa dos métodos do internacionalismo proletário distanciaram a posição do POR boliviano do conjunto dos partidos comunistas do mundo e dos revisionistas do trotskismo.

Em 1991, Lora volta a escrever sobre a experiência cubana e reafirma que sua função na Guerra Fria e seu condicionamento perante à URSS não possibilitou que se desenvolvesse uma política independente.

Na verdade, com a restauração capitalista em curso na

Rússia, as pressões restauracionistas ganharam impulso também na Ilha, de modo que os seguidos congressos do Partido Comunista Cubano buscaram adotar medidas de abertura gradual da economia, de diversificação das relações externas, de incremento no papel do mercado, etc.

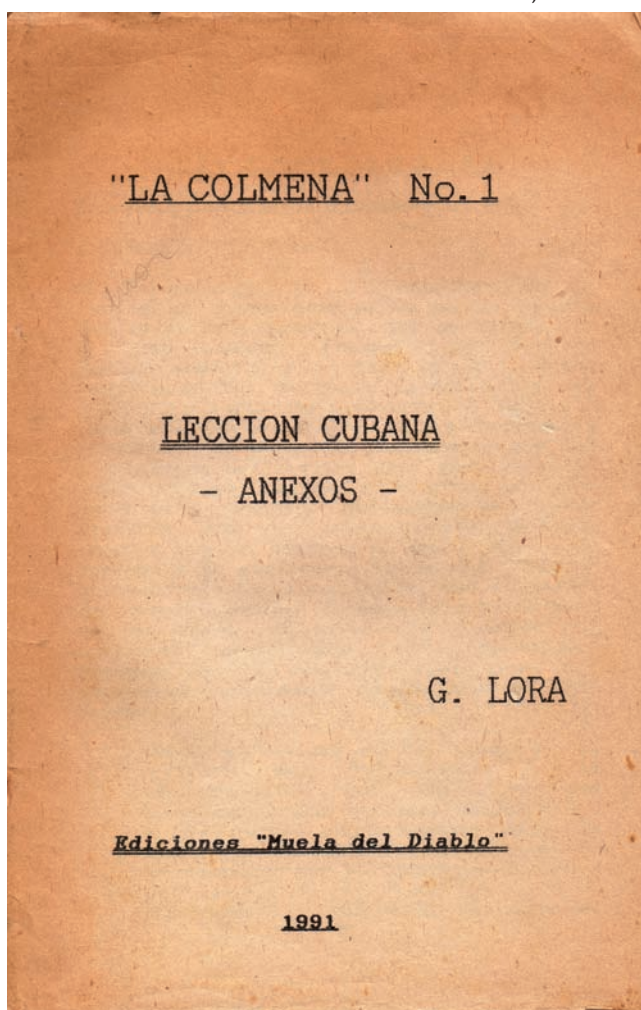
Ainda que se depositassem esperanças em Fidel, a Revolução Cubana, pela política de sua direção, nunca esteve em condições de se opor às tendências restauracionistas e de convivência com o imperialismo, impostas pela burocracia contrarrevolucionária do PCUS.

A Perestroika

Em fevereiro de 1990, Lora traz à luz um escrito de análise sobre a diretriz da reestruturação econômica da URSS (“perestroika” de Gorbachov). Das considerações econômicas às políticas, evidencia a todo momento que suas considerações retomam a crítica já empreendida por Lênin sobre o isolamento da Revolução Russa, e de Trotsky, do caráter contrarrevolucionário da burocracia estalinista que se tornaria agente do imperialismo e da restauração capitalista.

No entanto, desde o início, a poderosa Revolução Russa se assentou em bases que impediram a queda imediata das conquistas revolucionárias e do poder da burocracia que resulta, de alguma forma, dessas mesmas conquistas.

Lora afirma: “A vitoriosa revolução de Outubro – liderada por Lenin e Trotsky, nessa ordem, como apontou este último – tomou três medidas fundamentais que a definiram como proletária e integrante da revolução mundial, que per-



mitirá que a humanidade supere as divisões e contradições de classe: a estatização dos meios de produção por parte da ditadura do proletariado e, em nome de toda Rússia, a planificação da economia nacional. Pela primeira vez e graças à eliminação dos grandes empresários, o monopólio do comércio exterior, que permitia efetivar as conquistas fundamentais do bolchevismo, que caracterizaram o governo como ditadura proletária.”

A política de Gorbachov a partir de 1986 foi o de minar gradativamente esses pilares. A “perestroika” e a “glasnot” foram a forma definitiva que adotou a reação contrarrevolucionária termidoriana: “agora podemos ter uma ideia nítida do que é a burocracia moscovita – uma força reacionária que se levanta como um sério obstáculo no caminho da revolução, da luta das nações e das classes oprimidas por sua libertação”.

Não obstante essa definitiva colaboração do estalinismo com o capitalismo mundial, ao POR boliviano restava a tarefa da defesa incondicional da URSS, por essa se erguer sobre a base da estatização dos meios de produção e da economia planificada, traços fundamentais da rota para o comunismo. A política da burocracia estalinista precisava ser denunciada por se chocar abertamente contra esses traços.

Segundo Lora, a “perestroika” era o coroamento de uma política desenvolvida há anos. Para a burocracia do Kremlin, tratava-se de medidas administrativas para fazer frente à estagnação da economia soviética. Não havia crescimento econômico, a produtividade perdia eficiência, o desenvolvimento científico e tecnológico não avançava e faltavam produtos para abastecer o mercado interno. Os burocratas culpavam a administração das empresas estatais e os trabalhadores. Escondiam, portanto, a raiz do problema soviético. Omitiam que as causas da estagnação encontravam-se também na própria existência da burocracia, afastada das massas, do controle operário, da política internacionalista.

Lora afirma que a ação dos trabalhadores era uma resposta instintiva diante da situação de penúria que o isolamento da URSS impôs à economia. A não produção agrícola suficiente comprovava, por exemplo, que não se havia superado a contradição entre a cidade e o campo e que, portanto, o socialismo não havia se desenvolvido plenamente, como chegaram a afirmar os estalinistas durante décadas. A contradição entre cidade e campo é própria dos países capitalistas e não fora superada na URSS, mesmo com o descomunal avanço das forças produtivas durante décadas.

Por não poder chegar às raízes dos problemas econômicos, já que estes tinham um fundamento político, a perestroika atuava para aumentar o controle sobre o trabalho operário, para abrir o mercado às empresas mistas e para quebrar o monopólio do comércio exterior.

Assim, Lora assinala que, em relação à produtividade do trabalho, se buscou “traduzir” o taylorismo norte-americano à realidade russa, o que significou não apenas uma medida “administrativa” e coercitiva sobre os trabalhadores, mas também um afrouxamento do controle estatal sobre as empresas. Se o estatismo sempre foi uma barreira de con-

tenção ao saque imperialista, as rachaduras nesse “muro” expunham a política invasora do imperialismo no coração da produção estatizada da URSS.

Sobre esse ponto, a conclusão de Lora é categórica: “as medidas administrativas que propõem a perestroika podem ou não ter êxito em alguns setores da economia, mas é certo que são insuficientes para projetar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas até o comunismo, o que supõe a destruição do imperialismo e não a convivência com ele”.

Ao contrário da “autogestão empresarial” proposta por Gorbachov, Lora opunha o controle operário da produção, que coloca não em um plano puramente administrativo mas político o problema do controle e do desenvolvimento da economia do país.

Para além dos problemas internos, a perestroika respondia a uma demanda do capital internacional. O que Lora vai chamar de “fissuras no monopólio do comércio exterior” nada mais foram do que medidas de abertura até o capitalismo, com a adoção de empresas mistas que podiam, por sua conta, comercializar com os países capitalistas.

Para a burocracia do PCUS, colocava-se o problema novamente como administrativo-financeiro: elevar a URSS em pé de igualdade na disputa pelo mercado mundial. As medidas pro-capitalistas, de fissura do monopólio do comércio exterior, visavam a “dinamizar” a economia. O problema da concorrência econômica sobrepunha-se aos perigos que representava tal abertura a um traço da economia capitalista.

Lora, ao contrário, reafirma que essa política de abertura ao capitalismo foi gestada pela mesma burocracia que agora punha como imprescindíveis tais medidas. Mais uma vez, haviam sido criadas as condições para uma política contrarrevolucionária: “O afrouxamento da estatização, a liberação do monopólio do comércio exterior, que também se dão na China, nos países da Europa oriental e, particularmente, na Hungria, parecem passar despercebidos frente aos esmagadores problemas diários com que têm que se confrontar os trabalhadores e a população; assim se pode explicar que se cubram com o silêncio os descomunais atentados ao próprio cimento da URSS”.

O Estado operário, saído da revolução, deve comercializar com o conjunto dos países capitalistas – essa é uma condição do caráter mundial da economia; uma imposição, portanto. Rivalizar no plano econômico, no entanto, não pode servir de subterfúgio para secundarizar a luta de classes, a luta pela revolução social nos países imperialistas, a luta pela destruição da grande propriedade privada burguesa. A perestroika justifica-se como um conjunto de medidas econômicas que nega a luta política, enquanto permite a colaboração com o imperialismo e abre uma enorme fenda no monopólio estatal e em seu comércio.

Sobre a defesa do monopólio do comércio exterior, Lora vai retomar as posições de Lenin e Trotsky, os quais, desde os primeiros anos da Revolução, opunham-se à postura como de Bukarin que secundarizaram a questão. O monopólio, para o Estado operário, é uma fortaleza contra as investidas poderosas do capital internacional. É a forma pela

qual o Estado revolucionário, com todas as suas debilidades econômicas, pode fazer frente à “competitividade” do mercado capitalista. A abertura do comércio exterior, por meio das empresas mistas que ganham autonomia para comercializar, representa um retrocesso e um ataque ao Estado operário.

A perestroika, porém, não se limitava a medidas administrativas do trabalho e à abertura ao capital, mas também servia à reorganização da economia como um todo quando, por exemplo, cristalizou a modificação do sistema bancário na URSS. O sistema centralizado bancário, que contava com o poderoso “Gosbank”, criado em 1921, e que constituía até a reforma o centro único do crédito, deu lugar a um sistema de vários bancos, com funções particulares (do comércio exterior, da agricultura, da indústria de construção, etc.). Como outras justificativas, a diversificação e descentralização do sistema bancário apontava para a “eficiência” e potencialização da “autogestão” e “autofinanciamento” e, como não poderia deixar de ser, para a “cooperação” com as empresas mistas para “animar” o comércio exterior.

A ação sobre o sistema bancário potencializava não o desenvolvimento das forças produtivas internas, mas ampliava a abertura ao capital internacional e à medidas de “estímulo” tipicamente de economias burguesas.

Embora se ressaltassem as “medidas administrativas”, estas também se combinavam a uma política de “cooperação pacífica” com o imperialismo. Nos documentos ligados à perestroika, Lora vai extrair a essência da posição de Gorbachov e da burocracia: o de que a guerra e a violência entre os países é inadmissível nos tempos atuais e é danosa tanto para o capitalismo quanto para o “socialismo”.

Como se vê, a posição não neutraliza os conflitos, apenas salienta que a posição da URSS será de convivência com os mesmos, adotando uma postura mais abertamente colaboracionista com o terror que pratica diuturnamente o imperialismo norte-americano e europeu. A ideia de que se chegava a uma etapa de maior convivência pacífica entre as nações foi o triunfo da política contrarrevolucionária do estalinismo em plano internacional, que teve origem no início dos anos 20.

Conclusões de Lora

“A economia planificada não foi ainda destruída, porém as medidas adotadas e que citamos tendem a enfraquecer

não somente a propriedade estatizada, senão também a planificação da economia, que não pode funcionar se se levantam na execução os interesses dos proprietários e empresários privados. Entre estatização dos meios de produção e planificação existe uma estreita inter-relação.”

A perestroika foi comparada por Lora à NEP, no sentido de que ambas representavam retrocessos econômicos frente a situações adversas. A profunda oposição entre ambas é que não houve nenhuma ilusão, quando da adoção da NEP em 1921, de seu verdadeiro caráter “retrogrado”. Era uma concessão aos camponeses depois do “comunismo de guerra”. Não se colocava a convivência pacífica nem no plano econômico nem no político com o imperialismo.

Gorbachov, ao contrário, ilude as massas ao afirmar que a perestroika é um grande avanço para o socialismo. A perestroika, na verdade, era parte de mais uma das peças

do restauracionismo da política estalinista. Não podia ser outra coisa e por isso foi comemorada por todos os países capitalistas. Era um caminho rumo à reintegração da economia russa à economia capitalista mundial. As contradições dessa reintegração podemos verificar ainda hoje.

A Revolução Russa e, em outra escala, a Revolução Cubana representaram a vitória do proletariado diante das contradições do capitalismo agonizante. Não eliminaram nem poderiam eliminar do dia para a noite as classes sociais, a luta pela sobrevivência, as disputas regionais e, sobretudo, a propriedade privada dos meios de produção.

A política contrarrevolucionária do estalinismo atuou no sentido de enfraquecer as vitórias e conquistas revolucionárias a tal ponto que a burocracia transformou-se em aliada do imperialismo. Lora retoma o que Trotsky assinalava: o triunfo

da restauração seria produto da manutenção da burocracia nos Estados operários degenerados. Sem a Revolução política, a política restauracionista ganharia corpo, forma e poderia levar à derrota das revoluções.

A política restauracionista, contudo, é parte de um “processo histórico, que não se pode dar imediatamente e menos ainda de uma maneira pacífica”. Por isso, Lora encerra o documento de análise de 1990 com a afirmação: “A revolução política voltará a colocar em sua verdadeira dimensão o antagonismo irreconciliável entre leninismo – desta vez leninismo-trotskismo – e burocracia termidoriana a serviço do imperialismo”.

Guillermo Lora

Lección



Cubana

La Paz - Bolivia

1962

Assimilemos os ensinamentos da história

Guillermo Lora – Janeiro de 1998

Estamos diante do processo de restauração do capitalismo na ex-URSS e nos países que seguem a política estalinista contrária aos interesses históricos do proletariado e da revolução. Não há dúvida de que vivemos um gigantesco retrocesso quando em meio à época de nascimento da nova sociedade se retorna à velha. Isto nos obriga a assimilar devidamente seus ensinamentos.

Para alguns observadores, o que vem ocorrendo demonstraria que é inviável a sociedade sem classes e que os fatos se encarregam de provar que a ordem social capitalista corresponde à natureza humana e que, por isso mesmo, permanecerá no cérebro das pessoas de maneira eterna.

Surge a pergunta: Já não haverá revolução social, transformação qualitativa da sociedade? A resposta afirmativa nos levaria à conclusão de que a sociedade – mais que o capitalismo – está à margem da natureza e das leis dialéticas da transformação interna dos fenômenos e das coisas. Isto é inadmissível.

Os ideólogos a serviço do imperialismo nos dizem que a sociedade capitalista – contrariando as esperanças dos socialistas – vai se aperfeiçoando, superando seus aspectos negativos e avançando para a prosperidade. Esta afirmação contradiz a realidade.

O revisionismo do marxismo – citemos o caso escandaloso de Ernest Mandel – sustenta que as forças produtivas continuam desenvolvendo-se, o que equivale dizer que o capitalismo persiste em sua etapa progressiva, que o fator econômico, ou objetivo, não amadureceu ainda para tornar possível a revolução social.

De forma particular, se tem afirmado e se continua afirmando – sobretudo os estalinistas revisionistas, os reformistas democratizantes, os nacionalistas, etc. – que nos países atrasados o desenvolvimento das forças produtivas não permite colocar a revolução proletária e que corresponde unicamente materializar a revolução burguesa. Os estalinistas, da mesma maneira que os reformistas e revisionistas, partem do equívoco de considerar a economia mundial como a soma das economias nacionais e não como uma unidade superior, cujas leis atuam por cima das fronteiras nacionais, modificando os países em que penetram. Não podemos fechar os olhos diante do fato de que suportamos as consequências brutais da crise econômica e estrutural que vive o capitalismo em escala mundial. É por isso que dizemos que a revolução social está colocada na ordem do dia, o que nos impõe atuar consequentemente.

A crise econômica – de superprodução em um mundo de famintos que muito pouco podem comprar – é de destruição de forças produtivas, pois se traduz na paralisia de parte do aparato produtivo e em destruição de força de trabalho (desemprego massivo). Constatamos todos os dias que o processo de desintegração do capitalismo é o caminho que conduz a humanidade à barbárie. A burguesia vem destruindo rapidamente todas as conquistas que obteve na sua etapa de ascenso. A burguesia vem empurrando abertamente os operários para

que assumam a responsabilidade do funcionamento rentável das empresas, não sem antes renunciar as suas conquistas, seus salários atuais, as normas jurídicas de proteção da classe operária, limitando-se a contemplar a legislação do trabalho, etc..

Os fatos com os quais nos deparamos diariamente demonstram que a maturidade das forças produtivas exige a materialização da revolução social e que não pode se dar de maneira mecânica, mas sim através da maturação da consciência classista do proletariado, de sua concretização em programa, em partido político, que na Bolívia se chama Partido Operário Revolucionário. Podemos concluir que a revolução social jamais se traduzirá em vitória se estiver ausente o partido político, prova do pouco desenvolvimento da consciência de classe.

Um dos erros iniciais do estalinismo e de outras correntes contrarrevolucionárias consiste, como temos indicado, na deformação da economia mundial como realidade unitária. Em nosso país, unicamente o trotskismo parte, para o desenvolvimento da teoria e de sua atividade diária, do convencimento de que este, com todas suas particularidades nacionais, com enorme peso do pré-capitalismo que arrasta, faz parte dessa unidade superior que é a economia capitalista, o que significa que a metrópole opressora e a semicolônia oprimida estão em interrelação dialética e que se constitui um equívoco a ideia de que a atrasada Bolívia é unilateralmente dependente da metrópole opressora norte-americana. As limitadas forças produtivas do país altiplano – marcadas pelo pouco desenvolvimento industrial – concluíram integrando-se na economia mundial e, por isso mesmo, fazem parte deste fator fundamental objetivo, da revolução mundial extremamente madura para a sua materialização.

Resumindo. A queda internacional do estalinismo, precisamente, ensina que o capitalista não se rejuvenesce graças à restauração da ordem social burguesa, mas que continua o processo de seu esgotamento, às vezes a um ritmo mais veloz que o da véspera, o que impõe a urgência do cumprimento da revolução proletária.

A revolução bolchevique russa se degenerou e acabou sendo estrangulada porque o estalinismo a isolou do processo revolucionário mundial – política reacionária expressada na teoria do ‘socialismo em um só país’. A revolução social para se afirmar e se projetar para o comunismo, a sociedade sem classes, tem de necessariamente de fazer parte da revolução internacional.

Do que foi dito se deduz que uma das grandes tarefas que se deve cumprir nesse momento é, precisamente, pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, ou seja, a IV Internacional como expressão do marxismo-leninismo-trotskismo.

Acreditamos na urgência de reiterar que estamos falando de voltar a pôr em pé a IV Internacional baseada no Programa de Transição, redigido por León Trotsky, por considerar que é a essência do marxismo-leninismo-trotskismo de nossa época

e não como um tributo ao culto da personalidade e outros desvios desse estilo. Partimos da rica experiência acumulada pelo Partido Operário Revolucionário, na Bolívia, país clássico do capitalismo atrasado, de economia combinada.

O fundamental da IV Internacional

O Partido Mundial da Revolução Socialista, nisto consiste a IV Internacional, tem de ser um partido único e centralizado em escala mundial; os partidos nacionais – por exemplo, o POR da Bolívia – são suas seções nacionais.

O eixo organizativo tem de ser o centralismo democrático, que implica a mais ampla democracia interna, discussão nos marcos programáticos e, inclusive, direito de formar frações, tudo no plano interno, porque às massas corresponde expor uma só linha política. A disciplina deve se entender como severo cumprimento do programa e do centralismo democrático.

Se a Internacional atuar como partido único quer dizer que sua linha política – incluindo o fundamental da estratégia das seções nacionais – deve ser discutida e elaborada coletivamente. Cabe à IV Internacional assimilar autocríticamente todas as aquisições das seções, que devem ser generalizadas. Os trotskistas bolivianos estão vivamente interessados em que seus camaradas de todos os confins assimilem criticamente suas experiências e assim possam elevar sua politização. Para alcançar estes objetivos, é necessário garantir o direito de crítica não somente a todas as seções, mas inclusive aos militantes individualmente considerados.

As considerações anteriores pressupõem que se realize um severo balanço autocrítico de toda experiência da IV Internacional até hoje e em escala mundial, certamente cheia de desvios e equívocos.

Os trotskistas bolivianos não ocultam sua perplexidade diante do fato da IV Internacional não ter assimilado as visíveis conquistas e tão pouco assinalar, mostrar as raízes de seus numerosos erros, o que fariam com que não se repetissem na atualidade e no futuro.

Os esquerdistas dos diversos e contrapostos agrupamentos mostram, à luz dos acontecimentos, quanta influência sofreram do estalinismo, que tão cinicamente se esforçou por capitalizar a seu favor o prestígio e a transcendência da revolução de Outubro. Uma das consequências disso foi a queda vertiginosa da burocracia do kremlin, que arrastou diversas correntes pretensamente esquerdistas. Este fenômeno também ocorreu na Bolívia e confirma que os líderes da esquerda terminaram se colocando por detrás da socialdemocracia ou dos setores burgueses empenhados em fazer demagogia com sua colocação do “neoliberalismo de conteúdo social”. Desta maneira, no

cenário revolucionário, não ficou em pé, a não ser o trotskismo, levantando a bandeira da revolução social e da ditadura do proletariado. Quando dissemos que chegou o momento de reconstruir a IV Internacional, estamos indicando que é a necessidade histórica que obriga a classe revolucionária de nossa época a materializar a revolução social e a ditadura do proletariado. A IV Internacional deve, inadiavelmente, levantar como sua finalidade estratégica a que corresponde aos operários dos diferentes países do mundo. Para nós, como ontem, nossa consigna diz: “proletários do mundo, uni-vos!”

Sabemos perfeitamente que se não pormos de pé agora a IV Internacional – reiteramos que se trata do Partido Mundial estruturado em torno da finalidade estratégica do proletariado – não será possível materializar a revolução social, ainda que fosse desencadeada como resultado do impulso instinto das

massas, não concluirá em vitória e na ditadura do proletariado. Neste caso, se daria o fenômeno surpreendente de que nós, presumíveis bolcheviques, contribuimos para que a humanidade seja empurrada para a barbárie do capitalismo em desintegração.

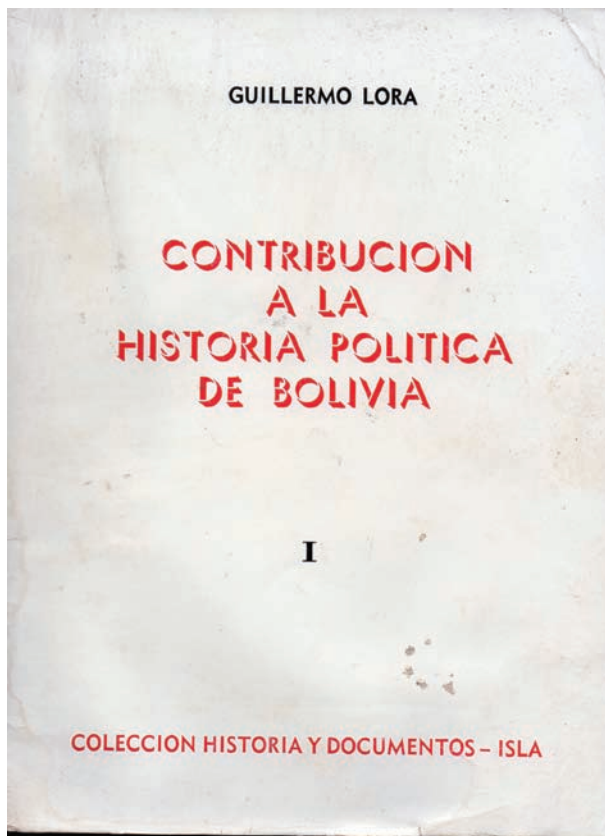
Os marxistas-leninistas-trotskistas não têm nada de acadêmicos e de intelectuais profissionais, são sobre todas as coisas revolucionários que entregam suas vidas à tarefa de acabar com a ordem social capitalista. É claro que nos rebelamos contra o ordenamento jurídico imperante com a ajuda da violência revolucionária, contra o governo da classe dominante, contra a sociedade capitalista em decomposição. Por isso mesmo, nosso partido, a IV Internacional, não pode menos que se organizar para desenvolver, ao mesmo tempo, atividades legais e clandestinas.

Nosso método de luta são próprios da revolução proletária, equi-

vale dizer a ação direta das massas, cujo conteúdo é a violência revolucionária por ser exercida pelas massas oprimidas e exploradas. Somente ali onde imperam as ilusões democráticas, é nossa obrigação utilizar o Parlamento – mas subordinado à ação direta – e trabalhar pelo seu esgotamento, única maneira de contribuir para que os explorados e oprimidos empunhem os fuzis, que é a insurreição, único caminho que conduz à tomada do poder político.

A Revolução Permanente e a Lei da Economia Combinada

A revolução social pode se dar ali onde a evolução da consciência de classe alcançou um alto nível, e não obedecendo à localização dos países em um determinado meridiano geográfico. Na análise política, não nos guiamos por considerações chauvinistas de nenhum tipo, utilizamos o método do materialismo histórico e consideramos como partes integrantes, por



exemplo, as contribuições feitas por Trotsky. Referimo-nos de maneira particular às teorias da revolução permanente e da economia combinada. Não vamos discutir que o líder, juntamente com Lênin, da Revolução Russa de 1917 e da luta antiestalinista, desenvolveu não poucas ideias já enunciadas por Marx e outros clássicos do marxismo – o pensamento humano sempre recorre a caminhos similares.

A Revolução Permanente

O marxismo, partindo de sua análise da economia capitalista mundial, sustenta que a revolução social e a ditadura do proletariado só podem ocorrer como fenômenos mundiais. O socialismo em um só país, apregoado pelo estalinismo, é a negação do marxismo e o rótulo utilizado para encobrir a derrota final da revolução social.

Trotsky, seguindo o marxismo clássico, diz que a revolução em todas as latitudes –incluindo os países atrasados- começa dentro das fronteiras nacionais, consequente com o grau de desenvolvimento da consciência da classe operária, que sempre é desigual, mas que inevitavelmente deve se fundir com a revolução internacional, única forma que tem para se fortalecer e para resolver os problemas que coloca a transformação qualitativa da sociedade. Essa transformação da revolução nacional em internacional é uma lei que parte do caráter mundial da economia capitalista, que por isso mesmo impera em todos os rincões do planeta.

É nos países atrasados que se distinguem por não ter superado completamente o pré-capitalismo, isto é, não ter resolvido as tarefas democráticas ou burguesas, que a ditadura do proletariado, expressão da nação oprimida e de seus problemas, se vê obrigada a cumprir as tarefas de outras classes sociais e as suas próprias, claro que não para permanecer na etapa democrático-burguesa, mas para transformá-las em socialistas, tudo como um período único da ditadura da classe operária. O desenvolvimento do processo revolucionário constará de etapas nas quais uma se apoia na anterior e a negue. Esta transformação concluirá na sociedade sem classes, ou seja, no comunismo, que na perspectiva do desenvolvimento da humanidade será a negação da negação.

A Lei do Desenvolvimento Combinado

A lei mais geral da história é o desenvolvimento desigual entre os diferentes países e continentes entre si.

Em se tratando dos países atrasados, esta lei universal se concretiza na lei da economia combinada, que é a coexistência de diversos modos de produção, evidentemente que se incluindo como predominante ao modo de produção capitalista, característica imposta pela economia capitalista que domina o mundo em seu conjunto.

Não se pode dizer que nos países atrasados haja dois ou mais processos de desenvolvimento, mas apenas um integrado por diversos modos de produção, inter-relacionados dialeticamente.

Por que o capitalismo atua como uma unidade sem ignorar os modos de produção pré-capitalistas? Esse fenômeno, para muitos estranho e surpreendente, é consequência da particular refração das leis da economia mundial no contexto socioeconômico dos países que não tiveram a oportunidade de dar o salto

qualitativo para o capitalismo plenamente desenvolvido, partindo do pré-capitalismo. Não tiveram o tempo e a possibilidade para forjar em suas entranhas a burguesia revolucionária como ocorreu em outras latitudes.

No caso particular da Bolívia, a invasão do capital financeiro, do imperialismo (interessado em explorar as riquezas minerais e, definitivamente, em subjugar politicamente o país, convertendo-o em semicolônia – governo nacional sem soberania -, que transformou sua imagem em uma parte pequena do país) se viu obrigada, para romper os obstáculos que se opunham a sua política colonizadora, a apoiar-se na classe dominante semifeudal e desta maneira se converteu no muro que conteve e rechaçou a maioria nacional que procurava ter acesso aos progressos alcançados pela humanidade.

A economia combinada tem sido uma imposição do exterior, como consequência da invasão do capital financeiro, como parte do processo de incorporação do país na economia mundial e da configuração das particularidades nacionais, que não tardaram em reagir contra a metrópole opressora, isto ao se abrir a perspectiva de que o proletariado minoritário, transformado em direção da nação oprimida, pudesse concretizar a revolução social e procurar substituir a grande propriedade privada burguesa dos meios de produção – concentrada nas mãos do imperialismo e da burguesia nacional – pela social, superar toda forma de pré-capitalismo e abrir caminho para a sociedade comunista. Também nos países atrasados, sem grande desenvolvimento industrial e sem ter conhecido o que é a democracia burguesa, a classe operária é a negação do imperialismo e de seu servidor que é a burguesia nativa. A revolução social transformará o atraso em alavanca do progresso ao permitir que o país atrasado se aposse em saltos dos avanços do imperialismo e abra caminho para superar-lhe em todos os aspectos. Tudo isso se explica sempre que não se esqueça que o país atrasado e a revolução se movem no seio da economia capitalista. A necessidade histórica da revolução e as possibilidades de que se possa superar radicalmente o atraso aparecem ao mesmo tempo que amadurecem as forças produtivas em suas dimensões internacionais.

Temos assinalado alguns traços da revolução permanente na atrasada Bolívia e que já estão sendo perfilados nos momentos mais importantes da luta de classes, da atuação do proletariado que percorreu um bom trecho no desenvolvimento de sua consciência de classe. Um exemplo esclarecedor. Nos anos 70, surge no país, graças à participação decisiva do Partido Operário Revolucionário, a Assembleia Popular, organização que proclamou em voz alta a sua condição de órgão de poder das massas e de ser a concretização da frente anti-imperialista, dirigida pela política revolucionária do proletariado. A Assembleia Popular tinha consciência de que devia marchar para a conquista do poder se não quisesse ser esmagada. A direita reacionária apressou seus movimentos para desfechar o seu golpe preventivo do dia 21 de agosto de 1971. Se se busca a vitória da revolução social, essa valiosa lição deve ser devidamente assimilada pelo partido bolchevique.

Parece-nos que a IV Internacional não deve ignorar os aspectos acima apontados.

(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, vol. 65, 1997-2001, pág. 133)

A Quarta Internacional

Guillermo Lora

Na base das concepções programáticas do Partido Operário Revolucionário se encontram as teses de que em nossa época de dominação da economia capitalista mundial a revolução é proletária e internacional. O instrumento partidário, consciente, político, não pode ser outro senão o Partido Mundial da Revolução Socialista, isto é, a Internacional, organizada sobre a base do centralismo democrático. Trotsky ensinou que no período de decadência do imperialismo foi superada a separação entre países maduros e não maduros para a revolução proletária.

É preocupação constante do POR a estruturação da Internacional marxista-leninista-trotskista, porque considera que somente dessa maneira se pode materializar seu programa e porque o visível atraso deste processo o prejudica enormemente como sua seção nacional.

A história de nosso partido não é de todo estranha à história da Quarta Internacional. A degeneração pablista, cuja consequência foi a cisão da Internacional em 1952, teve efeitos contraproducentes na Bolívia. Não só porque desenvolveu a teoria do apoio crítico ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), mas também porque fomentou a formação de tendências nacionalistas dentro do Partido Operário Revolucionário, que sofregamente procuravam subordinar o partido à esquerda do MNR. Um dos resquícios da tão triste experiência é o grupo chamado POR-Combate (que desapareceu na atualidade, nota dos Editores, 1999).

Nessa oportunidade, o Partido Operário Revolucionário declarou que não seguia nem o Secretariado Internacional, dirigido por Pablo, Mandel e Franck, nem o chamado Comitê Internacional, estruturado pelo SWP norte-americano e pelo PCI francês (Partido Comunista Internacionalista).

Desde os anos 40, conhecia-se na América Latina o SWP como um partido de tendências centristas e fortemente burocratizado.

A fusão, em 1963, entre o SI e o SWP, à margem das ideias revolucionárias e de toda autocritica da crise da Internacional, deu nascimento ao Secretariado Unificado (SU), que havia recorrido caminhos estranhos ao trotskismo. O POR repudiou todas essas manobras de fusões entre aparatos burocratizados, à margem do trabalho de elaboração programática. O Secretariado Unificado é política e organizativamente frouxo e englo-

ba as tendências mais diversas e, inclusive, as antitrotskistas.

Vivamente interessado em estruturar a Quarta Internacional, o Partido Operário Revolucionário entrou em contato e aderiu ao Comitê Internacional, que mais tarde adotou o nome de CORQUI (Comitê de Organização pela Reconstrução da IV Internacional).

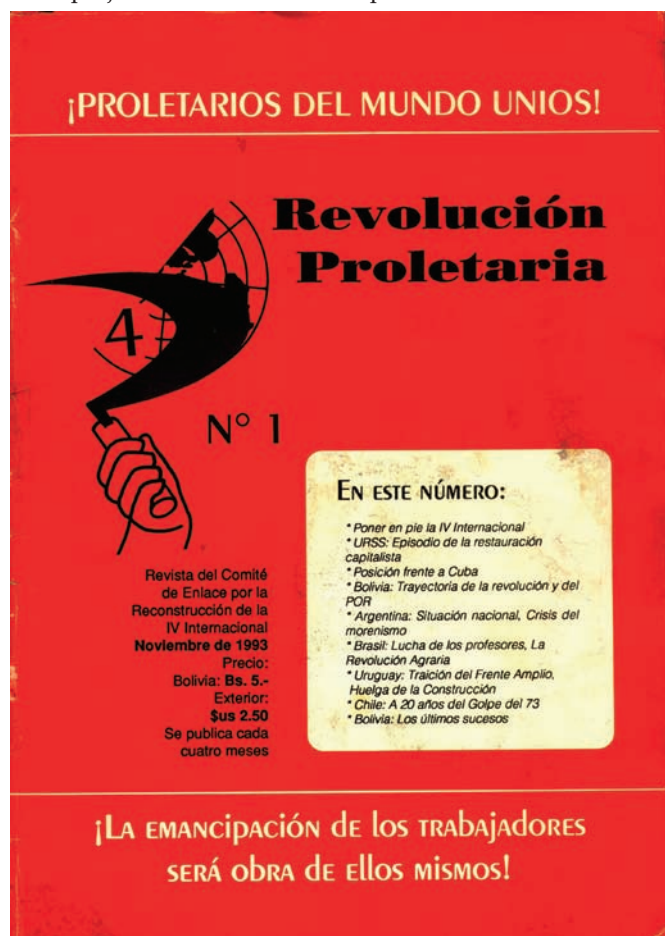
Nessa organização, o POR procurou desenvolver e defender sua concepção sobre o processo revolucionário nos países atrasados, à luz dos ensinamentos de Lênin e de Trotsky e de sua própria experiência. Dois foram os pontos controvertidos, ao longo de vários anos: a) a natureza da burguesia nacional; b) a tática da frente anti-imperialista. Não se pode estranhar que, apesar da rica literatura que existe a esse respeito, os europeus resistiam em diferenciar a burguesia da nação opressora

da burguesia da nação oprimida. Também puderam comprovar que não entendiam em que consiste a frente anti-imperialista como tática que permite converter o proletariado em dirigente da nação oprimida, não por acaso que arbitrariamente transformaram em seus países a frente única de classe de tática em estratégia. A ala morenista do Secretariado Unificado também combateu o Partido Operário Revolucionário nesses aspectos.

A reconstrução da Quarta Internacional não pode ocorrer fora do marco do centralismo democrático, substituindo a necessária democracia interna por métodos de controle burocrático, porque este estado de coisas impede toda formulação programática e a elaboração da linha política de maneira coletiva.

O CORQUI acabou como um pequeno movimento internacional controlado, particularmente, por meio da dupla militância, pela influente OCI francesa, con-

vertida em exportadora de ajuda econômica e de ideias nem sempre corretas. Em certo momento, tornou-se impossível defender formulações contrárias as da OCI, que deu provas de estar interessada em contar com um dócil instrumento para seus próprios fins não revolucionários. Já nesse momento, era perceptível seu desejo de entendimento e fusão com o SU. Então, o Partido Operário Revolucionário rompeu com o CORQUI, por considerá-lo um organismo atacado pelo vírus organizativo estalinista. Os acontecimentos posteriores nos deram toda razão. Opomo-nos a pronunciar contra o PO da Argentina e do grupo chileno e permitir sua expulsão sob a pressão dos franceses, por considerar que se tratava de um método indigno



de uma organização que se considerava trotskista.

No início de 1979, O POR conseguiu coordenar com alguns setores latino-americanos que haviam iniciado um movimento de oposição à OCI e assim se constituiu a chamada Tendência Quarta Internacionalista (TQI), que nasceu com uma declaração em que fixava sua posição dentro do quadro do movimento trotskista internacional.

A TQI reuniu-se em La Paz, no mês de julho, na qual também participou a Liga Operária Palestina. Aprovou algumas resoluções sobre os problemas políticos do momento, como por exemplo, sobre a revolução na Nicarágua. Nesse momento, um dos problemas fundamentais do trotskismo internacional era o avançado projeto de fusão entre o CORQUI e o SU, que somente poderia se materializar acobertando as verdadeiras divergências que haviam sido apresentadas na IV Internacional, depois do sonho da unidade pela unidade. Esta unidade foi do agrado da pequena burguesia estudantil que se viu arrastada pela ideia de contar com uma internacional de massas, não importando a que preço. A extrema debilidade da TQI se pôs em evidência quando não pode intervir de maneira eficaz na discussão acerca do relatório do XI Congresso do SU, os representantes de PO, apesar do compromisso feito, não elaboraram os documentos de respostas às teses fundamentais apresentadas na discussão pela maioria do SU. É inegável que essa deficiência no trabalho não podia ser superada com medidas administrativas, como a reunião de emergência que se propuseram apressadamente. A Tendência Quarta Internacionalista continuou arrastando um dos defeitos do CORQUI: sua não submissão ao centralismo democrático, o que rapidamente degenera em uma organização de tipo federalista.

Para o Partido Operário Revolucionário, o trabalho dentro da TQI resultou incômodo e muito pesado pela excessiva agudização da luta de classes no país, que nos impede – ou pelo menos nos limita – dedicar nossos esforços ao trabalho internacional. Talvez uma solução seria procurar a estruturação da Internacional tomando como eixo os problemas da revolução boliviana; no entanto, a extrema debilidade da tendência parece que tampouco pode permitir o valor desta ideia.

A TQI poderia considerar-se como um interessante germe de um movimento trotskista internacional, mas tudo supunha que seu trabalho seria muito débil e lento, porque teria de cumprir a tarefa imprescindível de pôr em pé uma corrente política homogênea em escala mundial. A necessária discussão dos problemas teóricos em conflito e de interpretação dos acontecimentos cotidianos devia ser acompanhada da imprescindível elucidação dos problemas organizativos.

De maneira inesperada, a tendência unionista, que por

um momento embriagou tanto o SU como o CORQUI, encontrou um grave obstáculo na revolução da Nicarágua. A inclinação tão peculiar do SWP a capitular diante do movimento nacionalista vitorioso, pôs-se de novo em evidência, quando se tratou de apoiar incondicionalmente a frente sandinista e seu governo, inclusive quando se tratou da expulsão e prisão dos seguidores da chamada Tendência Bolchevique (Brigadas Simón Bolívar). Novamente, o problema da conduta a se observar pelo partido revolucionário diante dos movimentos nacionalistas burgueses ameaçou afundar o pablismo. Uma das emergências desse pleito foi a aproximação oportunista entre o CORQUI, tão desesperado em superar seu isolamento à custa do SU, com a Fração Bolchevique (morenismo). Foi constituído um comitê paritário entre a OCI e a Fração Bolchevique.

Por sua vez, o SU apresentou tais condições para seu congresso que praticamente foi colocada à margem de sua organização a Fração Bolchevique. A tão acariciada unidade pareceu ter naufragado de novo. O CORQUI se uniu ao morenismo de maneira oportunista e a aventura terminou em outra cisão.



O POR tem caracterizado com nitidez o Secretariado Unificado como antitrotskista e o CORQUI como uma organização totalmente estranha aos métodos bolcheviques. A esta altura do debate podemos comprovar que também a OCI e seus seguidores se apartaram das ideias centrais do trotskismo.

Se, até certo momento, a OCI seguiu o POR em sua caracterização do pablismo, deslumbrada com a perspectiva da unidade com o SU começou reconhecendo que era uma corrente trotskista e revolucionária e desde então tem feito o impossível para aparar todas as divergências programáticas e principistas que tinham existido entre eles. É essa história que permite desconsiderar tanto o SU como o CORQUI como germens da futura Internacional, que, não resta dúvida, há que pôr em pé.

(extraído do Retrato do Partido Operário Revolucionário, de Guillermo Lora, Obras Completas, tomo XLV – 1984-1985, pág. 327, Ediciones Masas)

Mais sobre o trabalho no seio da Internacional

Algo sobre as relações do Comitê de Reconstrução da IV Internacional (CORQUI)

Trabalho no seio do CORQUI e Ruptura com esta organização

Guilhermo Lora

Quando o SWP norte-americano – rompeu finalmente com o trotskismo e se converteu em castrista – abandonou o Secretariado Internacional (SI) da IV Internacional, o POR boliviano expressou que não estava de acordo com as posições de nenhum dos setores “trotskistas” em disputa e que resguardava sua liberdade como organização nacional.

Mais tarde estabeleceu discussões com a organização lambertista francesa – nesse momento estavam juntos e em polêmica com os hilstas ingleses – com o objetivo de realizar um trabalho internacional unitário. O dirigente dos ingleses interpretou estupidamente esse passo do POR e disse que se tratava de uma manobra de Lambert para deixá-los em minoria, seguramente pensavam que os trotskistas das semicolônias reproduziam no campo revolucionário os traços particulares da existência diária destas.

Aconteceu algo notável. Desde o primeiro momento, colocamos e discutimos dois problemas de importância, pelo menos para a luta revolucionária nos países atrasados: 1) reconhecimento da validade da tática da frente única anti-imperialista aplicada nos países como a Bolívia; 2) já não correspondia propor a unidade com o pablismo – referência ao Secretariado Unificado (SU) – porque havia deixado de ser trotskista e expressão da política revolucionária do proletariado, por ter-se declarado foquista, castrista, isto é, por ter mudado de conteúdo de classe.

Inicialmente, nos deparamos com a resistência na direção da seção francesa, que disse que nunca tinha colocado o objetivo de se fundir com o Secretariado Unificado e considerava a frente anti-imperialista como uma variante da frente popular estalinista. Nas discussões nunca se tocou no tema de que o estalinismo degenerou a consigna da tática lançada no quarto congresso da Internacional Comunista.

A direção do CORQUI nos deu razão, mas não demoramos em comprovar que o fez demagogicamente. O mínimo que podemos acrescentar é que os fatos demostraram que não havia compreendido o verdadeiro conteúdo da discussão.

Cresceu nossa desconfiança para com os lambertistas, porque por debaixo do pano continuavam com seu trabalho de convencer o Secretariado Unificado para um trabalho comum. A consequência foi que começamos a olhar com desconfiança a conduta dos lambertistas, pois cresceu o convencimento de que nos enganavam.

Os grupos políticos pequenos, isolados das massas, vão gerando e alimentando uma série de deformações odiosas em sua conduta diária, organizativa. Não tarda em revelar-se a inclinação dos metropolitanos de controlar as seções nacionais burocraticamente e – pior ainda – se empenham em impor a partir de cima uma ditadura vertical, utilizando para isso seu dinheiro, relegando o problema das ideias e do programa.

A cada dia nos surpreendíamos com a infinidade de imposturas nesse plano. Os franceses enviaram para a América Latina seus homens de confiança e os converteram nos amos das seções, atuavam como burocratas impostores.

Um exemplo ilustrativo. Em uma oportunidade, concordamos com Altamira em viajar para Lima para assistir um encontro do POMR e discutir nossos problemas e os dessa organização. Por instruções de Paris, nossos camaradas de luta não nos deixaram entrar nessa reunião, como se fôssemos policiais ou estalinistas. Isso está de acordo com uma conduta trotskista?

Tudo levava a crer que os lambertistas queriam construir seu próprio império no continente. Começaram a hostilizar os argentinos e chilenos, seguramente porque partiam do pressuposto de que trabalhavam disciplinadamente sob a liderança do POR boliviano. Colocamo-nos diante dos lambertistas defendendo o direito à crítica, à luta fracional e ao centralismo democrático.

Pareceu-nos que iam preparando cuidadosamente a expulsão dos seguidores de Altamira e, em seguida, dos chilenos. Quando chegou o momento da execução do plano dos lambertistas e nem bem foram expulsos os argentinos, o POR apresentou por escrito sua ruptura com a organização que já não tinha nada de trotskista e que usava métodos piores que os dos estalinistas.

Os métodos empregados pelos Lambertistas

Foi muita ingenuidade nossa acreditar que os lambertistas deviam respeitar nossas divergências e críticas e também nosso direito de resguardar nossa independência como Partido. Estávamos atuando em torno da defesa das ideias revolucionárias e de práticas organizativas inspiradas no bolchevismo.

Nem bem abandonamos o CORQUI, acusando-o de que seus métodos de trabalho diário eram piores que os dos estalinistas, vieram uma série de represálias. Sumiram com uma boa quantidade de material de propaganda que tínhamos no depósito em local parisiense (não se pode esquecer que estávamos na clandestinidade e suportando uma violenta perseguição do militarismo). Imediatamente, denunciemos – publicamente e com nossa assinatura – que os lambertistas vinham utilizando métodos de perseguição piores do que os dos estalinistas. Parece que isto não chamou a atenção no campo da esquerda e do trotskismo, o que é muito sugestivo.

Quando rompemos com o Secretariado Internacional, permanecemos isolados por longo tempo; no caso era a resposta rudimentar ao gradual descobrimento dos métodos que empregaram os pablistas para nos combater em nosso próprio país. (Nas Obras Completas constam alguns documentos a esse respeito).

Novamente, nos vimos obrigados a assinalar que o caráter

insular da Bolívia – além de seu atraso secular – tem influência negativa no funcionamento partidário. É preciso considerar o isolamento com referência às novidades que se produzem no mundo em matéria ideológica, de discussões e da própria história das organizações revolucionárias.

Quando estivemos no CORQUI, vinculamos com os lambertistas franceses e com os trotskistas da Argentina e Chile e, em menor grau, com os peruanos. O exílio nos levou a conhecer os venezuelanos.

Algumas vezes passamos pela Espanha, quase sempre perseguidos e sob vigilância severa da polícia internacional, mas não conhecemos a organização trotskista desse país.

Por outro lado, o que se produz e as novidades do POR demoraram muito para ultrapassar a Cordilheira dos Andes e às vezes raramente as ultrapassavam.

Dois documentos sobre a perseguição lambertista ao POR da Bolívia

Um camarada da Espanha nos enviou as cartas que transcrevemos abaixo e ao fazer disse: “Anexo uma curiosidade, são cartas de ruptura com os lambertistas”. Esses escritos trazem em suas entranhas muitas coisas e uma delas se refere a algo muito estranho, perseguir aqueles que escutam a palestra daquele que se separa do CORQUI.

O POR/Bolívia não esconde que é uma organização que se rebelou contra a ordem social existente, o Estado burguês, sua Constituição, seu ordenamento jurídico, etc., por isso leva a sério a organização e as práticas clandestinas. Isso permitirá compreender porque seus estatutos tratam com tanta severidade – a muitos pode lhes parecer uma atitude por demais cega – os casos de delação e apropriação indevida de dinheiro partidário. Em oposição, há um tratamento tolerante – e bastante generoso – quando se trata de divergências ideológico-políticas; reconhece-se o direito de formar frações, de combater a direção, etc.

Somente as expulsões por crimes de delação e de roubo de dinheiro do Partido são castigados com a expulsão desonrosa e sem direito a apelação de nenhuma forma. Nesse plano, a dureza e até brutalidade cega imperam e tudo isso nos parece bem.

O que acima deixamos assentado nos ajuda a explicar as razões pelas quais o que fizemos não teve eco em outras agrupações trotskistas e que se reivindicam do marxismo-leninismo. Permanecemos isolados, fechados em meio às montanhas que cercam o nosso trabalho revolucionário, obstinado e incansável.

Às vezes algum peregrino ousado chegava até o Altiplano para conhecer essa rara espécie de trotskistas que sempre estavam em pé e que pareciam provocar a polícia para que os perseguissem, prendessem, exilassem e até assassinassem. Como se compreenderá, e isso era um acontecimento excepcional que quase nunca ocorre.

Na atualidade, os bolivianos batalham de braços abertos no seio do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional, procurando que se converta no partido bolchevique mundial. Nossa obsessão é a de pôr em pé o partido bolchevique de revolucionários profissionais. Estamos seguros que

a tarefa titânica que nos espera somente poderá ser cumprida por uma organização desse tipo.

Primeira Carta à Organização Quarta Internacional da Espanha

Madrid, 2 de março de 1979

À “Organização Quarta Internacional da Espanha”:

O motivo pelo qual escrevemos esta carta é o de explicar o tipo de método utilizado pela OCIE em sua aplicação das resoluções do último Burô Internacional, que levou à saída da organização de um camarada do Comitê Central e à expulsão de dois militantes da OCIE.

Quando a OCI nos informou da resolução do Burô Internacional expulsando “Política Obrera”, da Argentina, expusemos nossa opinião de que, se bem compartilhávamos das posições políticas do CORQUI a respeito dos pontos em debate com Política Obrera, estranhávamos o procedimento desta expulsão, de como uma organização pode permanecer durante anos no Comitê de Organização com posições políticas que a OCI considerava incompatíveis com a permanência no CORQUI, e logo ser excluída sem prévia discussão, do desprezo às consequências que isso trazia ao Comitê de Organização Revolucionária da Quarta Internacional (a saída do Partido Operário Revolucionário boliviano...), e da valoração que se fazia do grau de construção e homogeneização em que se encontra o CORQUI.

Mais do isso, nos estranhou a notícia de que o Burô Político havia proibido a participação na palestra do camarada Guillermo Lora em Madri, palestra que assistiram dois membros do Burô Político que foram depois ler um comunicado e a petição de expulsão de dois camaradas por ter assistido a palestra. Além dos métodos para discutir com Lora e trazê-lo de novo ao CORQUI parecia uma provocação.

Se acrescentamos que a Organização Quarta Internacional da Espanha jamais discutiu em nenhum de seus organismos sobre as posições de PO, nem sobre os problemas da situação latino-americana, que se negou a discutir praticamente as resoluções do BI, que não se informou aos militantes destas por mais de um mês... compreenderás por que considerávamos improcedente a expulsão de alguns camaradas que compartilham as posições políticas da OCIE, pelo fato de assistir a palestra de Guillermo Lora. O Burô Político da OCIE reagiu excluindo-me da organização pelo fato de votar contra a resolução de expulsão desses camaradas.

A progressiva sectarização da OCIE está introduzindo em uma dinâmica de auto aniquilamento político e organizativo. A OCIE jamais foi uma organização centralizada democraticamente, mas o mais alarmante é o desprezo existente em sua direção por estruturar-se segundo os princípios leninistas.

Cada vez mais, o que determina a evolução da OCIE não são as necessidades da luta de classes, mas sim suas necessidades de preservação como aparato. A OCIE só se mantém na medida em que reivindica do CORQUI, mas através disso, é o próprio CORQUI o que se responsabiliza da nova caricaturização que nos oferece do trotskismo.

Por manter seus antisindicalistas “comitês pela unidade operária”, que participa no referendun do dia 6 de dezembro de-

fendendo o não, que centraliza sua atividade em uma defesa estéril e vazia da greve geral, a OCIE se auto afirma como a organização que jamais poderá ser, e eliminar todos aqueles que questionam seu caminho para o suicídio político.

P.V.

Segunda Carta

25 de março de 1979

Aos camaradas da Organização Quarta Internacional:

À raiz da expulsão do PO argentino e da saída do POR da Bolívia do CORQUI se desenvolveu na OCIE uma série de fatos que considero muito graves e por consequência tomei a decisão de sair da organização.

Depois da saída do POR-Bolívia do CORQUI, o camarada Guillermo Lora veio à Madri dar uma palestra sobre a situação política de seu país. A OCIE proibiu a participação de seus militantes da referida palestra. Os camaradas Ali. e Car. a assistiram devido a amizade pessoal com Lora. A reação da OCIE não foi outra senão a de aplicar a máxima sanção que uma organização comunista tem a seu alcance: a expulsão imediata.

Isso tem em si mesmo uma grande importância. A expulsão de um militante comunista deve ser aplicada só em caso de extrema gravidade. A participação na conferência do camarada Lora, onde havia escassamente vinte pessoas, não parece ser uma falta excessivamente grave. Trata-se assim de extrapolar fora de seus limites uma discussão política e levá-la por um caminho que não conduz a nenhum tipo de esclarecimento. Mas esse tipo de decisão revela uma grave incompreensão do momento do desenvolvimento em que se encontra nossa organização.

Chamar o boicote à palestra de Lora não ia ter o menor efeito na luta de classes na Espanha e internacional a não ser agravar a situação na OCIE e aparecer perante a pequena área de simpatizantes como um grupelho lutando à morte contra um fantasma (o POR-Bolívia na Espanha). Essas são atitudes próprias de grupelhos maoístas, mais interessados em destruir-se mutuamente do que em construir o partido revolucionário. Nós trotskistas julgamos a importância de uma ação pela sua repercussão na luta de classes ou pelo impulso que traz para o partido revolucionário.

Desgraçadamente, para a OCIE este grave erro tem uma raiz política: a crença de que a OCIE é hoje em dia uma organização amplamente construída e solidamente desenvolvida. Como consequência, cabe pedir a seus militantes um férreo centralismo democrático e uma obediência total aos estatutos (ainda não redigidos). Havia, portanto, que cerrar fileiras diante da grave agressão a nosso partido supondo que se tratasse de uma palestra de Lora diante do proletariado espanhol. Mas isso não ocorre na imaginação dos dirigentes da OCIE. Na rea-

lidade, os fatos se desenvolveram entre um reduzido grupo de militantes da OCIE, PO argentino e o camarada Lora.

Essa crença de que a OCIE é já um partido fortemente desenvolvido levou a direção a decidir-se pelo "NÃO" à Constituição, procurando atrair para si os aparatos, oferecendo um pacto entre aparatos em igual estado de desenvolvimento, sem dar-se conta de que hoje nossa influência sobre eles pode ser em nível de suas bases alimentando-as como elementos políticos.

Levou, também, ao intento de criar "poderosos" Comitês de unidade operária cujo fracasso estrondoso marcou o declínio político e sindical de muitos de nossos camaradas. O intento de organizar a FUE com base a nossas próprias forças parte do mesmo tipo de concepção sobre a organização que possuímos.

Mas a mania de perseguição da direção não se limitou à expulsão dos camaradas Car. e Ali., mas também expulsou o

camarada P.V.: pela "transgressão" ao centralismo democrático que, segundo parece, supõe votar contra a direção na hora de ratificar sua postura sobre o camarada Ali. Esta decisão é absolutamente injustificável. O partido deve garantir em seu interior a mais ampla discussão, não excluindo os militantes que se oponham à "postura oficial".

Expulsos dois camaradas de minha célula (Ali e P.V.), a célula ficou reduzida a outros dois camaradas: o responsável político e eu. Por razões que ainda desconheço, não fui integrado em outra célula, nem se ampliou a que já existia com outros militantes. Nessas condições, o debate político é praticamente impossível e o partido passa a ser o instrumento de transmissão oral das ordens irmanadas do órgão imediatamente superior.

Todos esses fatos, me obrigaram a deixar a militância na OCIE. Decidi

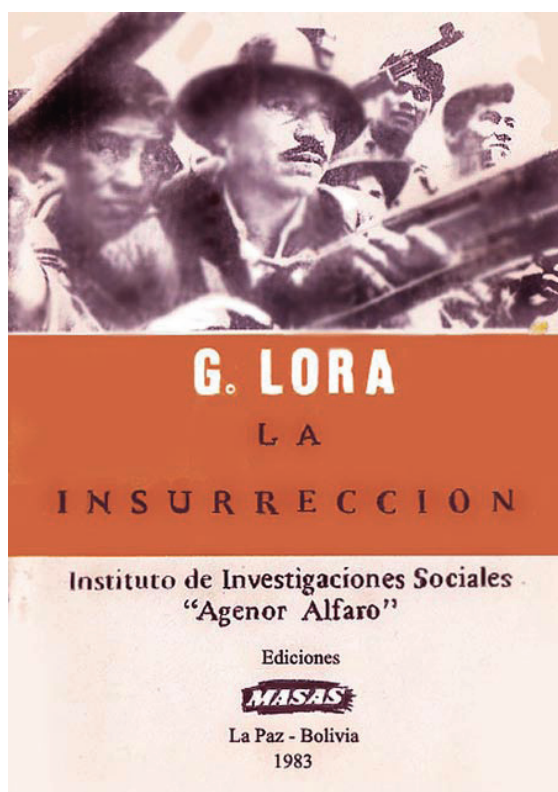
integrar-me à organização PO (E) e desenvolver ali a linha política que a OCIE não quer ou não pode desenvolver devido ao tipo de estrutura que havia chegado.

Espero camaradas que retifiquem seus erros. Se o fazem, e assim o demonstre sua prática política diária, serei o primeiro a reintegrar à organização. Do contrário, corre o perigo de se converter em um pequeno grupo ossificado que em nada poderá contribuir para a luta de classes do proletariado espanhol. Tenham presente que o desenvolvimento de uma organização é por sua implantação na luta de classes.

Saudações revolucionárias

L.T.

(Publicadas no capítulo "As relações com a CORQUI", nas Obras Completas, de Guillermo Lora, tomo LXIV -1996-1997), ediciones Masas, 2001).



O trabalho internacional nos fortalecerá

Guillermo Lora

Entre os erros e falhas que cometeu o Partido Operário Revolucionário se encontra o de não ter atuado cotidianamente como seção, como parte integrante da IV Internacional, do Partido marxista-leninista-trotskista mundial. Não observou a conduta da seção boliviana do Partido Trotskista Mundial. Esta tem sido uma das debilidades que impediu o seu maior fortalecimento e crescimento.

Quando veio ao mundo, nos primeiros dias de mês de junho de 1935, fez parte da Oposição de Esquerda Internacional, ou seja, do trotskismo. Um ou outro militante do partido trotskista boliviano teve ligação com representantes da Terceira Internacional, já estalinizada, que, apoiados na campanha contra a guerra chaquenha, conquistaram no terreno boliviano adeptos para sua organização.

Os jovens militantes poristas perderam seus primeiros contatos no exterior (Chile e Argentina) com os trotskistas. O POR retomou estes contatos depois de uma década.

É certo que os poristas bolivianos assistiram a alguns Congressos da IV Internacional e receberam em seu país os camaradas políticos que pertenciam à Internacional, dirigida por León Trotsky.

Somente mais tarde regularizaram seus contatos com a direção da IV Internacional, mas em momento algum conheceram os problemas desta organização, nem participaram de suas resoluções. Em síntese, em nenhum momento conheceram a fundo os problemas da organização e direções internacionais do trotskismo. Estiveram presentes nas reuniões da IV Internacional como simples visitantes.

Durante o período de ascenso revolucionário das massas mineiras bolivianas (1946-1971) - surpreendente por sua profundidade e por ocorrer no país do altiplano considerado politicamente atrasado -, o POR se converteu no centro que atraía a atenção dos trotskistas. Os poristas não discutiam, não informavam devidamente o que se passava no país, nem procuravam conhecer o que acontecia no campo da política de outros países. Consideravam-se marginalizados da IV Internacional.

Os militantes poristas que conheceram os países estrangeiros, quando o governo boliviano os desterrou como castigo por sua atividade política, esperavam encontrar a IV Internacional como um gigante mundial. No Chile, não apareceu a organização revolucionária trotskista; estava substituída por um ou outro elemento que passava pelos cafés. Percebeu-se a ausência da Internacional trotskista. Os revolucionários desterrados de seu país se puseram a pôr em pé uma pequena organização de apoio.

Os poristas exilados bolivianos não percebiam que os grupos quarto-internacionalistas se fortaleciam graças à imprensa que divulgava informações acerca dos êxitos que alcançava a organização trotskista do altiplano.

Alguns trotskistas do Brasil chegaram a Santa Cruz de La Paz e conseguiram influir politicamente alguns jovens. Contudo, não houve um trabalho organizado e dirigido internacionalmente.

A experiência negativa pela qual se passou até hoje nos obriga a reorientar o POR boliviano para se incorporar no trabalho revolucionário internacional. É urgente materializar a tarefa de colocar o material informativo e teórico do partido ao alcance das seções da IV Internacional.

É tarefa da direção do partido atualizar a militância com informação necessária sobre os aspectos organizativos e teóricos da IV Internacional e de suas seções nacionais.

Para que a militância porista se integre realmente na IV Internacional, deve começar por atualizar e potenciar seu conhecimento

marxista-leninista-trotskista. Além disso, tem de assimilar a essência da Oposição de Esquerda, de sua luta dentro da III Internacional já estalinizada, que começou em 1923. No X aniversário da Revolução Russa (Outubro de 1927), esta desfilou em Moscou com suas próprias bandeiras e consignas. Em janeiro de 1928, o XV Congresso do PCURS excluiu do seu seio a Oposição de Esquerda, que foi acompanhada pela perseguição de seus militantes.

A partir dessa época, a Oposição de Esquerda teve uma ativa atuação internacional, incluindo nos países latino-americanos. A exceção foi a Bolívia, por sua vanguarda mais arrojada descoberta o funcionamento desta tendência revolucionária somente quando foi expulsa do país ao finalizar a Guerra do Chaco (1932-35).

A maioria da militância porista ignora a história da Oposição de esquerda, uma lacuna que tem de se superar.

Somos militantes da IV Internacional e é uma vergonha que não conheçamos a fundo a sua história, começando pela fundação no Congresso de setembro de 1938 (três anos depois do nascimento do POR).

Neste 1º Congresso, se aprovou o “Programa de Transição”, redigido por Trotsky, documento que tem importância transcendental e que deve ser assimilado pela militância de maneira autocrítica.

Os poristas se proclamam militantes da IV Internacional, mas desconhecem seu programa e sua história. Esse vazio deve ser preenchido imediatamente.

A revolução pela qual lutamos, voltada a sepultar o capitalismo e impulsionar a construção da sociedade comunista, é necessariamente internacional. A resposta a este descomunal objetivo é a construção da IV Internacional, que na atualidade é uma organização cambaleante. Devemos trabalhar para organizar uma poderosa e eficaz direção da IV Internacional, voltada a efetivar a revolução comunista mundial.

Na Bolívia, esse trabalho deve começar transformando o POR em um partido de verdadeiros revolucionários profissionais, que têm de desenvolver seus conhecimentos e práticas de maneira tão ampla e profunda que estejam capacitados a trabalhar com eficácia, não importa em que lugar do mundo, para concretizar a revolução comunista internacional.

E o trabalho trotskista no Continente americano?

Observamos em nosso Continente uma mostra de que o trabalho revolucionário está desintegrado e, em alguns lugares, enormemente debilitado. Trata-se de um reflexo do que acontece no plano mundial.

Os revolucionários poristas bolivianos se somam ao objetivo de pôr em pé a IV Internacional no plano mundial, mas obrigatoriamente começarão esse trabalho com os países latino-americanos, com os quais o POR mantém alguma relação. A militância porista deve se potenciar imediatamente no plano programático, teórico e organizativo para cumprir com êxito esse imprescindível trabalho revolucionário.

O fortalecimento teórico da organização partidária é necessário para cumprir devidamente as tarefas organizativas.

Temos de partir de um severo trabalho autocrítico das tarefas que as organizações internacional e nacional cumpriram ou deixaram de cumprir, tanto nos planos organizativos como nos teóricos.

Reiteramos que o trabalho autocrítico das tarefas cumpridas e não cumpridas tem de ser severo e submetido ao controle e crítica das organizações nacionais e internacionais.

Extraído do texto “A militância porista”, publicado nas Obras Completas, vol. 69, 2007-2008, pág. 425, Guillermo Lora